



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA,
REVISÃO E REDAÇÃO**

SESSÃO: 290.3.55.O

DATA: 04/10/17

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Deliberativa

Extraordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 15h46min

TÉRMINO: 19h33min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Obs.:

Ata da 290ª Sessão, em 04 de outubro de 2017

Presidência dos Srs.:

ÀS 15 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Rodrigo Maia

Fábio Ramalho

André Fufuca

Giacobo

Mariana Carvalho

JHC

Rômulo Gouveia

Dagoberto Nogueira

César Halum

Pedro Uczai

Carlos Manato



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - A lista de presença registra na Casa o comparecimento de 440 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.

Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

II - LEITURA DA ATA

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Fica dispensada a leitura da ata da sessão anterior.

III - EXPEDIENTE

(Não há expediente a ser lido.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Passa-se às

IV - BREVES COMUNICAÇÕES

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Henrique Fontana, primeiro orador inscrito. *(Pausa.)*

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Sem revisão do orador.) - Gostaria de fazer um registro com muita satisfação. Encontra-se conosco visitando o plenário e as várias dependências da Casa, contactando com os Deputados principalmente do Rio de Janeiro, o nosso querido Serginho Carvalho, Vice-Prefeito de Arraial do Cabo.

Serginho Carvalho é uma figura muito popular em Arraial do Cabo e tem prestado àquela cidade um excelente serviço.



Agora, eu queria ter um tempo para falar de Arraial do Cabo, que é a cidade mais bonita, com suas praias, com uma beleza natural. Mas é um Município que depende de muita coisa. Lá existe um porto que construímos na época, hoje é porto municipal, e estamos lutando para que ele melhore também as condições de *royalties*. Nós estamos lutando para isso.

Portanto, quero registrar a presença do nosso Vice-Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Obrigado, Deputado.

Está feito o registro. Vamos divulgar no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Henrique Fontana, grande Líder, do PT do Rio Grande do Sul.

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, quem cumprimento, bem como todos os colegas, Deputados e Deputadas.

Hoje, subo a esta tribuna para homenagear os professores da rede estadual de educação, servidores, funcionários de escolas do Estado do Rio Grande do Sul, com quem tive a grande honra de conviver, na última sexta-feira, na assembleia geral do CPERS, cuja categoria tanto orgulha o povo do Rio Grande, na qual decidiu-se pela continuidade de uma das mais significativas e dignas greves que se organizam ao longo da história do Rio Grande do Sul.

Sáimos em caminhada do Gigantinho, até o centro de Porto Alegre, professoras e professores vindos de todo o Estado do Rio Grande do Sul para dizer ao Governador Sartori que os professores, professoras, funcionários de escola, como aliás todos os servidores públicos do Rio Grande, merecem respeito,



Deputado Elvino Bohn Gass, porque há 21 meses, deliberadamente, o Governador utiliza como ferramenta de gestão, para desmoralizar o serviço público do Estado, a ideia de atrasar o pagamento dos salários, Deputado Glauber. Esse atraso, que é permanente, obviamente, poderia ser resolvido pela tomada de outra iniciativa. Por exemplo, negociando-se e alongando-se o pagamento de outras contas que o Estado tem.

Por exemplo: eliminando parte de subsídios que são pagos no Estado do Rio Grande do Sul para diferentes setores.

Eu tenho dito aos professores, e estou nesta tribuna da Câmara dos Deputados para abraçar cada um deles, dizendo: Parabéns aos professores do Estado do Rio Grande do Sul; parabéns aos funcionários de escola do Estado do Rio Grande do Sul. A greve que vocês estão fazendo é uma greve de todos nós, gaúchos. É uma greve pela dignidade, é uma greve que é apoiada pelos pais, familiares dos alunos, pelos alunos, porque, efetivamente, a educação merece outro tratamento do Governo do Estado.

Esses atrasos permanentes no pagamento dos salários dos professores, Sr. Presidente, Deputado Manato, e peço um minuto para concluir, é uma política deliberada do Governador do Estado, para criar um ambiente de crise no Estado, para justificar medidas que ele quer tomar, como é o caso agora da venda de boa parte do patrimônio, que gerações de gaúchos constituíram, como é o caso da Companhia Estadual de Energia Elétrica; a CRM — Companhia Regional Rio-grandense de Mineração; e outras empresas que o Governador quer vender.

Ele fala da crise financeira, mas os fornecedores do Estado estão todos com o pagamento em dia. Por que um professor, que ganha um salário muito menor do



que deveria ganhar, não tem o seu salário pago em dia, que é o mínimo que a dignidade exige para manter um sistema de educação de qualidade dentro do Estado?

Tarso e Olívio governaram o Rio Grande, e jamais atrasaram um dia o pagamento dos servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Ronaldo Martins, do PRB do Ceará. V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. RONALDO MARTINS (PRB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto à tribuna desta Casa para prestar a minha homenagem aos idosos de todo o nosso País, pelo Dia Internacional do Idoso, comemorado no dia 1º de outubro.

Esses homens e mulheres, valorosos que já contribuíram tanto para o nosso País, e que por sua importância deveria ser mais reconhecidos e respeitados em nossa sociedade.

Digo isso, porque não é raro vermos idosos sofrendo abandono, além de vários tipos de violência: seja física, psicológica ou financeira.

Em nosso Ceará, levantamento feito pelo Ministério Público Estadual relata que foram registradas 391 denúncias somente no primeiro semestre deste ano, o que indica um aumento de 11,7% nas ocorrências contra os idosos.

Idosos são constantemente agredidos quando deveriam ser respeitados e honrados. Essas agressões vão além da agressão física; há também a agressão financeira, quando se apropriam do cartão bancário deles, impossibilitando-os de prover até mesmo suas necessidades básicas.



Deveríamos ter uma cultura diferente tal que não necessitasse de um Estatuto do Idoso para garantir o direito dessas pessoas.

Infelizmente, tem sido rotineira a decretação de prisão de idosos, na condição de parentes ascendentes, geralmente pelo não cumprimento da obrigação de seus filhos no pagamento de pensão alimentícia.

Portanto, Sr. Presidente, com o objetivo de corrigir essa grave distorção na legislação brasileira, apresentei o Projeto de Lei nº 4.179, de 2015, que proíbe a prisão de parentes ascendentes maiores de 60 anos por dívida de pensão alimentícia.

De igual forma, apresentei o Projeto de Lei nº 3.602, de 2015, que garante à pessoa idosa o direito de preferência sobre todos os assentos disponibilizados aos passageiros dos transportes coletivos.

Atualmente, o Estatuto do Idoso, a Lei 10.741, prevê apenas a reserva de 10% do quantitativo de assentos ofertados por cada veículo. Acredito que não deveria haver restrição. O idoso não deveria ficar em pé, quando ainda existem outros assentos nos ônibus.

Sr. Presidente, deixo registrado não apenas meu apreço, mas colocar à disposição de todos os idosos este mandato que me foi conferido. A esses ilustres cidadãos, que continuam a ensinar com o exemplo de suas vidas, meu sincero respeito e gratidão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR



O SR. RONALDO MARTINS (PRB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Volto a esta tribuna para prestar minha homenagem aos idosos de nosso país pelo dia internacional do idoso, comemorado em 01 de outubro.

Esses homens e mulheres valorosos que já contribuíram tanto com o nosso país, e que por sua importância deveriam ser mais reconhecidos e respeitados em nossa sociedade.

Digo isso, porque não é raro vemos idosos sofrendo abandono além de vários tipos de violência: seja física, psicológica ou financeira.

Em nosso Ceará, levantamento feito pelo Ministério Público Estadual relata que foram registradas 391 denúncias somente no primeiro semestre deste ano, o que indica um aumento de 11,7 % nas ocorrências contra os idosos.

Idosos são constantemente agredidos quando deveriam ser respeitados e honrados. Essas agressões vão além da agressão física; há também a agressão financeira, quando se apropriam do cartão bancário deles, impossibilitando-os de prover até mesmo suas necessidades básicas.

Deveríamos ter uma cultura diferente tal que não necessitasse de um estatuto do idoso para garantir o direito dessas pessoas.

Infelizmente tem sido rotineira a decretação de prisão de idosos, na condição de parentes ascendentes, geralmente pelo não cumprimento da obrigação de seus filhos no pagamento de pensão alimentícia. Pensando nisso, com o objetivo de corrigir essa grave distorção na legislação brasileira, apresentei o Projeto de Lei nº 4179/2015, que proíbe a prisão de parentes ascendentes maiores de 60 anos por dívida de pensão alimentícia.



De igual forma, apresentei o projeto de Lei nº 3602/2015, que garante à pessoa idosa o direito de preferência sobre todos os assentos disponibilizados aos passageiros nos transportes coletivos. Atualmente, o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) prevê apenas a reserva de 10% do quantitativo de assentos ofertados por cada veículo.

Acredito que não deveria existir uma restrição, o idoso não deveria ficar em pé quando ainda existem vários outros assentos em um ônibus.

Sou grato a meus pais porque aprendi desde cedo a respeitar os idosos, a me levantar diante deles e a aprender com sua experiência e sabedoria, pelo que muito têm a nos ensinar.

Por isso, senhor Presidente, quero deixar registrado não apenas meu apreço, mas colocar à disposição de todos os idosos este mandato que me foi conferido.

A esses ilustres cidadãos que continuam a nos ensinar com o exemplo de suas vidas, meu sincero respeito e gratidão.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado do PT da Bahia, enquanto V.Exa. se dirige à tribuna, Deputado Valmir Assunção, têm a palavra o Deputado João Daniel, do PT da Bahia, e o Deputado Adalberto Cavalcanti.

O SR. ADALBERTO CAVALCANTI (Bloco/AVANTE-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje se comemoram 516 anos do Rio São Francisco, que é um dos mais importantes da América do Sul e do Brasil.

Ao longo dos 2.863 quilômetros o Rio São Francisco ganha quinhentos e sete Municípios e 7 Estados. Está em situação crítica o nosso Rio São Francisco. Que



quero apelar ao Governo Federal e ao Ministro da Integração para cuidarem, de imediato, da revitalização do Rio São Francisco.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. ADALBERTO CAVALCANTI (Bloco/AVANTE-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje se comemora o Aniversário de 516 anos do Rio São Francisco, Rio esse que é um dos mais importantes do Brasil e da América do Sul. Ao longo dos seus 2.863 quilômetros, o Rio São Francisco banha 507 municípios de 7 Estados, no entanto, a atual situação do nosso Velho Chico nunca esteve tão crítica.

É necessário que o Governo Federal, em parceria com o Governo Estadual e também com a participação da população, realizem ações mais consistentes para salvar o Rio São Francisco, tanto na aplicação de mais recursos para sua revitalização, como na conscientização da importância que o Rio têm para todos.

De minha parte, comprometo-me a fazer o que for necessário, para que a revitalização do rio São Francisco se torne prioridade nacional.

Parabéns Velho Chico!

Solicito a divulgação desse discurso no programa "Voz do Brasil".

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado João Daniel.

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na última sexta-feira, participamos da posse da nova diretoria que assumiu o Sindicato do SINDIDAN, em Sergipe.



Parabéns a todos os trabalhadores DESO, da Cohidro, dos SAAE'S. Em nome de todos os sindicalistas, do Sérgio, do Sílvio e de toda a diretora que tem compromisso com a categoria, principalmente, na defesa das empresas públicas e da água. Parabéns aos SINDISAN e a toda a categoria que elegeu uma direção firme e forte para continuar a luta em defesa da água e “não” às privatizações.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Parabenizo os trabalhadores da DESO, da Cohidro, dos SAAE'S e em nome de todos os sindicalistas — Sérgio Passos, Sílvio Sá, toda a Diretoria —que têm compromisso com a categoria, principalmente em defesa das empresas públicas e da água.

Parabéns ao Sindisan! Parabéns a toda categoria que elegeu uma direção firme e forte para continuar a luta em defesa da água e não às privatizações.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no Programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Deputado João Daniel, V.Exa. será atendido, assim como o pronunciamento do Deputado Adalberto Cavalcanti será divulgado nos meios de comunicação da Casa, em especial no Programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. JOÃO DANIEL (PT-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ocupo esta tribuna para registrar e parabenizar



a nova diretoria do Sindisan – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Purificação e Distribuição de Água e Serviços de Esgotos do Estado de Sergipe, eleita para o triênio 2017/2018, e tivemos a honra de participar da atividade na noite da última sexta-feira, 29/9, em solenidade realizada na sede da entidade.

Em nome de Sergio Passos parabenizo toda a gestão anterior que de forma aguerrida defendeu a Companhia diante da possibilidade de privatização imposta pelo governo golpista.

E em nome do Silvio Sá que assume a responsabilidade de coordenar a nova gestão, parabenizo toda a diretoria, ao tempo em que, reafirmo o compromisso do nosso mandato com as lutas encampadas por esse Sindicato na defesa da DESO.

Estiveram presentes o advogado Henri Clay Andrade, da Advocacia Operária; o presidente da Central Única dos Trabalhadores de Sergipe (CUT-SE), Rubens Marques de Sousa; o supervisor técnico do Dieese em Sergipe, Luis Moura; o vereador de Aracaju, Iran Barbosa (PT); e a secretária de Comunicação da FNU, Iara Nascimento – que também é dirigente do Sindisan; além de dirigentes sindicais, como Sérgio Alves, do Sinergia, Paulo Sousa, do Sindijor, Tomé Rodrigues Filho, do Sinditic, e Plínio Pugliese, do Sindijus.

Vários trabalhadores da base e familiares dos diretores também prestigiaram a solenidade bem como a deputada estadual Ana Lúcia (PT), que esteve representada por sua assessoria.

Em sua última fala como presidente do Sindisan, Sérgio Passos, que esteve à frente da entidade nos triênios, 2008/2011, 2011/2014 e 2014/2017, e permanece na nova diretoria como Secretário-geral, fez questão de reforçar o caráter autônomo,



classista, independente e de luta do Sindisan frente aos desafios postos para a classe trabalhadora.

“Temos que estar preparados para organizar os trabalhadores e construir uma sociedade justa, igualitária, sem explorados e sem exploradores, e onde as riquezas produzidas fiquem nas mãos dos trabalhadores, que são os verdadeiros produtores dessa riqueza. Este é o grande desafio do movimento sindical”, colocou.

Passos deixou claro que deixa a presidência do sindicato, mas estará firme, do “lado esquerdo” do novo presidente e apoiando a nova diretoria nas lutas que virão, em especial, contra as privatizações.

“Passo a tarefa para o companheiro Silvio Sá e, juntos, vamos continuar a luta em defesa da Deso, da Cohidro, dos SAAE's e de seus trabalhadores, mas principalmente em defesa da água, que é a nossa maior riqueza e existem interesses muito grandes de multinacionais de olho nessa riqueza. Pior que privatizarem as nossas empresas de saneamento e privatizarem a água”, destacou Sérgio, lembrando que o Sindisan tem cumprido a tarefa de levar esse debate para a sociedade e para as Câmaras de Vereadores dos municípios sergipanos.

Tarefa militante

O presidente eleito Silvio Sá, que liderou a Chapa 1 e obteve uma votação histórica (67,71% dos votos contra 24,54% da oposição), no pleito realizado nos dias 21 e 22 de agosto último, agradeceu a todos que ajudaram na campanha vitoriosa, em especial, os membros da direção. Sá reforçou o seu compromisso em estar à frente do sindicato como uma tarefa militante assumida depois de muitas conversas com Sérgio Passos.



“Não tenho perfil de sindicalista, relutei até os 46 minutos do segundo tempo, mas depois de muita insistência e persistência do companheiro Sérgio Passos, ele me convenceu a continuar ao seu lado, mas agora à frente do sindicato. E hoje ele me passa o bastão”, afirmou.

Silvio Sá fez um breve histórico da sua trajetória de 33 anos como servidor da Deso e reforçou que essa experiência adquirida vai ajudar muito na tarefa de comandar o Sindisan e enfrentar os embates que virão pela frente.

“As dificuldades serão muitas, e nós já estamos enfrentando, diante da tentativa de privatização da Deso. Mas, junto com essa diretoria e com a própria categoria, que nos escolheu, vamos superar todas elas. Sou um aluno da política sindical e tenho muito ainda a aprender, mas nossa categoria é politizada e inteligente, e sei que vai contribuir muito com o meu trabalho”, ressaltou, apontando, ainda, que deseja deixar ao menos duas grandes marcas na história do sindicato.

“Uma, nós já cravamos, que foi a maior vitória na história deste sindicato; e a segunda, nós vamos conseguir, que é barrar a privatização da Deso. E esta não será uma vitória minha, mas de toda a diretoria e de toda a categoria”, enfatizou o novo presidente do Sindisan.

A Diretoria que tomou posse para o triênio 2017/2020 é a seguinte:

Diretoria Executiva:

Presidente: Silvio Sá

Secretário-Geral: Sérgio Passos

Dir. Adm. e Finanças: Iara Nascimento

Dir. Estudos Socioeconômicos: José Rafael

Dir. Assuntos Jurídicos: Cosme Nascimento



Dir. Com. e Rel. Intersindical: Neemias Amâncio

Dir. Cultura: Márcio Glairton

Dir. Formação: Jorge Tupinambá

Dir. Seg. Saúde Trabalhador: Durval de Jesus

Dir. Ass. Prev. e Aposentados: Rilda Ferreira

Suplentes da Direção Executiva: José Edson Barreto, Nataniel Barros, Joe Igor, Genivaldo Farias, Edil Soares, Edigean Aquino, Francisco Almeida, Luciano Silva Santos, Maria Nivalda Santos, Sérgio Manhães.

Conselho Fiscal – Titulares: Edson Alemão, Israel Alves, João Wilton.

Suplência do Conselho Fiscal: Acácia Maria Gomes, Paulo Rogério, Wendell Santos Leite.

Com informações da Ascom-Sindisan em 02 Outubro 2017

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Valmir Assunção, que disporá de 3 minutos.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este Governo golpista trabalha para cortar em torno de 60% dos recursos na reforma agrária — em torno de 54% dos recursos na assistência social —, inviabilizando o Sistema Único de Assistência Social — SUAS, diminuindo o Bolsa Família, diminuindo o Programa Luz para Todos, as políticas sociais no Brasil. Se não bastasse isso, na região semiárida ainda suspende o envio de carro-pipa para atender a população mais pobre que existe no Brasil, ou seja, este Governo é uma tragédia.

Esta é que é uma grande verdade.



Mas este Governo é uma sociedade do DEM, do PSDB e do PMDB. E o DEM na Bahia, para completar a situação, vem a Brasília para impedir que o Governo da Bahia receba 600 milhões de reais de empréstimo no Banco do Brasil para atender a população do semiárido da Bahia, a população do interior da Bahia.

O Governador Rui Costa há mais de 1 ano luta para tentar viabilizar o empréstimo, mas o DEM da Bahia inviabiliza-o junto ao Governo golpista, junto ao Presidente do Banco do Brasil.

Essa é uma situação em que a Bahia vai dar resposta ao DEM, no ano que vem. Essa é a grande verdade! Seiscentos milhões de reais seriam destinados para melhorias de estradas, para escolas e para a área da saúde, para atender à população da Bahia. Já foi publicado no *Diário Oficial*! Foi assinado contrato! Está tudo normal! A garantia foi apresentada! Mas o Banco do Brasil não libera os recursos. Sem dúvida nenhuma, o Governador será obrigado a entrar na Justiça para que sejam liberados os recursos. Isso é um absurdo! Em pleno século XXI, não podem fazer política com perseguição!

O Governador Rui Costa atende a todos os Municípios do Estado da Bahia, independente de partido político, porque tem convicção de que a política tem que atender aos anseios da população. O Governante tem essa missão. O DEM da Bahia persegue a população, tenta inviabilizar, de todas as formas, que o Governo da Bahia receba esses recursos.

O DEM da Bahia faz parte do contexto do golpe do qual fazem parte o DEM, o PSDB e o PMDB.

Essa é a grande realidade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Décio Lima.

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, apenas receba como lido o registro que faço acerca dos acontecimentos que deixaram Santa Catarina e o Brasil estarecidos. Falo sobre a tragédia que ocorreu com o Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina.

Peço que V.Exa. dê divulgação nos meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. DÉCIO LIMA (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a morte do Reitor Cancellier, é a morte do Estado Democrático de Direito, é a ditadura do judiciário, a instalação do Estado Policialesco. Justiça em que primeiro se condena uma pessoa com linchamento midiático, para depois buscar as provas. A escola de Moro fez mais uma vítima. Quantos outros Cancellieres ou Marisas vamos ver morrer com a arbitrariedade desse sistema judicial fascista em que não se respeita a presunção da inocência e se condena por manchetes de jornais? Reforço aqui as palavras da OAB de Santa Catarina, é chegada a hora de debater seriamente a forma espetacular e midiática como são realizadas as prisões provisórias no Brasil!

Eu rogo a V.Exa., portanto, que receba como lido este pronunciamento e lhe dê divulgação nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a morte do Reitor Cancellier é a morte do Estado Democrático de Direito, é a ditadura do judiciário, a instalação do Estado



Policialesco. Justiça em que primeiro se condena uma pessoa com linchamento midiático, para depois buscar as provas. A escola de Moro fez mais uma vítima. Quantos outros Cancellieres ou Marisas vamos ver morrer com a arbitrariedade desse sistema judicial fascista em que não se respeita a presunção da inocência e se condena por manchetes de jornais? Reforço aqui as palavras da OAB de Santa Catarina, é chegada a hora de debater seriamente a forma espetacular e midiática como são realizadas as prisões provisórias no Brasil!

Deixo aqui a nota da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina: É chegada a hora da sociedade brasileira e da comunidade jurídica debaterem seriamente a forma espetacular e midiática como são realizadas as prisões provisórias no Brasil, antes sequer da ouvida dos envolvidos, que dirá sua defesa.

Reputações construídas duramente ao longo de anos de trabalho e sacrifícios podem ser completamente destruídas numa única manchete de jornal. Para pessoas inocentes, o prejuízo é irreparável. Cabe-lhes a vergonha, a dor, o sentimento de injustiça. O peso destes sentimentos pode ser insuportável.

Aos familiares e amigos do Prof. Cancelier, nossas sinceras condolências.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto, do PT da Paraíba.

Enquanto S.Exa. dirige-se à tribuna, tem a palavra o Deputado Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós temos hoje, dia 4 de outubro, Dia de São Francisco de Assis, uma votação importante. V.Exa. sabe disso. Estamos prestes a chegar dia 6, último dia para fazer



as alterações eleitorais para vigorarem nas eleições do ano que vem. Esta votação pode até não ser no apagar das luzes, mas está no finzinho, na beirada do tacho.

Querem votar e aprovar esse fundo de forma simbólica, mas nós vamos exigir e trabalhar aqui o dia inteiro, à tarde e à noite, para que essas votações aconteçam de forma nominal, para que cada Deputado coloque a sua digital e deixe bem claro se ele quer tirar dinheiro de outras fontes, de outros setores, porque o caixa é o mesmo, para colocar num fundo eleitoral para aqueles que estão acostumados a fazer campanha só com dinheiro. Isso é um vício. Falam que o vício é do eleitor, mas o vício não é do eleitor. O vício é do político que não sabe gastar sola de sapato e pedir o voto. Só está acostumado a fazer campanha...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Luiz Couto.

Em seguida, tem a palavra o Deputado Leônidas Cristino.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nos dias 5, 6 e 7 de outubro, lá na cidade de Boqueirão, no Cariri Ocidental, na Paraíba, será celebrada a 7^º Festa Estadual das Sementes da Paixão, que é uma festa organizada pelo Coletivo ASA Cariri Ocidental (Casaco) em parceria com a entidade Articulação do Semiárido Paraibano (Asa PB).

Quero parabenizar aqueles que vão realizar esta festa que é muito importante.

O segundo pronunciamento, Sr. Presidente, é sobre a “Lei da Grilagem”, que é uma lei que fere a Constituição, liquida bens comuns, estimula o desmatamento e



a violência, impactando terras públicas, florestas, águas e ilhas federais na Amazônia e na zona costeira brasileira.

Mas, Sr. Presidente, aproveito o tempo que me resta para dizer que esse Governo só sabe fazer maldade. É crueldade em cima de crueldade! É um Governo que tem perversidade. Agora ele tenta colocar novamente a culpa no servidor público. Ele quer retirar direito dos servidores, aumentar a contribuição previdenciária. Ele quer fazer tudo.

Esse Governo precisa ser retirado! E eu espero que, através dessa ação, nós possamos fazer com ele seja investigado e depois afastado desse poder, porque ele não é capaz de fazer o que o povo quer, porque ele está a serviço do mercado financeiro do nosso País.

Gostaria que se desse a devida publicidade, nos meios de comunicação, a estes meus pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Vamos divulgá-los no programa *A Voz do Brasil*.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS PELO ORADOR

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de registrar a 7ª Festa Estadual das “Sementes da Paixão”, que será sediada pela Cidade de Boqueirão, no Cariri Ocidental da Paraíba. Esta Festa é organizada pelo Coletivo ASA Cariri Ocidental (Casaco), em parceria com as entidades da Articulação no Semiárido paraibano.

A festa acontecerá durante os dias 05, 06 e 07 de outubro, tendo como local Clube Social daquela cidade e, conforme a diretora daquela entidade, Maria Célia Araújo, mostrará o conjunto das ações agroecológicas desenvolvidas nos municípios



e em todas as microrregiões do estado. Assim se expressa, Maria Célia: “Na realidade é a primeira vez que a gente se candidatou pra receptionar essa festa, o Coletivo Asa Cariri Ocidental (Casaco), vem neste processo de construção de aproximadamente 15 anos, então a gente não tinha ainda a maturidade de receptionar um evento como esse, então pra gente é motivo de muita alegria de construção de identidade onde temos um município muito engajado neste momento, temos uma comissão municipal que é bem atuante que está preparada pra receber esse evento neste momento”.

Para tanto, quero parabenizar os organizadores deste grande festival das “Sementes da Paixão”, bem como convocar todas as famílias agricultoras, técnicos agrícolas, estudantes e pesquisadores do Estado da Paraíba para estarem presente nesta Festa.

Neste final de semana, ficarei em Brasília, pois estarei participando do encontro nacional da mensagem, mas enviarei meus assessores, para me representar, neste importante festival da semente.

Para finalizar, envio um abraço para a população de Boqueirão e friso a importância do Festival da “Semente da Paixão” que além de histórico é importante para o crescimento da agricultura Familiar da região.

Era o que tinha a dizer.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna aplaudir a atitude do Partido dos Trabalhadores sobre os questionamentos na Justiça sobre a nova “Lei da grilagem” (Lei 13.465/17). Uma lei que fere a Constituição e liquida bens comuns, estimula o



desmatamento e a violência, impactando terras públicas, florestas, águas, e ilhas federais na Amazônia e Zona Costeira Brasileira.

No último dia 28 de setembro deste, o Partido dos Trabalhadores entrou com um pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade, no Supremo Tribunal Federal, em que questiona vários pontos da nova “Lei de Grilagem”, sancionada no dia 11 de julho deste, pelo presidente golpista e usurpador Michel Temer.

Dentre os pontos questionados estão a inconstitucionalidade formal e material de diversos dispositivos da Lei 13.465, entre eles, os que se referem à denúncia de receita por parte da união sem a respectiva previsão de impacto orçamentário.

Ainda, segundo a ação perderemos de R\$19 a R\$ 21 milhões com a aplicação da lei somente na Amazônia. Esse prejuízo segundo o Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, (Imazon), seria o resultado da diferença entre o valor médio de mercado dos imóveis em processo de regularização e o valor a serem cobradas pelo governo golpista, de acordo com as novas regras.

Além disso, esta Lei incentivará ainda mais a ação de grileiros de terras. O Partido dos Trabalhadores alertou sobre o sentido da Lei alterar o Programa Terra Legal (Lei 11.952/09), onde permitirá a regularização de áreas de 2.500 hectares, autorizando o acesso de grandes invasores a esses imóveis.

Ainda há pontos muito mais graves questionados na nova Lei. Por isso, quero congratular com a atitude do Partido dos Trabalhadores, através da nossa Presidenta, Gleisi Hoffman, pela coragem e atitude de tentar barrar essas inconstitucionalidades de um governo golpista e usurpador.

Era o que tinha a dizer.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Leônidas Cristino, do PDT do Ceará.

V.Exa. tem 3 minutos.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a mensagem que está gravada em nosso sentimento e no da população de Camocim está agora escrita, com todas as letras, no coração da cidade, em um ponto de destaque na Avenida Beira-Mar.

Falo do Monumento Eu Amo Camocim, de cuja inauguração participei, ao lado da Prefeita Monica Aguiar, do Deputado Estadual Sérgio Aguiar, de Vereadores, de Secretários, de servidores públicos municipais e da comunidade camocinense, nas comemorações do aniversário do Município, que ocorreu no dia 29 de setembro.

Camocim, nossa querida e histórica cidade no norte do Ceará, que na semana passada celebrou 138 anos de emancipação política, tem a comemorar grandes avanços nas áreas de educação, saúde e infraestrutura, conduzidos pela gestão da Prefeita Monica Aguiar.

Quero, Sr. Presidente, em nome da Prefeita, felicitar o povo de Camocim pelo seu aniversário e congratular-me com toda a equipe da administração municipal pela condução do modelo de gestão com foco na prestação de serviços e melhoria das condições gerais de vida da população, que tem apresentado bons resultados a cada dia.

Eu queria, Sr. Presidente, que V.Exa. divulgasse este pronunciamento nos meios de comunicação da Casa, e principalmente no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente!



PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (PDT-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a mensagem que está gravada em nosso sentimento e da população de Camocim, está agora escrita com todas as letras no coração da cidade, em um ponto de destaque na Avenida Beira Mar. Falo do Monumento “Eu Amo Camocim” de cuja inauguração participei ao lado da prefeita Mônica Aguiar, do deputado estadual Sérgio Aguiar, vereadores, secretários e servidores públicos municipais e da comunidade comocinense em geral nas comemorações do aniversário do município, que ocorre no dia 29 de setembro.

Camocim, nossa querida e histórica cidade no Norte do Ceará, que na semana passada celebrou 138 anos de emancipação política, tem a comemorar grandes avanços nas áreas de educação, saúde e infraestrutura, conduzidos pela gestão da prefeita Mônica Aguiar. As praias, lagoas e infraestrutura de hospedagem constituem a base da vocação de Camocim para o turismo, agora potencializado com voo direto para o aeroporto da vizinha Jericoacoara.

O calendário de inaugurações realizadas nessa semana é emblemático do momento virtuoso que vive a cidade de e Camocim, que tenho a honra e a alegria de representar no Congresso Nacional. Simbolizando a prioridade da administração municipal voltada para o setor educacional, As Escolas de Ensino Fundamental Alba Maria de Araújo Lima Aguiar e General Antônio da Silva Campos, referências na qualidade da Educação no município, receberam uma Sala Tecnológica com equipamentos digitais pedagógicos de última geração para a comunidade escolar.



Compõem com destaque a carteira de investimentos no município as obras do Mercado Público Municipal; a pavimentação da malha urbana e a reforma e ampliação de estradas na zona rural; a perfuração de poços profundos, instalação de chafarizes e sistemas simplificados de abastecimento de água; a ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na zona urbana e o Esgotamento Sanitário, realizadas em parceria com o governo do Estado.

Na Semana do Município são pontos altos da fé e tradição a santa missa em Ação de Graças na Igreja de São Francisco e a Regata de Canoas na Avenida Beira Mar. Momentos de renovação das esperanças por novas conquistas e solidificação do calendário de festividades.

Quero, em nome da prefeita Mônica Aguiar, felicitar o povo de Camocim pelo seu aniversário e congratular-me com toda a equipe da administração municipal pela condução do modelo de gestão com foco na prestação de serviços e melhoria das condições gerais de vida da população que tem apresentado bons resultados a cada dia.

Muito obrigado!

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
Rodrigo Maia, Presidente.*

V - ORDEM DO DIA

PRESENTES OS SEGUINTE SRS. DEPUTADOS:

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A lista de presença registra o comparecimento de 387 Senhoras Deputadas e Senhores Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Passa-se à apreciação da matéria sobre a mesa e da constante da Ordem do Dia.

Item 1.

PROJETO DE LEI Nº 8.612-A, DE 2017
(COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE, ESTUDO E
FORMULAÇÃO DE PROPOSIÇÕES RELACIONADAS À
REFORMA POLÍTICA)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 8.612-A, de 2017, que altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), a Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), e a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971, com o fim de promover ampla reforma no ordenamento político-eleitoral; tendo parecer proferido em plenário, pela Comissão Especial, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, nos termos do Substitutivo apresentado.

(Relator Dep. Vicente Candido)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Há sobre a mesa requerimento de retirada de pauta:



Requeiro, nos termos do art. 83, parágrafo único, inciso II, alínea "c", combinado com o art. 117, VI, todos do Regimento Interno, a retirada de pauta da presente Ordem do Dia do Projeto de Lei 8.612/17.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós vamos retirar o requerimento em relação a essa matéria. Nós só queremos entender o procedimento de votação.

Primeiro, vota, então,...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já está em processo de votação.

O SR. GLAUBER BRAGA - ...o processo de votação dessa matéria. E logo depois entram as outras matérias.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós retiramos esse requerimento de retirada de pauta agora.

Vai haver um espaço para o Relator fazer a apresentação do seu relatório, e nós podermos dialogar com ele?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vai.

O SR. GLAUBER BRAGA - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou abrir aqui...

O SR. GLAUBER BRAGA - Nós estamos com uma informação aqui. Estava aqui dialogando com a Carla. Nós apresentamos requerimento de retirada de pauta em relação ao Senado. Nós não apresentamos requerimento de retirada... É só para podermos afinar aqui essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É o 8.612.



O SR. GLAUBER BRAGA - Então, retira, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em discussão a matéria.

Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu tenho uma dúvida. O Relator disse que vai ainda promover uma complementação de voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vai.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Será que não seria melhor ele fazer a apresentação antes para podermos falar em cima do parecer efetivamente em debate e evitarmos falar de coisas já superadas?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos começar o debate. E, assim que ele estiver pronto, em 5 minutos ele faz isso, antecipa a apresentação do voto em relação às emendas.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu só queria também dialogar com o que foi dito pelo Deputado Molon. É muito importante que nós possamos dialogar com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos fazer o seguinte acordo? Como é uma matéria que todos querem votar, o nosso problema aqui não é ultrapassar a obstrução, é dialogar para construir um texto que possa ser aprovado no tempo adequado.

O SR. GLAUBER BRAGA - E até para nós ressalvamos os destaques necessários.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Então, nós vamos começar os debates. Ele vai apresentar o voto dele em relação às emendas. Quando todos estiverem



com as suas dúvidas resolvidas, nós entramos no processo de votação. Assim, ninguém fica... Nós só encerraremos a discussão quando todo mundo tiver entendido as modificações ou as emendas que foram aprovadas.

O SR. GLAUBER BRAGA - Nós precisamos desse tempo inclusive para formatação de destaque, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há problema.

O SR. GLAUBER BRAGA - Nós precisamos conhecer o texto. Então, eu queria pedir à Mesa que nós tivéssemos um tempo para a formulação dos destaques necessários.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mesmo que nós encerremos a discussão para votar o principal, negociamos com o Plenário para que ainda possa haver prazo para a apresentação de destaque. Eu acho que não tem problema o tema.

O SR. GLAUBER BRAGA - A solução também não tem problema se nós só estendermos o tempo de apresentação de destaque logo após a leitura do Deputado Vicente Candido, um tempo mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tá bom.

O SR. GLAUBER BRAGA - Diz que os destaques vão ser apresentados até o momento tal. E nós vamos ter o tempo, se for necessária a apresentação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Claro! Está combinado assim.

O SR. JORGE BOEIRA (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, os Vereadores Jaison, Targino e Eraldo se encontram aqui presentes, fazendo uma visita a esta Casa. Obrigado.



O Sr. Rodrigo Maia, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon, por 3 minutos.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aguarde 1 minuto Deputado. Gente, eu gostaria de combinar o seguinte. Há pelo menos 20 inscritos aqui, vamos fazer uma coisa combinada: serão 3 minutos sem prorrogação. Está combinado? Todo mundo entendeu? Aí ninguém fica triste, está bem?

Com a palavra o Deputado Alessandro Molon, por 3 minutos, começando agora.

O SR. ALESSANDRO MOLON (REDE-RJ. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ficaremos tristes, mas, de qualquer maneira, é uma tristeza democrática, não é isso?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero me dirigir aos colegas para tratar desta proposta que vamos votar a seguir. Não é ela que institui o Fundo Eleitoral, este debate nós faremos no projeto que veio do Senado.

Este projeto trata de regras de distribuição do Fundo eleitoral. E essas regras são extremamente injustas, Sr. Presidente, e eu vou usar um exemplo para explicar a V.Exa. e aos colegas as razões pelas quais essa distribuição é injusta.

Deputado Henrique Fontana, V.Exa., que tratou deste tema há pouco, o montante reservado pelo Relator para candidatos ao mesmo cargo numa mesma circunscrição, que deve ser distribuído igualmente entre todos os candidatos, é de



20%, correto? Mas o valor reservado para ser distribuído igualmente entre os partidos é de 2%.

Vejam que é uma contradição do próprio texto. A regra de igualdade para os candidatos de um mesmo partido não vale como regra de igualdade para os candidatos de partidos diferentes. Então, aqui há uma preocupação central que diz respeito à forma como esses recursos vão ser distribuídos entre os partidos, ou seja, ela tende a preservar e a eternizar a desigualdade entre os partidos.

Hoje os partidos grandes, graças ao financiamento empresarial da campanha passada, tendem a permanecer grandes, Deputada Erundina.

E os partidos pequenos como o de V.Exa., como o meu e como outros partidos pequenos e ideológicos terão enorme dificuldade para crescer porque a distribuição dos recursos é extremamente desigual. Aqui não estamos tratando da criação do Fundo e se temos posição muito semelhante neste debate, Deputada Luiza Erundina. Aqui estamos falando da distribuição desse Fundo.

Há outros problemas no texto que precisam ser enfrentados e corrigidos como, por exemplo, o perdão às multas de partidos perante a Justiça eleitoral. Um perdão excessivo, que causa perplexidade mesmo na sociedade, um desconto de 90%. Não é razoável depois de tudo a que assistimos um desconto tão intenso, tão expressivo no projeto de lei.

Há outras iniciativas positivas que constam do projeto, como a permissão de divulgação de candidaturas na Internet.

Não tenho tempo para tratar disso, mas ficam registradas aqui algumas das minhas discordâncias em relação ao texto do Relator.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, farei um registro rápido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Pois não, Deputado Simão Sessim.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, encontra-se conosco um grupo de Itaperuna, um Município que muito amo, a “princesinha” da região noroeste do Rio de Janeiro. Estão conosco o Vereador Welliton do Frango, o Secretário de Fazenda Décio Macedo, o Secretário de Planejamento Carlos Alexandre Vieira Seródio e o Técnico de Projeto Túlio de Souza. Estão percorrendo vários gabinetes em busca de recursos para aquela região.

Sr. Presidente, eu quero me associar ao pleito deles. Realmente, sou um homem devotado àquela região. Estou lutando muito. Itaperuna precisa de recursos para a conclusão de pontes, para escolas e para a saúde.

Peço ao meu amigo Vereador Welliton do Frango que leve o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro, Deputado.

Muito obrigado pela presença, Vereador. Com o apoio do Deputado Simão Sessim, é recurso garantido.

Concedo a palavra ao Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Valmir Prascidelli.

V.Exa. tem 3 minutos na tribuna.

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos, há vários meses, fazendo o debate sobre essa matéria.



Obviamente, trata-se de uma matéria bastante polêmica. Há interesses de partidos; há interesses dos atuais Deputados e Senadores; e há interesses de muita gente pelo Brasil afora que pretende ser candidata nas eleições de 2018, mas também pretende ser candidata nas eleições de 2020 a Vereador.

Nós superamos debates muito importantes durante o processo de tramitação dessa matéria nas Comissões. Duas Comissões trataram desse tema. Uma delas tratou mais diretamente da questão das coligações partidárias. Votamos aqui no plenário. Ontem foi concluída a votação no Senado. Mas nós precisamos tratar de temas que são diretamente relacionados ao processo eleitoral propriamente dito.

Esses temas estão compostos no relatório que será daqui a pouco aqui lido pelo Relator Vicente Candido. É óbvio que ninguém aqui está dizendo e defendendo que este é um relatório perfeito, que atende a todos os partidos e a todos os Deputados, mas este é o relatório possível, fruto de um debate muito intenso, repito, de vários meses, feito nesta Casa. Ele contempla medianamente aquilo que é hoje o papel dos partidos políticos e de vários candidatos que disputarão as eleições.

A diminuição de custo de campanha é fundamental, a lisura no processo eleitoral é fundamental. Portanto, nós precisamos avançar ainda mais, por conta do progresso imenso que o País teve, quando nós aprovamos aqui nesta Casa o fim do financiamento privado de campanha e o Supremo votou no mesmo sentido, para que possamos ter equidade nas campanhas, para que possamos permitir uma maior democracia no processo eleitoral, para permitir que o cidadão comum possa disputar a eleição com a expectativa de ser eleito e até assumir um mandato neste Parlamento.



Enfim, para podermos ter oxigenação na política, nós precisamos votar esta matéria hoje, aprovar o fundo eleitoral e dar uma regulação melhor à nossa legislação eleitoral.

Por isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, precisamos evoluir na votação dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Bacelar. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Flavinho. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado George Hilton.

O SR. GEORGE HILTON (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto o Deputado Júlio Delgado vai à tribuna, aproveito para registrar a presença no nosso Vereador Fabiano, de Lagoa Santa, que foi Secretário Municipal de Saúde na gestão anterior e está em Brasília visitando os Ministérios comigo para que possamos trazer recursos para a saúde do Município de Lagoa Santa. Então, registro a presença honrosa do nosso Vereador Fabiano.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado. S.Exa. dispõe de 3 minutos na tribuna.



O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro quero fazer um registro claro a todos os colegas Parlamentares, Deputadas e Deputados.

Fazer uma reforma política a 2 dias do prazo para vigorar no ano que vem é não fazer algo direito. Fazer no apagar das luzes do prazo é fazer uma reforma que vai ficar capenga. É importante ressaltar isso.

É importante lembrar aos Deputados também que ontem não foi utilizado o Regimento, art. 155, para poder aprovar a urgência, sem ter a necessidade da quebra do interstício, abrindo um precedente perigosíssimo.

Há 18 anos, o art. 154 não era utilizado nesta Casa. Há 18 anos! Faz-se uma urgência para depois tentar votar simbolicamente sem a necessidade da quebra do interstício! O Deputado Glauber Braga e outros estão anunciando isso aqui! Faz-se um procedimento num artigo e depois querem que a prática seja no outro. Faz-se um procedimento de urgência para que a sessão fosse colocada para hoje, para tentar enfiar no último dia, no apagar das luzes, na última hora, reformas que não condizem com o sentimento da Casa. A reação já está nas ruas. As pessoas já estão atentas a isso.

A proposta do Deputado Vicente Candido que vai ser votada só faz a regulamentação da divisão desse valor. E na proposta do Deputado Vicente Candido, por exemplo, somos favoráveis ao teto de gastos de campanhas eleitorais para Deputados, Governadores, Deputados Estaduais e Senadores. Também somos favoráveis à regulamentação do autofinanciamento, senão um Deputado mais abastado teria condições de autofinanciar totalmente a sua campanha. Esse artigo está de acordo com isso.



Agora, a criação de um fundo de campanha diferente do fundo partidário existente que vai sugar do fundo partidário... O fundo partidário não poderá ser usado para campanhas eleitorais! O fundo partidário, Sras. e Srs. Deputados, que já é utilizado para campanhas eleitorais, como aconteceu em 2016, não poderá ser utilizado, e cria-se aí um fundo eleitoral. Preocupemo-nos com isso na discussão da proposta que vem do Senado, com o risco que corremos de aprovar algo no limiar da data para vigorar nas eleições do ano que vem, podemos aprovar uma proposta que tira dinheiro de outras áreas. E tira, sim, porque o caixa de arrecadação é único, e retirar recursos de emenda de bancada é retirar recursos que possam atender às nossas cidades e Estados que estão passando pelas mais variadas necessidades e carências neste momento. Não vamos falar aqui de saúde, educação e outros setores!

É importante ficarmos atentos! Vamos discutir isso durante a tarde e a noite de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Enquanto o Deputado Padre João se dirige à tribuna para falar a favor da matéria, tem a palavra o Deputado Paulo Foletto.

O SR. PAULO FOLETTTO (PSB-ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente Manato, eu queria registrar a realização, no sábado, do 1º Concurso de Qualidade do Café Conilon do Município de Marilândia, que contou inclusive com a presença de V.Exa., onde nós trabalhamos muito a questão da produtividade. Com isso, Marilândia dá um salto adiante.



A fazenda do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural — INCAPER de Marilândia tem a melhor genética do mundo na questão de café conilon.

Na região, São Gabriel da Palha já fazia o seu prêmio de café de qualidade, e agora Marilândia também assume esse protagonismo para estimular os nossos cafeicultores, principalmente os da agricultura familiar, a produzir com uma qualidade maior, o que, sem dúvida nenhuma, agrega no mínimo 20% ao preço da saca de café.

Para terminar, Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. me desse mais 30 segundos para registrar o trabalho do Prof. Durval, em Colatina, que está abrindo um Centro de Referência de Assistência Social — CRAS. Todo dia, a partir das 18 horas, o CRAS é entregue à comunidade...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado. Depois concederemos a palavra novamente a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Padre João, por 3 minutos.

O SR. PADRE JOÃO (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já que estamos tratando da reforma política, eu queria dizer que hoje é dia de Francisco de Assis. Quando Francisco de Assis decidiu consagrar sua vida a Deus e à natureza, ele foi diante do pai dele, arrancou a roupa e saiu nu — nu! Aqui já foi destacado quando ele pediu para ser sepultado também nu. Francisco de Assis é aquele que fez opção pelos pobres, pelas minorias.

A reforma política, no conjunto, traz isto: inclusão — inclusão das mulheres, inclusão daquelas pessoas que não têm condições de fazer campanhas. Essa



reforma dá a possibilidade ao mineiro, àquele que trabalha na mina, ao operário, de disputar a eleição em condições de igualdade com o grande, com o dono da mineração, dá a possibilidade ao trabalhador de disputar a eleição em pé de igualdade com o patrão. O pessoal tem que entender o avanço que se tem.

O corte no SUAS e na educação foram os golpistas que deram. Foram os golpistas também que, logo em seguida, votaram a PEC 241 aqui na Câmara e a PEC 55 no Senado, congelando os gastos por 20 anos.

Então, para aprimorar a democracia, para que os negros, índios, quilombolas, trabalhadores e trabalhadoras, mulheres tenham de fato um espaço, um mandato, possam de fato representar aqui as minorias, que estão na sociedade como um todo, é importante que avancemos nesse conjunto da reforma política — seja em relação às mulheres, seja em relação ao financiamento. Esse financiamento garante igualdade na disputa das eleições.

Em relação ao Orçamento de 2018, temos que fazer essa disputa na Comissão de Orçamentos, para garantir justiça aos mais pobres e não permitir o sucateamento dos programas de assistência social.

Então, Presidente, eu me manifesto favoravelmente a este conjunto. É triste quando vemos também os mais pobres se posicionarem contrariamente. É porque não estão entendendo o todo. Mesmo alguns colegas Deputados, com proselitismo, vêm se manifestar contrários.

É um salto, sim, para a nossa democracia. Por isso, votamos favoravelmente, apoiamos esse conjunto que está sendo proposto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, nobre Deputado.



Para falar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

(Pausa.)

O SR. CELSO MALDANER - Presidente Carlos Manato, peço só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Olhem só. Nós não podemos brincar agora. Então, eu gostaria de combinar com V.Exas. o seguinte acerto: nós estamos na discussão da matéria e estamos no último dia. Se ficarem pedindo 1 minuto para falar a toda hora, vai complicar a coisa.

Eu vou deixar registrar, mas não vou mais abrir 1 minuto. Não precisa trazer Prefeito agora. Na hora da votação nominal, V.Exas. trazem, porque está complicado. Nós temos um assunto sério e não conseguimos discuti-lo. Então, é a última vez. Não abro mais, porque não estão falando sobre o tema.

Está bom, Deputado? V.Exa. pode falar.

O SR. CELSO MALDANER (PMDB-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.)
- Obrigado, Deputado Carlos Manato.

Eu só quero registrar que nós estamos recebendo os universitários da UNOCHAPECÓ, lá de São Lourenço do Oeste, a Capital do Oeste. Estão aqui os formandos, com o Professor Gláucio e com o Coordenador Robson. São formandos de Direito. Inclusive, há Vereadores na turma, que estão prestigiando o Congresso Nacional.

Então, eu só queria fazer este registro.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Está feito o registro, Deputado. Obrigado.

O SR. CELSO MALDANER - Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Concedo a palavra ao Deputado Afonso Florence.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero, rapidamente, fazer um registro. O Vereador Gil e a Vereadora Joana, do Município de Pé de Serra, foram ameaçados de morte, porque cobraram do Prefeito a realização de concurso público. O Prefeito demite os terceirizados e coloca a culpa nos Vereadores.

Nós já acionamos o Ministério Público e a polícia. Vamos investigar quem está fazendo a ameaça de morte. Os Vereadores Joana e Gil têm nosso apoio. O responsável vai responder na forma da lei — o Prefeito ou quem for.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Gostaria de deixar claro que só falará agora quem está inscrito.

Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães, por 3 minutos.

O SR. DAVIDSON MAGALHÃES (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, enviou para o Supremo Tribunal Federal parecer no qual defende a possibilidade de que haja candidaturas avulsas. Isso vai ser julgado hoje.

Nós estamos aqui discutindo uma reforma eleitoral. Na verdade, não é uma reforma política. Não foge do *script* de todas as reformas políticas que têm sido feitas nos últimos anos, sempre de maneira açodada, sem uma discussão mais profunda.



Não podemos permitir que o Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria-Geral da República queiram legislar. Nós estamos vivendo uma crise política e institucional neste País, em que se quer suprimir exatamente o único espaço onde há participação direta do povo: as Casas Legislativas. É o único Poder que pode ser julgado e avaliado pelo povo. Os outros Poderes são herméticos. O Judiciário é um Poder hermético, teoricamente meritocrático, elitista e afastado dos interesses do povo. E agora querem determinar o processo Legislativo e até o processo executivo deste País.

O Capítulo IV da Constituição, que trata dos Direitos Políticos, em seu art. 14, diz:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos (...)

.....

§ 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I – a nacionalidade brasileira;

II – o pleno exercício dos direitos políticos;

III – o alistamento eleitoral;

IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;

V – a filiação partidária (...)

Não pode ser utilizado um tratado que fala de maneira genérica da participação direta do povo no processo de decisão — e essa participação se dá no momento em que os indivíduos votam — para negar os partidos políticos, superando



e contrariando a Constituição, de modo a criar uma anarquia política neste País. Há dificuldades exatamente de se superar esse propósito do Judiciário de também legislar no Brasil.

Portanto, registro o meu repúdio a esse posicionamento. Como pode uma Procuradora-Geral da República passar por cima da Constituição, que é tão clara? A forma como se está interpretando a Constituição neste País na verdade está criando um novo poder, que interpreta a Constituição de acordo com os seus interesses elitistas e golpistas, do mesmo jeito que fizeram em 1964, quando autorizaram o golpe, e no ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Para falar a favor da matéria, concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário.

V.Exa. tem até 3 minutos.

Depois o Deputado Pompeo de Mattos falará contrariamente à matéria.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu me inscrevi para falar favoravelmente à matéria porque somos todos, como Congresso Nacional, devedores ao País de uma reforma política. O difícil ao tratarmos de uma reforma política é que cada um e cada uma de nós têm como ideal uma reforma diferenciada, de acordo com aquilo que acredita ser o melhor para a democracia.

Alguns pesquisadores na área da teoria política avaliam que sempre as escolhas são feitas de acordo com o que é melhor para cada um. Trata-se de uma linha que considera que a política é unicamente definida a partir da escolha racional e dos interesses.



Eu creio que nós temos que pensar em outras possibilidades e ter inclusive mais confiança no que possa ser a capacidade de transcendermos o interesse imediato e pequeno, quando pensamos em uma reforma política.

No entanto, ainda que eu vote favoravelmente pelo esforço que foi realizado e por um conjunto de aspectos que poderá vir a melhorar o sistema eleitoral brasileiro, nós não avançamos nas questões relacionadas à participação social direta e ao reconhecimento da cidadania como agência.

Portanto, Deputada Luiza Erundina, minha homenagem a V.Exa. como parte capaz de dar a este Congresso Nacional uma capacidade que hoje ele não tem, ou seja, maior interação e representatividade reconhecida pela sociedade.

Sabemos que no atual momento nós vivemos, do ponto de vista da democracia, uma grande crise de confiança. Que a votação que hoje estamos fazendo possa melhorar um pouco essa nossa relação!

Participo daqueles que avaliam que é importante aprovarmos um fundo de caráter público para as eleições. Creio que teremos aqui, com o dispositivo do fundo público — o que não poderia significar retirada de recursos da saúde, educação ou qualquer área —, recursos que podem incentivar a democracia brasileira e sobretudo transformar em autônomos ao mandatos que aqui estão e que sempre deveriam ter sido.

Além de referir-me a isso, quero destacar que a definição de tetos para as campanhas eleitorais é um elemento central. Nós temos que aprovar hoje tetos que sejam mais razoáveis e mais baixos do que os gastos que foram feitos nas últimas eleições.



Isso acontece no substitutivo ao projeto apresentado pelo Deputado Vicente Candido no que diz respeito à Presidência da República, mas ainda não acontece para Deputados e Deputadas. Essa mudança está sendo proposta aqui pelo Deputado Henrique Fontana. Quero, portanto, somar-me à mudança que S.Exa. propõe e sugerir..

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, que falará contrariamente à matéria. *(Pausa.)*

Encerrados os oradores contrários.

Concedo a palavra ao Deputado José Rocha, que falará favoravelmente à matéria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos, que falará favoravelmente à matéria. *(Pausa.)*

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Eu agradeço.

Eu só ia dizer “muito obrigada”.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Eu agradeço.

A Deputada gostaria de agradecer.

Muito obrigado, Deputada, pelo carinho de V.Exa.

Concedo a palavra à Deputada Laura Carneiro. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Ronaldo Fonseca, que falará favoravelmente à matéria. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*



Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Zé Geraldo. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida.

V.Exa. tem 3 minutos à tribuna.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, não podemos afirmar que fizemos uma reforma política que pudesse produzir transformações no modelo político-eleitoral brasileiro.

O que vai ser promulgado amanhã é um pequeno avanço em relação ao que prevalece hoje, mas não muda a estrutura política eleitoral do nosso País naquilo que sempre defendemos: de democratizar a participação popular, a participação direta do eleitor, para que o Congresso Nacional possa efetivamente representar o mosaico que é a sociedade brasileira, os diversos segmentos da sociedade brasileira.

A proposta que estamos discutindo hoje altera o caótico sistema de financiamento eleitoral. Todos nós chegamos aqui através da última eleição que disputamos, e essa eleição teve o financiamento empresarial. Isso foi vetado pelo STF, e deveria ter sido há muito tempo, inclusive a partir de debates nesta Casa. O financiamento empresarial produziu essa porta aberta para a corrupção e para os escândalos políticos eleitorais no nosso País.

Não se deve pensar em retomar o financiamento privado, o financiamento empresarial. O que está se propondo aqui é um financiamento público, com critério de distribuição dos recursos de forma transparente, passando para os partidos



políticos e com o acompanhamento da sociedade, com a fiscalização por parte do eleitor.

Acho que isso significa um importante avanço. A democracia tem preço, e deve ser um preço pago coletivamente pela sociedade brasileira. Não vai se tirar recursos da saúde e da educação, como alguns tentam afirmar aqui. É um remanejamento de recursos já existentes no orçamento da União. Esse é um elemento.

Outras mudanças estão contidas no relatório do Vicente Candido: tornar a eleição mais barata. Acabar com essa caótica distribuição de recursos, onde um Estado tem valores para Deputado Federal, Governador, completamente incompatíveis com a realidade e com o perfil daquele Estado.

Por isso, nós defendemos a aprovação desse relatório, que achamos muito importante para minimamente ...

(Desligamento automático do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado, Deputado.

Está encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - O projeto foi emendado.

Para oferecer parecer às emendas de Plenário, pela Comissão Especial, vou conceder a palavra ao Deputado Vicente Candido. No acordo que nós fizemos, S.Exa. vai falar, eu vou conceder a palavra rapidamente, por 1 minuto, para 2 ou 3 Deputados, e vamos interromper de novo.

Concedo a palavra ao Deputado Lázaro Botelho para um registro.

O SR. LÁZARO BOTELHO (Bloco/PP-TO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou ocupando esta tribuna para



parabenizar o povo do meu querido Estado do Tocantins pelos seus 29 anos de criação.

Então, eu quero simplesmente deixar o meu discurso como lido para que a população do meu Estado do Tocantins tome conhecimento desse meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELO ORADOR

O SR. LÁZARO BOTELHO (Bloco/PP-TO. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje ocupo a Tribuna para prestar meus Parabéns aos 29 anos do meu Estado do Tocantins, comemorado amanhã, dia 5 de outubro. O Estado mais novo do Brasil... Pela importância incontestável que tem para todo o Brasil e para a nossa história... A caçula de todas as federações merece esta minha singela homenagem aqui nesta Casa.

Costumo dizer que o nosso Estado foi sonhado por muitos e construído por milhares de mãos. Pessoas que foram para lá acreditando em sonhos. E que por meio das oportunidades encontradas, conseguiram realizá-los.

Um lugar que também não teria sido criado sem a força e atitude de figuras políticas que merecem a nossa lembrança, como o ex-governador José Wilson Siqueira Campos, os ex-deputados Brito Miranda, José Freire... o Ex-governador de Goiás, o saudoso Henrique Santillo, o atual governador Marcelo Miranda entre outras personalidades...

Como deputado federal e presidente do Diretório Tocantinense do Partido Progressista, estamos nos esforçando nesta Casa e trabalhado diuturnamente para conseguir recursos para os nossos municípios, o que de forma direta ajuda o



desenvolvimento do Tocantins e da nossa gente. Tenho a satisfação de sempre poder contribuir com meu Estado, seja na saúde, educação, segurança pública, agricultura, pecuária, esportes, lazer e turismo.... enfim todas as áreas.

Não posso deixar de destacar ainda, a importância do Agronegócio para o desenvolvimento da economia do Tocantins. Bandeira esta, nobres colegas, que tenho fielmente defendido aqui em Brasília. Sabemos que o agronegócio é o carro chefe da economia. E o nosso Estado está na dianteira, como um dos maiores produtores de grãos do norte do Brasil.

Agradeço a atenção de todos e reforço o meu compromisso de continuar trabalhando pelo crescimento do Tocantins. Estou e sempre estarei à disposição de todos os cidadãos da minha terra. Tenho a satisfação em registrar nos Anais do Poder Legislativo brasileiro a minha homenagem, prestada aos 29 anos do meu querido Estado. Senhor Presidente, desejo que estas palavras sejam divulgadas na Voz do Brasil.

Parabéns Tocantins, parabéns tocantinenses! O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Deoclides Macedo. V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. DEOCLIDES MACEDO (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui registrar que hoje, no final da manhã, nós estivemos com o Presidente nacional do INSS tratando da abertura e da inauguração da Agência do INSS na cidade de São Domingos, no Estado do Maranhão. Estivemos acompanhados da Vereadora Patrícia Lucena, que inclusive está aqui no plenário da Câmara dos Deputados, e também do nosso



amigo Biscoito, que também está aqui conosco, nesta Casa, que vieram representando a comunidade e a Câmara Municipal de São Domingos.

O Presidente Leonardo nos garantiu que no dia 3 de novembro a agência será inaugurada em São Domingos.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que mande divulgar este meu pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Com a palavra o Deputado Assis Carvalho, do PT do Maranhão, para fazer um registro.

O SR. ASSIS CARVALHO (PT-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar que recebi também em meu gabinete, nesta data, o grande Prefeito Cabure, de Caraúbas do Piauí, como também o meu querido Aldemar, de Cajazeiras do Piauí, na região de Oeiras, que estão aqui acompanhando as demandas da municipalidade.

Tivemos, também, a felicidade de ser visitado, hoje, pelo grande Prefeito Barroso Neto, de Santa Cruz do Piauí, que, na oportunidade, dialogou sobre emendas e pautas relacionadas com o seu Município.

Já tivemos aqui, também, a presença de outros Prefeitos, como o Chico Pitu, do Município de Marcolândia, que nos deu muita alegria; e, ainda, a presença de Manoel Lázaro, do Município de Nossa Senhora dos Remédios. São Prefeitos que estão aqui, em Brasília, acompanhando os interesses dos seus Municípios.

Então, queria deixar aqui registrado, neste momento, para que fosse divulgado aqui o nosso pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*, enaltecendo, portanto, o grande trabalho que esses Prefeitos fazem no dia a dia pelos interesses da municipalidade, no Estado do Piauí.



O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Tem a palavra o Deputado Vicente Candido para ler o seu relatório. Depois, Deputado Glauber Braga, haverá as perguntas e o esclarecimento, e o que o Presidente já fez de acordo vai ser cumprido para os destaques.

Com a palavra o Deputado Vicente Candido. V.Exa. tem o tempo necessário.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Carlos Manato, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Eu peço a atenção do Plenário, dos Líderes, dos membros e daqueles que acompanharam a Comissão nesse período, gostaria de falar uma fala mais alongada, mas pela urgência, pelo pragmatismo, pelo tempo que urge sobre a deliberação desses textos, não só o Substitutivo da Comissão, como também o Projeto do Senado, que teremos de deliberar daqui a pouco.

Vou procurar ser bastante objetivo e pragmático. Em outros momentos mais tranquilos vou externando as minhas posições sobre todo esse processo da reforma política no Congresso Nacional.

Antes, quero usar apenas os 2 minutos, mas não poderia deixar de agradecer a algumas pessoas, entidades, bancadas e Líderes para que não seja indelicado ou incompreensível com tamanha ajuda que tive nesse período.

Então, primeiro, agradeço a minha bancada e ao meu partido pela paciência que tiveram comigo nesse processo. Apesar dos debates calorosos, o PT e a minha bancada foram muito complacentes comigo, com todo o fervor do debate.



Quero agradecer aos consultores — não vou citar os nomes aqui para ganhar velocidade a minha fala —, que foram implacáveis, competentes e eficientes nesse processo todo. Quero também agradecer particularmente a cada membro da Comissão, àqueles que se dedicaram, que apoiaram e ajudaram com teses e sugestões no período inteiro desses quase 12 meses de trabalho.

Quero agradecer aos Líderes todos, de todas as bancadas, pela paciência e contribuições. E já aproveitar aqui e pedir desculpas se, em algum momento, não consegui dar atenção devida a esse ou àquele Deputado, Deputada ou Líder de bancada, nos mais variados temas e nas ajudas que tivemos nesse período.

Quero agradecer a minha assessoria direta também de São Paulo e de Brasília, e ao Senado Federal, aos Senadores, com quem já conversei amplamente, procurando já contemplar a demanda do Senado Federal.

Quero agradecer também ao Presidente Rodrigo Maia, por ter confiado a mim a Relatoria junto com toda a Comissão e o Presidente Lúcio Vieira Lima, Presidente da Comissão.

Agradeço ao aprendizado que tive nesse período, mas também registro as minhas frustrações por não ter podido realizar um texto mais adequado e que pudesse convencer o Congresso Nacional de uma reforma política mais ousada, à altura de que o Brasil precisa e merece neste momento.

Peço, então, desculpas à sociedade e aos membros pelas frustrações todas porque, de uma forma geral, foram muitas expectativas de muitos Líderes, de muitos Deputados e Deputadas para conseguirmos um texto mais limpo que fosse o sentimento médio aqui desta Casa.



Aproveito também já para pedir a compreensão dos Senadores, que vão receber hoje ainda um texto desta Casa, que vão ter que deliberar amanhã, em apenas um dia. Isso não é qualquer coisa. Vamos ter que contar muito com a compreensão do Senado Federal.

Dessa forma, fica aqui estes registros iniciais sem prejuízo de, em algum momento, eu poder discorrer aqui da minha expectativa que tinha, das angústias e das frustrações de responsabilidade que ficam para todos nós, Deputada Luiza Erundina, V.Exa. que é uma guerreira nesse processo. Em algum momento o Congresso Nacional vai ter que responder, seja nesta legislatura ou na próxima.

Acho que há a compreensão aqui da maioria desta Casa de que estamos devendo ainda uma reforma política mais ousada para o Brasil, para a política brasileira, para a sociedade brasileira.

Estamos votando hoje aqui um texto muito reduzido, muito enxuto, para evitar o mal maior para que as eleições de 2018 não corram o risco que correriam sem essas normas que vamos aprovar, tanto no texto da Câmara dos Deputados, do complemento com o texto do Senado que virá logo em seguida.

Vou aqui fazer praticamente um complemento de votos e mais algumas leituras de emendas, que acabei de receber ainda dentro do processo regimental, que vou submeter ao conjunto do plenário.

Na segunda-feira à noite li aqui o texto reduzido, que era o substitutivo da Comissão. De lá para cá, mais de 40 emendas foram protocoladas, muitas conversas ainda em paralelo fizemos nesse período. Vou me ater apenas aos acréscimos e submeter aos pares para que, em seguida, possamos fazer a votação, que espero ser tranquila, por acordo ou por consenso.



Do texto que V.Exas. têm conhecimento, lido na segunda-feira, eu vou fazer apenas o complemento.

Farei a leitura do voto, em seguida, o complemento.

“Voto do Relator

Todas as emendas apresentadas atendem, em linhas gerais, aos requisitos constitucionais, de juridicidade e adequação financeira e orçamentária.

Quanto ao mérito, embora reconheçamos os bons propósitos da maioria das alterações propostas, acolheremos apenas aquelas que nos parecem contribuir para o entendimento e o acordo entre as bancadas, dada a situação de urgência na deliberação dessa matéria que não nos permite neste momento aprofundar a discussão de temas mais controversos ou complexos.

Concluo o voto no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e redação, compatibilidade financeira e orçamentária de todas as emendas e, no mérito, pela aprovação das Emendas nºs 1, 5 e 38, que incorporamos ao substitutivo, na forma de uma emenda substitutiva global, ora anexada. Quanto às demais emendas o voto é pela rejeição”.

Eu vou fazer o complemento no texto e também a leitura de mais duas ou três emendas que chegaram na reta final, mas não deu tempo de apreciá-las junto com a consultoria.

Na página 10 do texto que V.Exas. receberão a pouco, no último parágrafo, o § 4º-B, estamos acrescentando:

§ 4º-B As doações realizadas por meio das modalidades previstas nos incisos III e IV, do § 4º devem ser informadas à Justiça Eleitoral pelos candidatos e



partidos nos prazos previstos no art. 28, § 4º inciso I contado a partir do momento em que os recursos arrecadados forem depositados nas contas bancárias dos candidatos, partidos ou coligações.

Na página 11, no final do texto, no art. 26, há um complemento de redação do texto, inciso IV:

Art. 26.

IV - Despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço de candidaturas, observadas as exceções previstas no § 3º.

Na página 12, seguinte, no § 3º:

§ 3º Não são consideradas gastos eleitorais nem sujeitas à prestação de contas as seguintes despesas de natureza de pessoal do candidato: combustível e manutenção de veículo automotor usado por ele na campanha, remuneração, alimentação e hospedagem do condutor do veículo a que se refere a alínea "a", alimentação e hospedagem própria, uso de linhas telefônicas registradas em seu nome como pessoa física até o limite de três.

Na página 13, o art. 37, § 2º.

Art. 37 (...)



§ 2º - Não é permitida a veiculação de material de propaganda eleitoral em bens públicos ou particulares, exceto:

I - bandeiras ao longo das vias públicas, desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos;

II - adesivo plástico em automóveis, caminhões, bicicletas, motocicletas e janelas residenciais, desde que não excedam a meio metro quadrado.

Art. 38-A - É permitida a propaganda eleitoral por comunicação telefônica, desde que realizada a chamada realizada por pessoa natural, dentro do intervalo das 9 às 20 horas, de segunda a sábado, com a identificação do terminal chamador e do motivo da ligação e com o oferecimento da opção pelo não recebimento de novas chamadas, vedada a contratação de empresa para o serviço.

Na página 14, art. 46.

Art. 46 - Independentemente da veiculação de propaganda eleitoral gratuita no horário definido nesta lei, é facultada a transmissão por emissora de rádio ou televisão de debates sobre as eleições majoritária ou proporcional, sendo assegurada a participação de candidatos dos partidos com representação no Congresso



Nacional de, no mínimo, cinco Parlamentares e facultada a dos demais, observado o seguinte:

Art. 51 - Durante o período previsto no art. 47 — estou apenas acrescentando a redação prevista no art. 47, na página 15 ainda —, § 2º - Durante o período previsto no art. 49, onde houver segundo turno, as emissoras de rádio e televisão e os canais de televisão por assinatura mencionados no art. 57, reservarão para cada cargo em disputa 25 minutos, para serem usados em inserções de 30 e 60 segundos, observadas as disposições deste artigo.

Após a página 18, art. 1º, já pula para a página 19.

Parágrafo único. O partido político não se equipara às entidades paraestatais.

Ainda na página 19, art. 109:

§ 2º Poderão concorrer à distribuição dos lugares todos os partidos e coligações que participaram do pleito.

Ainda na página 19, nas Disposições Transitórias. No art. 3º estou mudando a data para 28 de agosto ao invés de 10 de agosto.

Esses são os acréscimos que nós analisamos das emendas protocoladas há mais tempo.

Agora eu vou falar de algumas emendas que foram protocoladas por último, que eu dialogo com o Plenário.



Emenda do Deputado José Guimarães, Líder da Minoria, que sugere alteração na Lei nº 9.504, de 30 de setembro, que altera o art. 11 acrescentando o seguinte:

§ 14 É vedado o registro de candidatura avulsa, ainda que o requerente tenha filiação partidária.

O Relator está acatando para o texto essa emenda do Deputado José Guimarães.

O Deputado Sérgio Brito está sugerindo, com o apoio do Deputado Ronaldo Fonseca, do Deputado Capitão Augusto e mais alguns Deputados fazer a seguinte alteração também na Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 4º Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de seis meses e estar com a filiação partidária pelo partido no mesmo prazo.

§ 1º Poderá participar das eleições o partido que até seis meses antes do pleito tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral, conforme disposto em lei e tenha até a data da convenção órgão de direção constituído na circunscrição de acordo com o respectivo estatuto.

Então, o Relator está acatando esta emenda também.

O Deputado Pepe Vargas tinha uma questão de ordem para colocar.

Deputado Pompeo de Mattos, por favor. *(Pausa.)*



O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu queria fazer um apelo ao Relator, se me permite.

Deputado Vicente Candido, eu apresentei uma emenda, a Emenda nº 36, que altera a Lei nº 9.504, para estabelecer normas para as eleições.

Então, o que diz a Emenda? Ela veda a exibição de imagens externas na propaganda eleitoral veiculada na televisão durante o horário gratuito.

A proposta que faço no Art. 44-A é a seguinte:

O programa eleitoral da televisão será gravado exclusivamente em estúdio, sendo vedada, por qualquer meio, para qualquer finalidade, veiculação de imagens gravadas ou produzidas em ambientes externos.

Essa é uma emenda, Deputado Vicente Candido, que eu gostaria que V.Exa. agasalhasse, até porque ela tem dois significados. O primeiro: diminuição de custos. O maior custo de uma campanha majoritária, sabe V.Exa., é exatamente a produção externa, é a produção dos marqueteiros, que muitas vezes mostram um produto que não existe. E nestas condições, em estúdio, é possível que o eleitor faça uma relação direta com o candidato e possa efetivamente votar em quem conhece, em quem vê gestos, em quem vê efetivamente propostas concretas. Segundo ponto: nós vamos evitar, Sr. Relator, que nós tenhamos um volume fantástico de recursos investidos nas empresas de *marketing*.

Portanto, essa proposta que fazemos, que é a Emenda nº 36, é para que nós façamos só em estúdio de televisão, sem imagens externas.

É o pedido que faço a V.Exa., é um apelo: que possa agasalhar no seu relatório essa emenda que nós apresentamos.



O SR. VICENTE CANDIDO - Deputado Macris...

O SR. WEVERTON ROCHA - Sr. Relator, Deputado Vicente...

O SR. VICENTE CANDIDO - Deixe-me só dialogar com o Deputado Macris.

Em seguida, o Deputado Pompeo e ...

O SR. WEVERTON ROCHA - E o Deputado Weverton, aqui atrás.

O SR. VICENTE CANDIDO - Deputado Weverton.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA - E o Deputado Pedro Cunha Lima também.

O SR. WEVERTON ROCHA - Quero fazer aqui uma consideração.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu quero aqui me dirigir ao Relator, Deputado Vicente Candido.

Quero parabenizar V.Exa. pela relatoria e pelo excelente relatório que apresenta à Casa, com muita negociação, muita angústia.

Eu quero aqui fazer um apelo a V.Exa., na missão derradeira. Nós temos o art.31, II, da Lei nº 9.096, de 1995, que expressa que ficam vedadas as contribuições aos partidos, de autoridades, enfim, órgãos públicos.

É natural que os órgãos públicos não possam contribuir para com os partidos, mas, autoridades, o Tribunal Superior Eleitoral baixou uma resolução interpretando como sendo o Vereador, o Prefeito, o Deputado Estadual, o Deputado Federal, o Governador, o Senador, enfim, aqueles que exercem cargos de chefia. Via de consequência, criou um constrangimento muito grande no ponto de que os partidos não podem mais receber contribuição de autoridades que representam o partido e de filiados que têm funções relevantes no partido.



Eu fiz um projeto de lei que tramita nesta Casa e está em regime de urgência, mas nós aguardamos, Sr. Relator, para que fosse inserido no seu relatório. Então, o que eu quero pedir aqui — conversei muito sobre isso com o Deputado Pepe Vargas, que honrosamente preside o PT do Rio Grande do Sul. Eu presido o PDT no meu Estado — é que nós alteremos tão somente o art. 31, II, excluindo a palavra “autoridade”. Então, no inciso ficaria a proibição para órgãos públicos, ressalvado o art. 38.

Excluir a palavra “autoridade”, tão somente isso, eu diria assim, equaciona o problema e dá autonomia e autoridade aos partidos. Então, esta é a sugestão que eu encaminho a V.Exa., para que seja acolhida, e nós solucionamos este problema que é grave, especialmente no Rio Grande do Sul.

O SR. VICENTE CANDIDO - O senhor tem a redação para me fornecer?

O SR. POMPEO DE MATTOS - A redação diz, no inciso II, entre as vedações, as proibições, que não podem contribuir com os partidos autoridades ou órgãos públicos, ressalvadas as situações do art. 38.

Então, deixariam de ser proibidas as autoridades. Exclui a palavra “autoridades”, e ficam vedados órgãos públicos, enfim.

O SR. VICENTE CANDIDO - Deputado Pompeo de Mattos, primeiro quero agradecer a V.Exa. a contribuição, que foi muito valiosa na Comissão. Espero que nós possamos continuar aqui o debate sobre uma reforma política mais ousada para o Congresso Nacional.

Sobre essa questão específica... Deputado Macris, se V.Exa. me permite, eu vou já deliberar sobre essa questão e em seguida sobre a questão que V.Exa. coloca.



Terminado aqui o debate, os esclarecimentos, nós vamos pedir a suspensão dos trabalhos por 15 minutos para que possamos consolidar o texto e em seguida submetê-lo à votação.

Então, nesse caso, eu quero submeter já aos pares... Como me recomendaram um texto muito enxuto, eu deixei uma redação de três incisos no texto anterior que nós aprovamos na Comissão. Foi uma questão trazida por meio do projeto de V.Exa., do Deputado Carlos Gomes, do PRB, do Deputado Pepe Vargas também.

E foi unanimidade na Comissão a necessidade de um novo regramento sobre essas questões, porque há muitas controvérsias e uma interpretação muito restrita, muito conservadora e muito antipolítica feita por funcionários da Justiça Eleitoral e do Ministério Público.

Então, há realmente a necessidade de uma redação para dirirmos esses litígios que existem hoje, injustamente, em cima dos militantes, dos doadores e contribuintes dos partidos.

Então, eu vou permitir a redação que V.Exa. está sugerindo. Na redação final, eu resgato os três dispositivos que nós deixamos no texto anterior, para complementar o texto, e essa ponderação que V.Exa. faz com muita propriedade. Pode ser?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pode ser.

O SR. VICENTE CANDIDO - Então, acato, inclusive resgatando os três dispositivos, que acho que complementam essa colocação de V.Exa. Havendo acordo do Plenário, na redação final nós apresentamos o texto.



O SR. POMPEO DE MATTOS - Deputado Vicente Candido, qualquer uma das situações equaciona o problema, tanto a exclusão da palavra autoridade como aqueles vedados no sentido de poder fazer contribuição aos partidos, como o texto já aprovado, que tive a oportunidade de debater com V.Exa. Contribuímos todos nós coletivamente. Tanto o texto aprovado por V.Exa. quanto a exclusão da palavra autoridade, um ou outro, eu diria assim, solucionam o problema.

Está nas mãos de V.Exa. E eu fico agradecido. Muito obrigado.

O SR. VICENTE CANDIDO - Obrigado.

Deputado Macris, em seguida o Deputado Weverton.

Aguarde só 1 minuto, Deputado Esperidião Amin.

Deputado Macris.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Manato) - Aguarde só 1 minuto.

Nós vamos continuar esse debate de alto nível. Nós vamos abrir todos os precedentes. O nobre Relator vai ficar conversando com V.Exas. Não precisa falar todo mundo ao mesmo tempo. Ele vai falar *"Fala Deputado agora. Fala Deputado agora. Fala Deputado."*

Calma, Deputado! Aguarde só 1 minuto.

Então, ele vai falar para todo mundo e nós vamos continuar. Nós só não vamos deixar falarem pessoas que não querem falar sobre o tema. Sobre o tema todo mundo vai falar. O.k.?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu estou pedindo para falar, senão, sou obrigado a entrar com uma questão de ordem, que já está pronta, ou com uma reclamação. E o Relator sabe do que se trata. São os art. 10 e 12 do seu voto. Mas eu vou aguardar.



O SR. VICENTE CANDIDO - Deputado Macris.

*O Sr. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, ,
deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr.
Rodrigo Maia, Presidente.*

O SR. VANDERLEI MACRIS - Sim, Sr. Relator.

O SR. VICENTE CANDIDO - A questão trazida por V.Exa. foi também apresentada em forma de emenda na Comissão pelo companheiro de bancada de V.Exa., o Deputado Marcus Pestana, e também me chegou um texto, uma recomendação encaminhada pelo TSE do Presidente Gilmar Mendes, com o argumento, sobretudo, de diminuição de custos.

Nós as apreciamos na Comissão entre os Consultores, esta Casa vem debatendo esta questão do custo de campanha há muito tempo, V.Exa. participa desse processo, e chegamos à conclusão de que, diante das novas tecnologias na questão de imagem externa como redução de custos, não era mais o caso, porque todos nós aqui hoje somos demandados pela mídia brasileira.

Às vezes você está lá na China, grava um vídeo no celular, manda para cá, e ele é veiculado aqui na televisão com alta tecnologia e precisão. Então, aquelas mobilizações anteriores de equipes de cinegrafistas, de máquinas pesadas e caríssimas e passagens de avião não são mais necessárias. Hoje está muito barato fazer televisão com baixo custo.

Eu cito para V.Exa. que o último programa nacional do meu partido custou, vamos dizer na linguagem popular, preço de banana. O último programa nacional do partido contratou estudantes de cinema que fizeram um programa de alta qualidade.



Em outros momentos, se fôssemos contratar um marqueteiro famoso, de currículo elevado, poderia ter custado milhões de reais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O estagiário do João Santana.

O SR. VICENTE CANDIDO - Então, com este argumento, nós rejeitamos essa emenda do Deputado Marcus Pestana e também essa recomendação do próprio Ministro Gilmar Mendes, quando eu tive a oportunidade de pessoalmente explicar-lhe as razões, e ele concordou. O enquadramento em estúdio não requer custo, muito mais, talvez, o formato ou a edição.

Por isso, e por ter rejeitado já duas emendas muito parecidas, o Relator a sugestão de V.Exa. O.k.?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Relator, eu só queria dizer, para finalizar este debate, que, tendo em vista sua posição de rejeitar, como fez a Comissão, estou apresentando destaque a essa emenda para que a analisemos no conjunto do Plenário. É fundamental que avaliemos essa mudança de paradigma. É importante que a população tenha contato direto, sem maquiagens, com o candidato, que o candidato olhe no olho do eleitor e mostre sua verdadeira face. Os marqueteiros são responsáveis por transformações que muitas vezes não representam a realidade dos fatos. Portanto, proibição de cenas externas e gravação em estúdio é uma questão que defendo.

O SR. VICENTE CANDIDO - Por favor.

O SR. VANDERLEI MACRIS - Eu me permito discordar de V.Exa. e vou apresentar um destaque em plenário para que o Plenário resolva essa questão.

O SR. VICENTE CANDIDO - Fique à vontade, Deputado. Muito obrigado.

Deputado Weverton Rocha.



O SR. WEVERTON ROCHA (PDT-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Relator, como não há tempo de apresentar emendas, proponho, como já há boa aceitação do Plenário, que V.Exa. inclua no seu texto a sugestão do Deputado Wolney, e agora do PDT, quando diz que, em aprovado o Fundo, para que o candidato tenha acesso a ele deverá requerer por escrito à direção do seu partido.

Gostaria de fazer esse apelo a V.Exa.

O SR. VICENTE CANDIDO - Deputado Weverton Rocha, ontem à noite V.Exa. foi razoavelmente aplaudido quando fez interferência nesse sentido. Não é muito comum aplauso neste plenário, às vezes está muito disperso, às vezes é muito tenso, muito polêmico. Parabéns.

Há emenda também de igual teor, nessa mesma linha, assinada pelo Deputado Zarattini, da bancada do PT. Fica optativo para quem não quiser usar o fundo público, quer seja do fundo partidário, quer seja do fundo eleitoral. Quem não quiser usá-lo abre mão perante o partido ou perante a Justiça Eleitoral.

Não havendo oposição por parte do Plenário, por parte do Relator, não haverá nenhum problema. Podemos apresentar depois a redação, em seu inteiro teor. O.k.?

O SR. WEVERTON ROCHA - O.k. Obrigado.

O SR. VICENTE CANDIDO - Na sequência, será o Deputado Pedro Cunha Lima.

A SRA. RENATA ABREU - Excelência, lembre-se de mim.

O SR. VICENTE CANDIDO - Na sequência, pelo meu registro visual, agora é a Deputada Renata Abreu.



A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Excelência.

Só queria fazer umas ponderações sobre o relatório, para ver se V.Exa. pode considerar.

No art. 16-D, § 2º, V.Exa. destina para a campanha de Presidente 35% e, para a campanha de Governadores, 65%. Isso fere toda aquela discussão que tivemos com relação à autonomia partidária.

Qual é a minha preocupação, Relator? A minha preocupação é que tenhamos aqui a aprovação de um texto em consenso com o Senado. Isso foi um tema muito debatido nas duas Casas.

Então, eu faço um apelo para que se retire o § 2º do art. 16-D e garanta a autonomia partidária. Garantindo o mínimo dessa destinação para a campanha proporcional, como já fizemos, ao enrijecer as campanhas majoritárias, no meu ponto de vista, vamos na contramão de tudo o que discutimos e, com muita dificuldade, chegamos a um consenso. Acho que isso pode trazer problema.

O segundo ponto que eu queria levantar é quanto à proibição das placas, conforme art. 37, § 2º. Também houve muita divergência quanto a isso na nossa Comissão.

Qual é a minha preocupação?

A minha preocupação é a seguinte: essas divergências, quando chegarem ao Senado, também terão restrições, e não haverá mais tempo para lutar e para esse texto voltar a esta Casa.

Então, faço um apelo para que isso venha no seu segundo texto.



O terceiro ponto. O art. 3º das Disposições Transitórias, parágrafo único, garante a parcela mínima de 20% a ser distribuída de modo igualitário entre todos os candidatos.

Todos nós sabemos que, com o fim de coligações no sistema proporcional, no qual todos os partidos terão que montar chapa pura, será impossível destinar esse mínimo.

Então eu acho válido continuar garantindo a autonomia partidária, a qual sempre defendemos, inclusive nós a aprovamos na PEC.

Por fim, em relação ao art. 8º, sou favorável ao mérito desse ponto que trata da limitação de 7% do gasto individual. Nós somos favoráveis a isso. O Podemos é favorável a essa questão. Mas gostaria que V.Exa. consultasse o Senado, para ver se não teremos restrição neste ponto. Tenho receio de, por causa de um artigo, todo o texto que aprovamos aqui seja prejudicado no Senado, como aconteceu com o texto que eles aprovaram lá, e, por causa de uma série de coisas que foram adicionadas, quase que não houve aprovação aqui, e é arriscado ainda.

Por isso, faço um apelo para que deixemos isso para um segundo momento e que consigamos enxugar ainda mais esse texto somente nos pontos que são consenso, não só nesta Casa, mas no Senado, para que não tenhamos surpresas na outra Casa.

Esse é o meu apelo, Sr. Presidente. E parabéns, Sr. Relator, pelo trabalho!

O SR. WELITON PRADO - Deputado Vicente, me permite fazer um breve comentário?



O SR. VICENTE CANDIDO - Deputado Weliton Prado, escutarei V.Exa. em seguida. A Deputada Renata Abreu já colocou três questões bastante complexas. Então, vamos resolvendo-as por partes para eu não me perder pela memória.

Primeiro, Deputada Renata Abreu, agradeço a militância, a contribuição, a insistência e a competência de V.Exa. nesse processo todo. Isso foi fundamental para chegarmos a este momento.

Em relação ao primeiro assunto que V.Exa. coloca, no § 2º do art. 16-D, só para que o Plenário tenha conhecimento, esta é uma questão com certa sensibilidade, e eu não me senti autorizado a tirar, porque outras bancadas pediram para manter. A primeira proposição de retirada nem foi de V.Exa. Houve outros proponentes, e V.Exa. veio reforçar esse pedido aqui.

Está escrito o seguinte, que é o segundo turno das eleições. Nós estamos aprovando um fundo que terá, aqui no texto, 90% para o primeiro turno e 10% para o segundo turno, entendendo que o segundo turno é outra eleição, e é o jogo do imponderável. De repente, o meu candidato ia para o segundo turno e não vai mais, e aquele que correu por fora vai para o segundo turno.

Então, estamos trabalhando com a segurança financeira para quem for para o segundo turno, reservando um dinheiro na gaveta para que depois não haja desarranjo.

Nesse processo, também estamos criando a isonomia, baseada na tecnologia do segundo turno de televisão. No segundo turno, vai o candidato A com o candidato B, e o tempo de televisão é igual. Então, nesse caso, o financeiro também. Em sendo dinheiro público, estamos trabalhando a isonomia.

Então, a redação é a seguinte:



§ 2º Para as campanhas de segundo turno, onde houver, os recursos do FEFC serão distribuídos de acordo com as seguintes diretrizes:

I - para a campanha de Presidente, serão destinados 35%;

II - para as campanhas de Governadores, serão destinados 65%.

Historicamente de 9 a 11 Federações do Brasil, 11 Estados, fazem segundo turno.

Estamos reservando 10%. Se sobrar, volta para o Tesouro Nacional. Se faltar, haverá complemento pelo Tesouro Nacional. V.Exa. está propondo retirar?

A SRA. RENATA ABREU - Estou propondo retirar isso do texto. Isso fere aquela autonomia partidária que defendemos? Isso pode dar problema na aprovação na outra Casa?

O SR. VICENTE CANDIDO - V.Exa. é a favor que sejam reservados os 10%?

A SRA. RENATA ABREU - Que reservem os 10% e que seja garantida a autonomia na distribuição no segundo turno.

O SR. VICENTE CANDIDO - Veja bem, ainda não estamos falando de autonomia partidária. Por exemplo, a eleição de Presidente encerrou no primeiro turno, só sobra a de Governador, como arbitrar? Quem vai arbitrar? Alguém tem que arbitrar e dizer: *“Você tem um montante de 100, não há mais eleição de Presidente, 65% vão para os Governadores.”* Ao contrário disso, vamos supor que não há nenhuma eleição de segundo turno nas federações e só sobra eleição de



Presidente, quem vai arbitrar sobre quanto vai ser usado daquele bolo de 100 para Presidente? Acho que não isso aqui não está no âmbito propriamente da decisão.

A SRA. RENATA ABREU - Mas V.Exa. não colocou o mínimo.

O SR. VICENTE CANDIDO - A autonomia partidária é quando o dinheiro está lá no caixa do partido e aí ele teria autonomia.

A SRA. RENATA ABREU - Sim, mas, quando você empareda, que foi a grande discussão que tivemos em todos os momentos, inclusive com o PT e com o PR... Vamos supor que o Podemos não tenha nenhum candidato a Governador no segundo turno e tenha o Presidente da República, por que não posso destinar os 10%?

O SR. VICENTE CANDIDO - A questão que V.Exa. coloca, na minha interpretação, está na questão anterior. Nós reservamos ou não 10% para o segundo turno? Essa aqui está na questão seguinte. Em havendo um bolo, alguém tem que arbitrar sobre quanto vai para Presidente e quanto vai para Governador. Está certo?

Se V.Exa. puder fazer uma leitura da questão anterior, acho que faz sentido, mas nessa não, porque não há nenhum partido que vai arbitrar. Não houve segundo turno para Presidente, quanto eu gasto do fundo para as eleições de Governador? Está certo?

A SRA. RENATA ABREU - Entendi. Entendi.

O SR. VICENTE CANDIDO - Está tudo bem, então, quanto a esta questão?

Eu vou terminar de responder à Deputada, que levantou mais duas questões.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou dar mais 5 minutos para esse debate.



O SR. VICENTE CANDIDO - Terei mais 5 minutos para responder, segundo o Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Relator, é possível termos acesso ao texto novo para darmos uma lida?

O SR. VICENTE CANDIDO - Eu fiz o complemento de voto e informei ao Plenário. Agora estou tratando de mais algumas emendas que chegaram por último, o que também informei ao Plenário. Até agora houve consenso em quase todas elas. Estou respondendo algumas intervenções pessoalmente.

A Deputada Renata Abreu também pediu para suprimir o art. 37, § 2º, que diz:

Art. 37.....

.....

§ 2º Não é permitida a vinculação de propaganda eleitoral em bens públicos ou particulares de qualquer material, exceto:

V.Exa. também propõe a supressão dos dois incisos?

A SRA. RENATA ABREU - Veja. Sou até favorável. A questão é que houve muito debate na Comissão, Deputado Vicente. A minha preocupação é que nós fechamos um acordo de que só iríamos colocar no texto o que fosse 100% consenso. E isso não é consenso. Isso dá debate.

Então, mais uma vez, a minha preocupação é que haja restrição no Senado. Eu faço um apelo porque acho que isso não deveria estar nesse texto.

O SR. VICENTE CANDIDO - Concordo com o apelo de V.Exa. Eu estou premido por aqueles que querem ser contemplados e aqueles que querem o texto enxuto para o Senado Federal.



Se o Plenário realmente não faz questão e acha que deve deixar isto aqui para depois, da parte do Relator não há nenhum problema.

A SRA. RENATA ABREU - Relator, quero fazer uma consideração. Às vezes há um consenso na Câmara, mas há restrição no Senado. Nós que estamos ativos temos essa sensibilidade.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Sem revisão do orador) - Concordo com V.Exa.

Eu faço uma consulta aqui: se há acordo para se suprimir essa questão, da parte do Relator não há nenhum problema.

Vou repetir:

Art. 37.....

§ 2º Não é permitida a vinculação de propaganda eleitoral em bens públicos ou particulares de qualquer material, ressalvado:

I – bandeiras ao longo de vias públicas desde que móveis e que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos;

II – adesivo plástico a ser exposto em automóveis, caminhões, bicicletas, motocicletas e janelas residenciais, desde que não exceda 0,5m².

Se não houver óbice no Plenário, está suprimido.

O SR. ASSIS MELO - Relator...

O SR. MIRO TEIXEIRA - Relator...

O SR. RONALDO FONSECA - Relator...



O SR. VALMIR PRASCIDELLI - Tenho uma dúvida, Deputado Vicente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco/PP-SC. Questão de ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, eu sou obrigado a entrar com uma questão de ordem com base no art. 95 e no art. 137, porque há uma discrepância notável entre o texto proposto pelo Relator em matéria de voto impresso...

Invoco o testemunho de V.Exa. V.Exa. foi o Relator da modificação eleitoral de 2015 em que foi introduzida a obrigação de termos voto impresso em 2018. V.Exa., atendendo a uma solicitação deste Deputado, (*ininteligível*) junto ao Presidente do TSE, Gilmar Mendes. E o cronograma que ele lhe enviou discrepa da proposta do Relator.

Nós estamos votando uma matéria controversa, complicada, mas sobre a qual a Câmara teve uma posição muito firme — V.Exa. se recorda disso. Foram 420 votos! Não há desconfiança maior e mais confiável do que essa. Quero lembrar que V.Exa. foi o Relator, o Deputado Jair Bolsonaro foi o proponente, e isso foi aprovado.

E isso foi aprovado!

Nós não podemos aceitar esse art. 10, que nada representa, porque não é sequer, Deputado Vicente Candido, a proposta do Presidente do TSE. Ele apresentou um cronograma que vai até 2028. Está aqui o cronograma do TSE: vai até 2028, quando a lei que está em vigor estabelece para 2018 a obrigatoriedade de as urnas terem a impressora.

A Casa, eu tenho certeza, vai dialogar com o TSE para chegar a um termo. Ninguém vai querer aqui executar o TSE. Mas não pode ser assim. Nós temos uma lei que dispõe para 2018.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Relator...



O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Nós temos uma proposta de cronograma que vai até 2028. Foi enviada a V.Exa., no dia 27 de setembro, pelo Ministro Gilmar Mendes. O Relator está propondo para 2022.

O SR. VICENTE CANDIDO - Deputado Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Então, eu sugiro que este artigo seja retirado, porque ele é inócuo. Se o TSE não vai cumprir, por que nós vamos dar uma alforria de 4 anos, se ele pede 10 anos? Então, o artigo é inócuo e contraditório — contradiz a realidade de uma lei hoje existente.

Essa é a questão de ordem que eu apresento a V.Exa.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Quando eu puder falar, tenho uma pequena observação, muito ligeira.

O SR. VICENTE CANDIDO - Deputado Miro Teixeira, eu quero fazer o seguinte encaminhamento aqui: vou terminar de responder rapidamente à Deputada Renata Abreu; vou responder ao Deputado Esperidião Amin, que fez uma questão de ordem; em seguida, vou pedir para o Presidente que retome os trabalhos. Aí vamos para os destaques. Se não, não vai haver fim.

O SR. ASSIS MELO - Deputado Vicente Candido, só um esclarecimento.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não vai haver fim mesmo, porque há um negócio de pessoas jurídicas aqui que não está muito claro.

Quando se permite que pessoas jurídicas parcelem muitas eleitorais, está se referindo a partido político ou a que espécie de pessoa jurídica?

O SR. VICENTE CANDIDO - Por favor, Deputado Miro Teixeira. Eu vou responder.



O SR. MIRO TEIXEIRA - Se se refere a partido político, porque não põe expressamente partido político? É só isso.

O SR. ASSIS MELO - Deputado Vicente Candido, por gentileza...

O SR. VICENTE CANDIDO - Deputada Renata Abreu, a última questão levantada por V.Exa. trata-se de...

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Exa., eu conversei com alguns Deputados e dou uma sugestão que acho que resolve: a inclusão da placa de meio metro quadrado somente em bens particulares, o que já está permitido em lei, com a possibilidade de utilização de outros materiais, já que hoje só se permite papel, mas com restrição. É só incluir isso, e acabou. Acho que isso resolve.

O SR. VICENTE CANDIDO - Está O.k. Se houver acordo...

O SR. ASSIS MELO - Deputado Vicente Candido...

O SR. VALMIR PRASCIDELLI - Sobre esse tema, V.Exa. falou de retirada do texto?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em 2 minutos, vou encerrar o debate e começar o processo...

O SR. ASSIS MELO - Sr. Presidente, quero só um esclarecimento do Relator, por gentileza. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso foi uma generosidade do Deputado Carlos Manato. Nós precisamos começar as votações, senão, não terminamos hoje.

O SR. VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Relator depois vai descer da tribuna e vai ficar no plenário conversando com todos.

O SR. ASSIS MELO - Deputado Vicente Candido...

O SR. VICENTE CANDIDO - Faço o seguinte encaminhamento, por último, quanto à questão levantada pelo Deputado Esperidião Amin: eu estou atendendo parcialmente ao pedido, adiando a implementação do voto impresso, porque isso custa 2 bilhões de reais, e não há orçamento disponível neste momento. Por isso, nós estamos adiando por uma eleição geral. É só isso que nós estamos fazendo. Nada mais.

O SR. ASSIS MELO - Deputado Vicente Candido, é uma pergunta só. Um esclarecimento, Relator, por gentileza.

O SR. MAJOR OLIMPIO - Pela ordem, Sr. Relator.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Relator, isso foi discutido no plenário da Câmara. Esse texto Foi vetado, e o Congresso derrubou o veto com 368 votos.

O SR. VICENTE CANDIDO - Agora as questões de ordem serão respondidas pelo Presidente, e os destaques regimentais...

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente...

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pela ordem, Sr. Relator.

Eu gostaria de interagir com o Deputado Vicente Candido, Sr. Presidente, porque esse cronograma apresentado pelo Ministro Gilmar Mendes, cronograma esse que vai até 2027, é um tapa na cara do Legislativo, que votou matéria



relacionada a isso. A emenda que foi apresentada com toda a propriedade pelo Deputado Jair Bolsonaro foi aprovada com 420 votos nesta Casa. E agora, Sr. Relator, V.Exa. está propondo uma dilação de prazo para a segunda votação geral subsequente, para 2022.

Srs. Deputados, pelo amor de Deus, V.Exas., que votaram uma legislação aqui nesta Casa, devem ter respeito aos votos que receberam dos cidadãos. Tanto o Gilmar Mendes, pelo TSE, está dando um tapa na cara do Legislativo, dizendo que nós não servimos para nada, quanto esse art. 10 colocado pelo Relator nesse projeto, que está fazendo uma dilação do prazo, estendendo-o para 2022.

Eu quero esclarecer que as fraudes podem acontecer não só nas eleições para Presidente e Governador, mas também nas para Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais. Então, pelo amor de Deus, Srs. Deputados, observem esse art. 10.

Sr. Relator, vamos pela supressão disso. E vamos dizer “não” a esse escracho do Gilmar Mendes, Presidente do TSE, que disse que só vai cumprir com o cronograma em 2027. Isso é escracho com o Legislativo.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, queria fazer uma proposta de procedimento.

O SR. DIEGO GARCIA - Sr. Presidente, queria consultar V.Exa.: quanto tempo nós teremos para os destaques por conta da complementação de voto apresentada pelo nobre Relator?

O SR. RAFAEL MOTTA - Sr. Presidente, só a título de sugestão, no art. 93-A...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só 1 minuto.



Ou o Relator vai apresentar esse relatório em 5 minutos, ou eu vou trocar de pauta, porque, senão, não vamos votar nada hoje.

O SR. DIEGO GARCIA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer uma proposta de procedimento. O Relator apresentou o seu voto e a complementação de voto. E agora a gente tem o tempo mínimo para apresentação dos destaques.

Sugiro que V.Exa. apresentasse um tempo mínimo para apresentação de destaques...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O destaque não é o problema.

O SR. GLAUBER BRAGA - ...delimitar esse tempo, porque, enquanto isso, a gente vai conhecendo a complementação de voto do Relator, o que é diferente daquilo que ele apresentou na segunda-feira. Ao mesmo tempo, a gente pode demonstrar a nossa divergência a partir dos destaques. Mas a gente precisa de um tempo mínimo para poder fazer a análise do complemento de voto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso não é problema.

O SR. GLAUBER BRAGA - Eu, por exemplo, ia apresentar uma dúvida aqui ao Deputado Vicente Candido do porquê de S.Exa. não ter acolhido a Emenda nº 9, que é o desmonte da Justiça Eleitoral, para que a gente tivesse a Justiça Eleitoral nas próximas eleições minimamente como a gente já teve nas eleições anteriores. Mas eu já soube que tem um partido que vai apresentar um destaque parecido e que a gente tem esse tempo...



(Desligamento automático do microfone.)

O SR. RAFAEL MOTTA - Sr. Presidente, rapidamente, só para lembrar o Relator de incluir...

O SR. GLAUBER BRAGA - ...para essa formulação mínima de apresentação de destaques.

O SR. SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, só para registrar a presença...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, é muito importante registramos a presença dos que estão nos visitando, mas este momento é importante porque temos prazo para votar as matérias.

Cumprindo o Regimento, para encaminhar e falar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon. *(Pausa.)*

Depois, se o Relator não tiver chegado, a gente continua o debate, mas eu não posso mais esperar.

Concedo a palavra ao Deputado Flavinho. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Caio Narcio. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Davidson Magalhães. *(Pausa.)*

Está encerrado o encaminhamento contrário.

Concedo a palavra ao Deputado Delegado Edson Moreira. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Assis Carvalho. *(Pausa.)*

O SR. RAFAEL MOTTA (PSB-RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, rapidamente, eu havia conversando antes com o Relator em relação ao fato de que a juventude foi esquecida aqui no art. 93-A, o estímulo à participação da juventude. Nós temos aqui a participação feminina, Deputada Maria do Rosário, que



é importantíssima, assim com a participação dos negros, mas a juventude está sendo esquecida.

Foi pedida a apresentação de destaque, só que não existe mais tempo. Eu havia conversado com o Relator para que pudesse ser incluída nesse relatório. Acho que é um ponto fundamental. Temos mais de 50 milhões de jovens e uma Câmara muito mais jovem.

Então, é importante, Sr. Presidente, que o Relator possa acatar essa nossa sugestão e incluir no art. 93-A a palavra “dos jovens”, que é um estímulo para os jovens participarem da política.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli.

V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. VALMIR PRASCIDELLI (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, obviamente, essa matéria é bastante polêmica. Nós já nós pronunciamos aqui hoje. É uma matéria que, durante vários meses, tramitou nesta Casa em duas Comissões e que também tem levado ao debate bastante intenso, tanto aqui dentro do Parlamento, quanto na sociedade, com relação aos procedimentos que nós deveremos adotar nos processos eleitorais dos próximos anos.

Há, sem dúvida nenhuma, em função dessa complexidade, interesses dos diversos Parlamentares que compõem esta Casa, dos diversos partidos que aqui têm assento, mas também há o interesse enorme de milhares de pessoas por este Brasil afora, que disputarão as eleições em 2018 para as Assembleias Legislativas,



para a Câmara Federal e também, em 2020, para as Câmaras Municipais, além, evidentemente, dos candidatos majoritários.

É um tema bastante polêmico, e o relatório do Deputado Vicente Candido é um relatório que não é o ideal, mas é o relatório possível dentro dessa complexidade de posições e de opiniões expressas nesta Casa.

Nós precisamos centralmente debater a redução dos custos de campanha, a fim de a campanha ser mais democrática e permitir que a população no geral possa ter um maior acesso no acompanhamento das eleições e, principalmente, ter um maior acesso na possibilidade de pleitear cargos para o Parlamento e para o Executivo.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a aprovação dessa matéria aqui hoje é essencial para que a gente possa ter uma eleição tranquila em 2018 e caminhar para uma eleição em 2020, para que a gente possa ter redução de custos e ter uma democracia maior.

A aprovação do fundo eleitoral significa dar uma maior transparência ao processo eleitoral. Significa também dar uma condição maior de que um trabalhador, um agricultor, um pobre possa pleitear a oportunidade de estar nesta Casa, sendo par conosco neste Parlamento, tendo a possibilidade do financiamento semelhante ao do grande empresário.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Diego Garcia pela Liderança.

O SR. DIEGO GARCIA - Não, Sr. Presidente, para falar contra.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar contra, não. V.Exa. não está inscrito, Deputado. Ou é tempo de Liderança ou V.Exa. não está inscrito. Eu vou cumprir o Regimento.

O SR. DIEGO GARCIA - Não, Sr. Presidente, queria falar contra no lugar do Deputado Molon.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, o Deputado Molon estava inscrito. V.Exa. não estava inscrito, se inscreveu agora. Deputado Diego, ou V.Exa. fala pelo tempo da Liderança ou pelo tempo de encaminhamento.

O SR. DIEGO GARCIA - Vou encaminhar depois pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está bom, obrigado, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado José Carlos Aleluia. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Pellegrino. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Vanderlei Macris. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)*

Está encerrado o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tendo encerrado o encaminhamento, concedo a palavra ao Sr. Deputado Diego Garcia para uma Comunicação de Liderança.

O SR. DIEGO GARCIA - Desculpe, Presidente, não entendi. Eu vou poder falar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode, agora pode. Agora, encerrou. V.Exa. tem 3 minutos.



O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Essa proposta do Deputado Vicente Candido, com todo o respeito a S.Exa., ao trabalho que desenvolveu, mas eu mesmo já disse para ele, pessoalmente, que para tentar atender a todos os pedidos, de todos os colegas, de todos os partidos, acabou virando um balaio de gatos a proposta, e inviabilizando a aprovação da mesma, da forma como estamos aqui apreciando, porque tem que votar às pressas, a todo o custo, uma proposta que, além da distribuição do fundo eleitoral, — que ainda nem foi votado e criado, mas a proposta já traz e já fala sobre a distribuição do fundo eleitoral — traz agora elementos novos, como a questão do voto impresso, revogando aí o dispositivo que foi vetado pela Presidente Dilma, e esse veto foi derrubado aqui no plenário da Câmara, pelo Congresso Nacional, com 368 votos dos Deputados e 56 votos dos Senadores; e agora essa proposta vem revogar esse dispositivo, dizendo que as eleições de 2018 teriam esse artifício para trazer mais segurança e mais transparência com relação ao voto. Isso é um grande prejuízo, porque agora está se prorrogando para 2022, e o TSE já apresentou também uma nota dizendo que só vai conseguir concluir os trabalhos e entregar urnas com o voto impresso apenas em 2028, e não é isso que nós queremos.

Podemos, sim, construir o diálogo com o TSE, mas não podemos revogar algo que já foi amplamente discutido e debatido pelo Plenário da Câmara, e agora querem retirar isso, através dessa minuta apresentada pelo nobre Relator.

Além disso, nós também estamos aqui discutindo a criação que foi acatada pelo nobre Relator, através de uma emenda, do telemarketing eleitoral.



Então, de segunda a sábado, das 9 horas até as 20 horas, o cidadão vai receber ligações na sua casa, pedindo voto para o candidato A, B, C, D, E, F, G, H, enfim, isso pode ocorrer de forma incansável...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. DIEGO GARCIA - Então, mais uma medida incabível para a discussão de uma reforma política. Neste momento, nós tínhamos que estar debatendo aqui uma reforma profunda, tínhamos que estar trazendo pontos aqui que de fato viesse a favor da sociedade, a favor do povo brasileiro.

Hoje, eu fui procurado por diversos Parlamentares que ontem votaram a favor da urgência do PL 8.303, de 2017, o PL do Senado Federal que cria o Fundo de Financiamento da Democracia, que, de democrático, não tem nada. E diversos Parlamentares que votaram a favor da urgência ontem já vieram dizer: *“Olha, Deputado, eu sou contra...”*

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Conclua, Deputado.

O SR. DIEGO GARCIA - Mas, se nós não derrubarmos e impedirmos através do voto, não adianta depois ficar falando que é contra. Se continuarmos adotando essa medida aqui no Plenário da Casa, votando essa reforma que não reforma nada, com todo o respeito ao trabalho que foi desenvolvido... Mas essa é uma reforma completamente impopular que vem na contramão daquilo que a sociedade e que o povo brasileiro querem.

E, detalhe, se essa minuta que veio do Senado Federal for aprovada aqui, mesmo que seja rejeitado o fundo, o Senado pode recriar o fundo lá, e nós não vamos ter mais o que fazer, não vamos ter mais o que fazer aqui. Então, não



podemos permitir que essas propostas avancem, porque são impopulares e vêm na contramão daquilo que a sociedade e que o povo brasileiro querem.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aproveitando esse tempo, esperando que o Relator possa estar aqui em 2 minutos, senão a gente vai para a próxima matéria, informo ao Plenário que a partir da próxima semana, e, se possível, a partir de hoje, e que todos possam colaborar, porque muitos estão reclamando, haverá um controle do excesso de pessoas não autorizadas no plenário e nas laterais do plenário.

Então, eu já peço que espontaneamente aqueles que não têm autorização para estar no plenário neste momento já estejam fora dele, liberando o plenário para os Parlamentares. E, para aqueles que têm autorização, cada um fique na sua posição. Nós não saímos daqui, entramos na televisão e substituímos o editor de um telejornal, ou de um jornal, nem editamos o jornal de terceiros. Então, fique cada um na sua posição.

Agora, peço que os Deputados também colaborem, porque, muitas vezes, quando a Segurança vai cumprir a determinação da Presidência muitos Deputados utilizam-se do seu mandato para inviabilizar o trabalho da segurança da Casa. Então, eu já peço que a Segurança desde já cumpra a determinação. Para aqueles que queiram acompanhar a sessão, nós podemos liberar as galerias agora. Mas o plenário é dos Parlamentares e daqueles que têm autorização apenas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Laura Carneiro.



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, apenas quero dizer a V.Exa. que tem razão. Eu mesmo normalmente trago as pessoas que me acompanham ao plenário e não mais o farei. Tendo em vista o que aconteceu na semana passada, Sr. Presidente, entre dois Deputados que estavam sendo gravados na área do cafezinho. Sem contar que muitas vezes os Deputados não têm a chance nem de sentar nesta área do cafezinho, porque eles estão todos lotados. Eu sempre acho que é importante a participação de todos.

Agora mesmo, estivemos no Parlamento do Peru, eu e o Deputado Cabuçu Borges. Chegamos atrasados em 5 minutos. A sessão daquele parlamento tinha sido iniciada, nós ficamos fora do plenário, vendo no telão, em uma sala especial, mas esperando que a sessão terminasse para que pudéssemos entrar no plenário daquele parlamento.

É assim em Londres, na Inglaterra, na França, nos Estados Unidos, na maioria dos parlamentos nacionais.

Então, Sr. Presidente, parabéns a V.Exa. pela decisão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Com a palavra a Deputada Luiza Erundina, pela Liderança do PSOL.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, enquanto a Deputada Luiza Erundina se dirige à tribuna, eu aproveito a oportunidade para cumprimentar V.Exa.

Semana passada, nós fizemos esta observação aqui: é importante que V.Exa. possa fazer essa chamada, que V.Exa. acabou de fazer agora, também na reunião de Líderes também. Temos notado que os Deputados não utilizam o mandato como



deveria ser e, sim, utilizam o broche, que dá prerrogativa para poder chegar junto à segurança desta Casa e dizer: “*Está comigo*”. E entra todo mundo no plenário.

Sr. Presidente, que isso sirva para quem está acompanhando, para que isso sirva para aquele do colarinho branco, para que isso sirva para quando formos votar matéria de interesse desta Casa. O que acontece? Enche-se aqui de supostas autoridades, que, apesar de serem autoridades, não são detentoras do mandato, nem deveriam estar dentro do nosso plenário, em pleno exercício do nosso trabalho.

Então, eu cumprimento V.Exa. pela iniciativa, peço que isso seja reiterado aos gabinetes e às Lideranças sobre esse expediente, sobre essa determinação que V.Exa. acabou de esclarecer.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada Luiza Erundina vai falar ou não, pela Liderança do PSOL?

O SR. PAULO PIMENTA - Sr. Presidente, posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode, por 1 minuto.

O SR. PAULO PIMENTA (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero só fazer o registro de que concordo com V.Exa., mas quero dizer que tudo isso foi criado a partir dessa visão que se estabeleceu nesta Casa de as galerias estarem sempre fechadas. Agora vem aqui uma Comissão de Vereadores e de Lideranças e quer olhar a sessão, mas não pode entrar nas galerias! A partir do momento que vocês fecharam as galerias do Parlamento brasileiro para o povo, criaram situações como esta.

Então, ao mesmo tempo em que V.Exa. determina, e está correta esta medida, eu peço que nunca mais se faça uma sessão de portas fechadas sem que o



povo e as pessoas possam estar aqui dentro. Esta é a maneira mais adequada e correta para o Parlamento funcionar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, o Parlamento nunca está fechado, está sempre aberto, e a *TV Câmara* transmite todas as sessões ao vivo. Existem limites. E, no Governo do Partido dos Trabalhadores, também nós tínhamos as galerias muitas vezes fechadas. Pelo amor de Deus!

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela decisão e dizer que, infelizmente, também esse clima se estabeleceu na Casa com as milícias que entraram aqui para fazer vídeos e constranger-nos, sobretudo, a nós Deputado progressistas, de modo que não etavamos conseguindo trabalhar aqui dentro.

Então, essa decisão é muito importante, e, a partir de agora, ficarei vigilante para saber se essas milícias que ganharam, inclusive, crachá de autorização de partidos continuam dentro deste Parlamento, sobretudo, dentro desse plenário.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a solicitação de V.Exa., de nossa parte, será observada com certeza. Mas nós queremos nos somar — não entendo bem o que está acontecendo aqui, ali na frente — às ponderações que foram feitas aqui pelos Deputados Paulo Pimenta e Jean Wyllis, de que sejam abertas as galerias. Não há nisso nenhuma contradição.

Nós estamos todos dispostos a uma organização melhor no plenário para que todos possamos trabalhar da forma mais adequada possível.

É necessário que as galerias estejam abertas para que todos os nossos convidados possam, de forma facilitada, serem direcionados ao lugar que é de



direito. Nós mesmos, muitas vezes, convidamos as pessoas. Nós devemos estar dispostos a cumprir o que V.Exa. está pedindo, mas, ao mesmo tempo, nós estamos dispostos a atender ao pedido de V.Exa. para a melhor organização dos trabalhos. Apenas estamos pedindo que, no cotidiano, a galeria fique aberta.

Há uma pessoa falando com V.Exa. todo o tempo, e eu não entendo se a pessoa quer falar com V.Exa. ao mesmo tempo em que eu estou falando. Rapaz, o senhor pode me dar licença? O senhor que está ao lado do Presidente da Câmara, pode me dar licença? Deputado, 1 minuto. Obrigada, Deputado.

Sr. Presidente, então nós estamos, certamente, organizar melhor os nossos trabalhos e nós estamos atentos. Eu me comprometo, pessoalmente, a não convidar para este contexto aqui, que é o do trabalho do plenário, como V.Exa. pediu, mas atenda a esse pedido singelo: em sessões regulares, galeria aberta. Os nossos convidados são convidados, conforme o Regimento diz.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada Luiza Erundina, para uma comunicação de Liderança pelo PSOL.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, este projeto de lei que está sendo discutido aqui e que poderá ser votado — não sei se aprovado na tarde de hoje —, lamentavelmente, não expressa esforço que foi desenvolvido durante os últimos 8 meses pela Comissão Especial.

Independente do desempenho do Relator, que realmente foi tolerante, manteve diálogo, esteve aberto às discussões, lamentavelmente a Casa perde uma oportunidade de apresentar uma proposta de reforma política que mereça



consideração e represente, de fato, um avanço, do ponto de vista da correção das distorções do nosso sistema político.

Começou bem. Começou, inclusive, com a discussão e propostas de regulamentação de mecanismo e democracia direta como condição para se exercitar uma verdadeira democracia: representativa, direta ou participativa.

Infelizmente, ao longo dos meses, as pretensões foram sendo reduzidas, as expectativas foram se frustrando e hoje temos uma colcha de retalhos, que está sendo construída num tecido com parte que vem do Senado, parte que está vindo desta Casa, através da Comissão Especial, e mais uma PEC como proposta da bancada feminina. Isso significará, Sr. Presidente, que não vamos avançar minimamente, no sentido de tornar o nosso sistema realmente democrático e que possa realmente significar um avanço e uma melhoria do sistema político eleitoral partidário em nosso País. E o pior é que certas decisões que constam desse projeto reforçam, por exemplo, o desequilíbrio de forças entre os maiores partidos e os partidos menores.

A preocupação focada no financiamento de campanha acabou tirando a atenção e o esforço exatamente de outros aspectos que necessitariam de uma análise mais aprofundada, de um diálogo mais amplo, inclusive com a sociedade, para que hoje não houvesse na Casa a sensação de um clima de derrota, de frustração, em tantos meses de trabalho dedicado, de esforço. Aliás, quero reconhecer a contribuição importante do Relator nesse processo.

Sr. Presidente, ficamos a dever, mais uma vez, à sociedade aquela proposta de reforma política tão reclamada, tão necessária e imprescindível para que se



consiga reverter o marco institucional, de modo a aperfeiçoar o nosso sistema político, eleitoral e partidário.

O resultado é que o Supremo Tribunal Federal começa a sinalizar com decisão, a partir daquele Poder, ao anunciar que poderão ser criadas candidaturas avulsas. Isso é um atentado aos partidos políticos e à própria política porque não se constrói democracia sem partidos fortes, representativos, sem pluralismo partidário, capaz de expressar e representar a diversidade e a pluralidade da sociedade.

Sr. Presidente, a votação e a eventual aprovação dessa matéria não vão resolver nada disso. Eu temo que, ao voltar para o Senado, o Senado proponha outras mudanças que eventualmente venham a desfigurar ainda mais aquele eventual consenso que, quem sabe, possamos estar construindo na noite de hoje. E sairemos daqui pelo menos com algumas medidas pontuais que efetivamente não vão melhorar o nosso sistema político eleitoral partidário, mas, pelo menos, quem sabe, será um passo a partir do qual se poderá chegar à conclusão desse processo.

Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a atenção de todos. E saio frustrada mais uma vez porque não se construiu de fato com base no acúmulo do que já se construiu ao longo das décadas, que é a busca de uma proposta política que efetivamente contribua para melhorar o desempenho da democracia em nosso País.

Temos a PEC apresentada pela bancada feminina, que avança muito pouco em relação à expectativa, à demanda não só das bancadas femininas na Câmara e no Senado, mas também do movimento feminista, dos movimentos de mulheres que também se ressentem com a sub-representação nesta Casa, nos espaços de poder, do Congresso Nacional. Quem sabe, comece a se reverter essa sub-representação, o que representa um déficit de democracia.



(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado João Fernando Coutinho.

O SR. JOÃO FERNANDO COUTINHO (PSB-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, povo brasileiro, quero repercutir na tarde de hoje uma decisão do Tribunal de Contas da União, na reunião do Pleno desta tarde, de maneira cautelar, conceder a medida cautelar que foi impetrada pelo Ministério Público através do Procurador Marinus Marsico em relação à manutenção da parceria de desenvolvimento produtiva entre a Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia — HEMOBRAS — e a empresa Shire.

A decisão do TCU determina que o Ministério da Saúde cumpra essa parceria e garanta o abastecimento desse medicamento a mais de 5 mil e 700 pacientes de hemofilia no nosso País que dependem diretamente da medicação do Fator VIII Recombinante.

Isso é uma vitória dos pacientes de hemofilia, mas sobretudo da bancada pernambucana e de todos aqueles que defendem esses pacientes, visando a sua melhor qualidade de vida e também a consolidação do polo de hemoderivados na cidade de Goiana, na divisa do Estado de Pernambuco com a Paraíba.

Portanto, eu quero saudar, enaltecer e agradecer a sábia decisão do Tribunal de Contas da União que determina que o Ministério da Saúde continue a encomendar os medicamentos para garantir o abastecimento no ano de 2018, já que esses pacientes sofrem dessa doença e precisam dessa medicação para melhorar a sua qualidade de vida.

O SR. DEPUTADO SILVIO COSTA - Sr. Presidente, Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

Cadê o Deputado Vicente Candido?

Deputado Vicente, o que V.Exa. incluiu no texto vai inviabilizar a votação.

Essa questão do segundo turno é um problema de cada partido. Isso já está...

A gente vai entrar nesse debate de novo, da distribuição?

Aqui, serão contra o PR, o PP, o DEM. É melhor, então, votar o fundo.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, quero fazer um apelo. São 18 horas.

Presidente, quero fazer um apelo a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado.

Nós estamos incluindo mais 17 páginas. Havíamos combinado de fazer um texto enxuto. Isso vai inviabilizar a votação do texto. Já há 30 destaques aqui que eu não vou conseguir votar. O que nós havíamos combinado era um texto enxuto. V.Exa. tinha que dar parecer sobre as emendas, mas apareceram mais 17 páginas no texto. Como é que dá tempo de alguém aqui conseguir entender o que vai votar?

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Presidente, eu fiz este apelo, porque há uma turma que quer texto enxuto e outros querem um texto mais amplo. Foram vários apelos para incluir esta ou aquela demanda da bancada. O texto inicial nós...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu sei. Essa questão do majoritário não vai passar aqui. Não tem apoio.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós temos que votar a distribuição dos recursos eventuais de um fundo, se for aprovado ou não, porque, se não votarmos até o dia 6, pode ter fundo, pode não ter, não adianta.



Por isso, essa definição precisa ser votada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A distribuição do fundo não precisa ser aprovada até o dia 7.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - A distribuição?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não precisa. Eu conversei com o Presidente do TSE hoje e ele entende que o precisa é ser criado o fundo. Agora, a regulamentação do fundo pode ser aprovada nas duas Casas depois do dia 7.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero fazer um encaminhamento. Deputada Jandira Feghali, Deputado Rocha, Deputado Líder do PSDB, vejam bem.

Presidente, quero pedir a atenção do Plenário. Do jeito que a situação vai nós vamos chegar à meia-noite, dada a quantidade de destaques e especulações e questionamentos que estão sendo feitos sobre o relatório do Deputado Vicente Candido.

A minha proposta objetiva, Sr. Presidente, é: primeiro, dá-se um tempo para o Deputado Vicente, o Relator, procurar cada partido, para ver o que incorpora ou não, tratar isso. E nós passaríamos imediatamente a votar o Fundo do Senado, com aqueles compromissos nossos. Se não for isso, não vai haver nada. É pior para nós.

Eu acho que o Deputado Vicente fez um belo trabalho. No entanto, precisa conversar com os Líderes de cada bancada. É o tempo, Sr. Presidente. Se não for isso, fica difícil concluirmos alguma coisa.

Então eu faço esse encaminhamento e quero ouvir os Líderes sobre isso, Sr. Presidente, imediatamente.



O SR. SILVIO COSTA (Bloco/AVANTE-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vamos votar o do Senado. Tome uma decisão. Depois o Deputado Vicente passa até dezembro votando o dele. Mas vamos votar o do Senado, por favor?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É o que eu estou dizendo aqui: essa parte que trata da regulamentação de distribuição de proporcional para majoritária vai derrubar o texto inteiro — vai acabar derrubando o texto inteiro.

Cadê o Deputado Vicente? Eu quero alertar sobre isso. Isso aqui vai derrubar o texto inteiro, porque há 300 votos que não vão aceitar isso aqui. Eu só estou alertando.

Como vai ser feita a distribuição, se para o primeiro ou para o segundo turno, é uma estratégia de cada partido, não é uma estratégia da lei. Não vai haver consenso sobre isso, e isso vai acabar derrotando tudo.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Então, Sr. Presidente, talvez o ideal fosse o Deputado Vicente, aliás, eu tinha dito isso há 2 semanas, tirar esse artigo, e vota-se o resto do texto. Depois vota isso em outro PL, em outro momento. Nós votaríamos todo o texto do Deputado Vicente sem essa questão. Tira isso.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me uma rápida explicação. Esse caso, de longe, foi o mais polêmico. Eu tive uma ou duas ponderações nesse caso, que é uma reserva do bolo do Fundo para o segundo turno. Acabei de explicar aqui para a Deputada Renata Abreu.



O outro caso não é questão de liberdade partidária. Do bolo, vai se dividir entre Presidente e Governadores no segundo turno, mas, se for este o empecilho e houver acordo do Plenário, tudo bem, nós retiramos. Mas eu tive uma ou duas ponderações durante esse processo inteiro, inclusive na Comissão, sobre esse caso, e eu atendi um pedido de maioria. Eu não achava que isso fosse um problema que viesse a ocasionar todo esse transtorno, se a afirmação de V.Exa. tem o respaldo do Plenário.

Não havendo aqui oposição, nós retiramos o texto.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Eu acho que talvez o ideal fosse isso. Retirar, como se nós estivéssemos fazendo um destaque desta matéria. Votamos o texto integral, votamos o Senado, e voltamos, depois, para esta matéria, como se fosse um destaque. Aí teremos tempo de saber o que aconteceu no Senado. Se não há fundo, não adianta haver isso. E, se há, temos tempo de achar um acordo para este destaque.

Destaca-se essa matéria. Aprova-se tudo, ressalvado o destaque, não é? Então, destaca esse artigo, pronto.

Não: destaca essa parte, destaca a parte da majoritária, V.Exa. alertou. Destacada essa matéria, nós votamos todo o projeto. Aí votamos o Senado, depois vamos voltar para os destaques, um a um. E até aí vamos ver o que está acontecendo no Plenário.

Esta é a sugestão do PMDB, Sr. Presidente.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA - Presidente, o PSC gostaria de opinar sobre o assunto.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós estamos aos 45 minutos do segundo tempo. Eu acho que nós devemos votar o que tem acordo.

Então, eu acho que os acordos construídos até aqui nós devemos conduzir imediatamente, que é o texto do Senado com o acordo dos vetos que foram feitos. Votamos o texto do Vicente, naquilo em que há acordo, ressalvados os destaques. Está correto. Na parte da distribuição, no geral, há acordo, é só na questão do primeiro para o segundo turno que não há, está certo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - E aí, a cada destaque... Há partidos que podem tirar os seus destaques. E aí dá tempo de ir negociando um a um com cada partido.

Eu acho que nós precisamos começar a votar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Também acho.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Vamos começar a votar, meu Presidente, por favor! O PMDB quer votar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Eu acho que se deveria, imediatamente, votar o texto do Deputado Vicente, ressalvados os destaques. Vota-se o texto do Senado que tem acordo. E, depois, a cada destaque, cada partido vai negociando e vai retirando ou mantendo, e levamos a voto. É a forma que temos que seguir no processo agora.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Não vai acabar nunca, Presidente! Só tem hoje. Aí acabou mesmo.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, espera aí. Espera um pouco, Silvio! Espera um pouco, Silvio!

Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSOL retirou...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu sei. Por isso, eu lhe dei a palavra...

O SR. GLAUBER BRAGA - Deixe-me complementar, Presidente. O PSOL retirou os requerimentos de retirada de pauta em relação a essa matéria, para que fosse votada a matéria infraconstitucional cujo texto foi lido aqui pelo Relator.

Nós temos na mesa requerimentos de retirada de pauta em relação à matéria do Senado.

Que se vote o texto do Deputado Vicente Candido. Nós vamos discutindo os destaques que existem nesse texto, onde estão as diferenças, sem votar o texto do Senado primeiro.

Inclusive, pelo que eu consegui compreender aqui, há uma interpretação, inclusive de fora da Câmara dos Deputados, do Judiciário de que não existiria, para aqueles que querem votar o texto do Senado, a pressa na votação, para que o princípio da anualidade fosse respeitado.

Aí eu pergunto: por que nós que não queremos votar o texto do Senado trabalharíamos para que o texto do Senado viesse em primeiro lugar ao invés da infraconstitucional, cujo relatório já foi lido?

Então, a posição da bancada do PSOL é votar a infraconstitucional, votar o texto prioritário. Quem tiver destaque e divergência apresenta sua divergência nos destaques.



A tentativa de inversão, para votar o texto do Senado e não votar a infra, pode ser, no final das contas, uma tentativa de jogar na lata do lixo aquilo que já foi apresentado aqui como matéria do texto de infraconstitucional.

Se esse for o caso, nós vamos obstruir a votação do texto do Senado de maneira já preventiva, porque não concordamos com o texto do Senado e não vemos motivos para aprovar prioritariamente o texto do Senado em relação ao texto que foi apresentado aqui da matéria infraconstitucional.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PHS também tem um encaminhamento para que seja votado o projeto da Câmara dos Deputados e não o do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, nós vamos votar, se conseguirmos construirmos um mínimo acordo, o principal do texto do Deputado Vicente, depois o texto do fundo, depois voltamos para os destaques, mesmo que eu tenha que abrir uma nova sessão.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Vamos lá, Presidente! Vamos tocar.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Vamos, Presidente!

Srs. Deputados do PMDB, por favor, venham ao plenário. É importante. É o último dia de votação da reforma política.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Alguém vai apresentar destaques ao projeto do Deputado Vicente?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Já estão fazendo outra negociação de mudança aqui também. Deixe negociar. Vá para o principal, Presidente. Depois, volte aos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O principal de qual?



O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Do Deputado Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, o problema é que há um texto novo, e, se não apresentar destaque até a votação, não vale o destaque. Eu pergunto ao Plenário se algum partido ainda pretende apresentar destaque.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DIEGO GARCIA - Sr. Presidente, eu havia feito um apelo ao Líder do PR para a apresentação de um destaque. Gostaria de pedir 1 minuto a V.Exa. apenas para que o destaque chegue à Mesa.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, eu não quero enterrar, pelo contrário, o texto do Deputado Vicente, em que há questões fundamentais. Dirigindo-me ao Deputado Glauber, do PSOL, eu não queria enterrá-lo, o problema é tempo, é tempo!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Como eu sou defensor do Fundo, e não escondo isso de ninguém, com regras, com limite e com tudo, evidentemente que votar o texto do Senado e tal sem... Por mim, votávamos o do Deputado Vicente Candido, não há tempo, está em negociação.

Portanto, eu prefiro que votemos o texto do Senado. Quem não quiser votar, não vota, não há outra saída neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se não houver acordo de procedimento com o PSOL, eu vou ser obrigado a encerrar a sessão e a abrir uma sessão com a pauta invertida, porque eu dei a minha palavra de que, nesta sessão, seria desta forma.

O SR. GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, só para entender...



O SR. DIEGO GARCIA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho...

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Eu acabei de ouvir, se eu estiver errado, corrija-me, que existe uma interpretação de que matéria relacionada — no texto do Senado — a Fundo não teria que cumprir o princípio da anualidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não, não. À criação do Fundo sim.

O SR. GLAUBER BRAGA - Nós temos uma posição que nós vamos explicitar aqui no plenário, que é exatamente de divergência com aquilo que foi produzido no Senado Federal.

O que é que nós pedimos? Que entre na matéria. Por que não há tempo? Nós estamos aqui, são 18 horas, se nós votarmos o texto principal agora e já enfrentarmos os destaques da matéria infraconstitucional, nós vamos ter tempo.

O que vai acontecer é o seguinte: se não votar o principal e não entrar nos destaques, entra na matéria do Senado Federal, e, depois, o infraconstitucional vai para a lata do lixo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não vai não.

O SR. GLAUBER BRAGA - É isso que nós não vamos topar.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não vai porque a infraconstitucional é fundamental para regulamentar o Fundo se aprovado, Deputado.

O SR. GLAUBER BRAGA - A infraconstitucional da Câmara. O que foi produzido aqui, na Comissão da Câmara.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O da Câmara é fundamental, porque sem ele o Fundo aprovado não há regulamentação. Então, a Câmara precisa aprovar o texto do...

O SR. GLAUBER BRAGA - Então, Sr. Presidente, vamos direto para a votação do texto do Deputado Vicente Candido. Essa é a proposta. Depois trataremos do Senado. Vamos tratar aqui do texto do Deputado Vicente Candido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nossa proposta para tentar o encaminhamento seria votar agora, nesta sessão, o texto do Deputado Vicente Candido, ressalvados os destaques. Encerraríamos esta sessão, V.Exa. inverteria a pauta, votaríamos o texto do Senado e retomariamos os destaques em seguida com o projeto do Deputado Vicente Candido.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu aguardo qualquer destaque até às 18 horas e 10 minutos.

A SRA. LAURA CARNEIRO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Às 18 horas e 10 minutos vou colocar em votação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PMDB, que fez a proposta, concorda com o Deputado Carlos Zarattini, pois coincide com o nosso encaminhamento.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS é contra essa proposta.



O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vai votar o texto do Deputado Vicente Candido, ressaltados os destaques. Em conversa aqui, o Líder Cleber Verde resolveu que, na proposta do Fundo, vai liberar a bancada para votar como quiser. Mas não vamos obstruir. Este Deputado votará contrariamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão orador.) - Sr. Presidente, o PSDB concorda com a proposta de votarmos o texto, posteriormente o do Senado, em seguida, os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Givaldo Carimbão. *(Pausa.)*

Eu dei uma suspensão ao Deputado Silvio Costa de ontem para hoje. Ele só pode voltar na terça-feira ao plenário.

O SR. JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, quero pedir um esclarecimento a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É claro.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Pelo que está se produzindo aqui, vamos votar o texto do Deputado Vicente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. JÚLIO DELGADO - Vamos votar o projeto da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. JÚLIO DELGADO - Votamos o texto-base.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.



O SR. JÚLIO DELGADO - Muito do que está no texto do Deputado Vicente está na condicionante do que há na proposta do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É o fundo.

O SR. JÚLIO DELGADO - V.Exa. vai encerrar a sessão e abrir uma nova, para convocar uma sessão com pauta prioritária para votar o texto do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. JÚLIO DELGADO - Depois de votarmos o texto do Senado, vamos votar os destaques da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Isso.

O SR. JÚLIO DELGADO - É preferível liquidarmos isso, porque, para votarmos os destaques mais tarde, Sr. Presidente, vai haver comprometimento da mesma forma.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É claro.

O SR. JÚLIO DELGADO - Podem ficar comprometidos os destaques da proposta do Deputado Vicente e cair todos os destaques e, nesse caso, não conseguirmos fazer a alteração necessária no texto.

É importante alertar isso. Como vamos manter esse compromisso? V.Exa. sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nós vamos trabalhar até tarde hoje.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - O compromisso é votar tudo, Sr. Presidente.

O SR. JÚLIO DELGADO - Essa é uma dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, amanhã, haverá sessão com efeito administrativo. Não há problema nenhum.



A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, queria apenas dar como lido um discurso sobre o Outubro Rosa e alertar V.Exa. da importância de votarmos hoje, portanto, depois dessas duas votações importantes, a PEC 134.

Essa é a única chance que nós teremos para que a matéria também possa ser votada no Senado, a fim de que tenhamos, em 2018, 10% das vagas ocupadas por mulheres; em 2020, 12%; e em 2024, 16%.

PRONUNCIAMENTO ENCAMINHADO PELA ORADORA

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os anos, no mês de outubro, uma campanha internacional é promovida por governos, associações médicas, ligas femininas e muitas outras entidades sociais a fim de conscientizar a população sobre a importância de se tomar medidas preventivas em relação ao câncer de mama. A campanha, intitulada Outubro Rosa, é um sucesso e se tornou modelo para várias outras iniciativas do gênero, como a Novembro Azul, dedicada a prevenir e incentivar exames e diagnósticos precoces relativos ao câncer de próstata.

Desde a década de 1990, o laço rosa tornou-se símbolo da luta contra uma das doenças que mais matam mulheres em todo o mundo. Posteriormente, a campanha começou a ser divulgada por meio da iluminação especial, na cor rosa, de prédios públicos, edifícios históricos e monumentos em grandes cidades. Hoje em dia, a associação da iluminação rosa desses marcos arquitetônicos com a campanha de prevenção contra o câncer de mama já é automática para muita gente, o que ajuda enormemente a chamar a atenção da população e a divulgar



informações relevantes sobre o que pode ser feito para evitar o avanço da doença, tratar os casos corretamente e evitar muitas mortes.

O Instituto Nacional do Câncer estima em cerca de 58 mil o número de novos casos de câncer de mama em mulheres, por ano, somente no Brasil. Quase quinze mil brasileiras morrem anualmente em decorrência dessa doença, e muitas outras são submetidas a tratamentos que deixam sequelas graves. Esse quadro pode e deve ser mudado.

O autoexame, que consiste na apalpação das próprias mamas em busca de alterações anatômicas, é o método mais simples de detecção de anomalias que mereçam ser investigadas clinicamente. Os exames de imagem complementam a conduta preventiva e podem ser feitos gratuitamente, pelo SUS. Mas é fundamental que todas as mulheres saibam disso e tomem essas medidas. A desinformação ainda é a grande falha que precisa ser sanada nessa marcha coletiva que trilhamos.

Ao mesmo tempo, são imprescindíveis o engajamento e o compromisso dos governos na adoção de políticas abrangentes e eficazes, para que não falem recursos para facilitar o acesso das mulheres aos exames e tratamentos de que necessitam. Precisamos de mais mamógrafos e profissionais habilitados para operá-los em hospitais e UPAs espalhados por todo o País.

Nesse sentido, tramita nesta Casa uma proposição, de autoria dos deputados Carmen Zanotto e Dr. Jorge Silva (PL 3.010/2015), que visa a oficializar a celebração do Outubro Rosa e a estabelecer ações que contribuam para a conscientização sobre a importância de se prevenir o câncer de mama. Tive a honra de ser a relatora dessa matéria na Comissão de Seguridade Social e Família, onde já foi aprovada; e rogo aos nobres colegas que integram a Comissão de Constituição



e Justiça e de Cidadania, para que também a aprovem, a fim de que uma campanha tão importante se firme como um pacto do Estado Brasileiro com todas as suas cidadãs. Projeto semelhante foi aprovado, anos atrás, no parlamento dos Estados Unidos e, desde então, a campanha adquiriu grande relevância e redundou em ótimos resultados naquele país.

Senhoras e senhores, quando diagnosticado em fase inicial, as chances de cura do câncer de mama chegam a 95%. Portanto, muitas vidas podem ser salvas se conseguirmos fazer as informações corretas sobre prevenção e hábitos saudáveis alcançarem toda a população e se o acesso aos exames e tratamentos for ampliado.

Eu me solidarizo com todas as entidades que estão empenhadas em fazer do Outubro Rosa de 2017 mais um grande sucesso no Brasil, a exemplo do que tem acontecido nos anos recentes. E espero, do fundo da minha alma, que tenhamos, a cada edição, estatísticas menos desanimadoras em relação à incidência e aos óbitos decorrentes de câncer de mama entre as brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Deputado Givaldo Carimbão está com a palavra.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO (PHS-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Nação brasileira, primeiro, quero agradecer a centenas de Parlamentares que ontem e hoje me hipotecaram solidariedade à minha posição.



Eu tenho 20 anos como Deputado Federal. Todos sabem muito bem do meu agir e do meu ser. Tenho título de Cidadão do Mundo pela Paz. Agora, mais uma vez, a Academia Internacional de Cultura me concede o título de Cidadão do Mundo pela Paz. Mas há hora, como ser humano, em que não dá para suportar o que aconteceu ontem. Quem nos chacoalha, nós Parlamentares, são alguns Deputados que vêm à tribuna chamar Deputado de ladrão, de corrupto, de hipócrita.

Não dá para aceitar esses comportamentos que denigrem a imagem de um todo. Há homens de bem nesta Casa. Conheço muitos homens de bem, honrados, que estão no Parlamento brasileiro, nesta Casa. Não posso aceitar que um Deputado venha à tribuna generalizar e dizer que quem votou contra é isso ou quem votou a favor é aquilo.

É importante respeitar a individualidade de cada um. Está aqui o PHS. Somos hoje sete Deputados Federais. Em mais de dez reuniões, discutimos e chegamos a uma conclusão.

E aqui, Presidente, bem calmo, tranquilo, S.Exa. perguntou: *“E o que você pensa sobre o projeto?”* Eu vou dizer a V.Exas. Eu estava agora com o Deputado Pr. Marco Feliciano. S.Exa. obteve quase 400 mil votos. O Deputado Feliciano contribuiu com o partido em 12 milhões de reais, em 4 anos, para o Fundo Partidário.

Sabe quanto deram ao Deputado? Deram 50 mil reais.

O Deputado que está ali me autorizou a falar em nome dele, Deputado Alberto Fraga, aqui de Brasília, que teve quase 200 mil votos e contribuiu com mais de 6 milhões de reais, nos 4 anos, para o DEM. E deram a ele 150 mil. Essas são palavras dele, que me autorizou a dizer isso aqui agora.



Noventa por cento dos Deputados Federais não sabem como se comporta o Fundo Partidário. Cada eleitor que vai à urna votar em um Deputado Federal está autorizado a colocar 7 reais e 20 centavos do dinheiro público no Fundo Partidário, ou seja, quem tem 100 mil votos como Deputado Federal contribui com o partido com 4 milhões de reais em 4 anos de mandato.

Será que o partido não pode destinar 500 mil, 600 mil ou 700 mil reais para ajudar o Deputado? Que custo é esse de um partido receber por mês...

Por exemplo — atenção, senhoras e senhores —, sabe quanto recebem de Fundo Partidário, nos 4 anos de mandato, o PT, o PMDB e o PSDB? O PT recebeu 108 milhões de reais por ano, foram 440 milhões de Fundo Partidário. Sabe quanto recebeu o PMDB? Simplesmente mais de 350 milhões de reais de Fundo Partidário.

Eu fui para o PROS, com o todo o respeito, se posso ter, e o partido foi comprar avião, comprar helicóptero, comprar sede de partido...

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Deputado Givaldo Carimbão, V.Exa. me concede um aparte?

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Só 1 minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não existe aparte!

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - E eu pergunto: não mandam um centavo nem para manter o partido no seu Estado? Esse modelo está errado!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, preciso começar a votação.

O SR. GIVALDO CARIMBÃO - Obrigado, Presidente. Agradeço a V.Exa.

Sr. Presidente, ontem eu me posicionei! Quero dizer que eu tenho posição. Não sou hipócrita porque estou votando contra! Quero deixar claro que tenho ideais



e ideias. Por isso, ontem eu me manifestei dizendo que não aceito ser chamado de hipócrita, porque tenho uma posição firmada.

É só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos começar a votação?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para começar a votação, temos que entender o posicionamento de V.Exa. e da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Já declarei.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Já entendemos aqui, Presidente.

O SR. GLAUBER BRAGA - Temos que entender em que sentido, Sr. Presidente? O texto da Câmara tem que ser votado mais rapidamente do que o texto do Senado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Preservaram todos os destaques que são divergentes. Não é possível!

O SR. GLAUBER BRAGA - Por quê? Porque ele ainda vai para o Senado, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho, Deputado. O Relator que falar.

Deputado Vicente Candido.

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, faço aqui o complemento de voto, suprimindo o pedido de algumas bancadas, do Deputado Efraim Filho.

Estou suprimindo o § 2º do art. 16-D, que diz o seguinte:



Art. 16-D.....

(...) Para as campanhas de segundo turno, onde houver, os recursos do Fundo serão distribuídos de acordo com as seguintes diretrizes: para a campanha de Presidente serão destinados 35%, e para as de Governadores, 65%.

Estamos suprimindo do texto os Incisos I e II para atender ao acordo do Plenário.

Estou acrescentando no texto, conforme já acordado na minha fala anterior, o seguinte trecho:

Art. 16-D.....

(...) Para que o candidato tenha acesso aos recursos do fundo a que se refere este artigo, deverá fazer requerimento por escrito ao órgão partidário respectivo.

Essa é uma emenda do Deputado Weverton Rocha, do PDT.

O art. 4º também já foi lido na questão anterior e acordado com o Plenário.

Art. 4º. Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo 6 meses e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.

§ 1º Poderá participar das eleições o partido que até 6 meses antes do pleito tenha registrado o seu estatuto no TSE, conforme o disposto nesta Lei, e que



tenha, até a data da convenção, órgão de direção constituído na circunscrição, de acordo com o respectivo estatuto.

Tudo isso já foi acordado na intervenção anterior.

Assim, o texto está pronto para o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.)- Sr. Presidente, V.Exa. vai abrir espaço para se oferecer destaque novamente?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - Mas está se acrescentando coisa ao texto, Presidente!

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, eu poderia fazer uma observação para contribuir? Eu acho que isto pode resolver.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - Não se pode aumentar o texto, senão vai abrir espaço para novos destaques.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Será que V.Exa. está falando em inglês? V.Exa. já comunicou ao Plenário e aos Líderes que vai votar o texto principal. Todos os destaques estão preservados.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, espere 1 minuto porque o Deputado Arthur Lira está falando.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria justamente isso. Nós estávamos conversando, há pouco, com outras Lideranças. Eu queria fazer uma sugestão para ver se podemos



apressar a votação do texto do Deputado Vicente Candido para não haver interrupção.

Nós votaríamos o texto principal do Deputado Vicente Candido. Ao longo dos destaques, nós iríamos negociando com o Relator e os autores dos destaques para ver a possibilidade de inclusão e exclusão, dependendo do destaque, se for de emenda ou supressivo, para que possamos, com o Relator, fazer os entendimentos e abreviar a quantidade de destaques.

Dessa maneira, nós encerraríamos o texto do Deputado Vicente Candido e passaríamos, imediatamente, para o texto do Senado, para apaziguar os ânimos deste Plenário, Sr. Presidente.

O SR. SILVIO TORRES - De acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Votamos o texto principal, depois votamos o do Senado.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, V.Exa. vai determinar de ofício a votação nominal do texto principal?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. Não combinei isso com ninguém.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Eu estou perguntando se V.Exa. pode determinar de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A do Deputado Vicente? (*Pausa.*)

Não sei. Vamos ver. Cada votação é uma votação.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Eu acho que isso facilitaria o trabalho de apreciação. Cada um assumiria a sua responsabilidade sem mecanismos de obstrução *a posteriori*. Eu quero votar contra e quero que fique visível que eu votei contra.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Alguém vai apresentar algum destaque?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, eu só queria saber qual é o texto. Eu tinha o texto. O Deputado Vicente foi à tribuna e apresentou inclusões. Eu não posso votar o que eu não tenho na mão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - É verdade.

O SR. JOAQUIM PASSARINHO - Eu quero votar o texto principal, mas qual é o texto principal? Uma, duas, cinco... Tenho que ter o texto. Eu não tenho o texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Se o Relator não entregar o texto à Mesa, eu não consigo distribuir.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu vou começar a orientação de bancada e só vou encerrar o prazo para apresentação de destaques quando todos os Líderes tiverem encerrado a votação.

Em votação a Subemenda Substitutiva Global oferecida pelo Relator da Comissão Especial, ressalvados os destaques.

Orientação de bancada.

Como vota o PMDB?

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Rodrigo Maia, o PMDB entende que a proposta do Deputado Vicente Candido consegue ser ainda melhor, porque complementa a proposta do Senado. O PMDB já fez várias reuniões. Nós entendemos que a proposta avança



muito. Ela estabelece limites, inclusive, de autofinanciamento e tem várias sugestões interessantes que diminuem o custo de campanha.

Então, o PMDB encaminha “sim”, a favor desta proposta do Deputado Vicente Candido.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PT vota favoravelmente ao relatório do Deputado Vicente Candido, que aperfeiçoa a legislação eleitoral e a legislação partidária e, principalmente, que mira e se concentra em reduzir custos de campanha e em reduzir diferenças entre candidatos ricos e pobres. A democracia pressupõe o debate das ideias — e que vença aquele que tem as melhores propostas para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP?

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP, Sr. Presidente, entende que essa subemenda substitutiva atende, pelo menos de forma geral...

O SR. JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, e o texto do Deputado Vicente Candido?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Foi distribuído. Está na mão do...

O SR. SIMÃO SESSIM - O Relator, Deputado Vicente Candido, entendeu de aperfeiçoar o fundo que veio lá do Senado. E há alterações que foram conquistadas na Comissão.

Por isso, nós votamos “sim”, Sr. Presidente, ressalvados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSDB?

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSDB concorda que o texto do Senado, que nós vamos votar em



seguida, atende a questões importantes. Mas o texto do Deputado Vicente Candido detalha mais e deixa mais claros vários aspectos da lei eleitoral sobre os quais nós temos dúvida.

Então, ressaltados os destaques, apoiamos o texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSDB vota “sim”.

Como vota o PSD?

O SR. JÚLIO CESAR (PSD-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PSD vota “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado.

Como vota o PR, Sr. Presidente José Rocha?

O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria muito de encaminhar a votação, mas, enquanto não tiver o texto na mão, não posso fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

A complementação está chegando. V.Exa. será chamado novamente para orientar o partido assim que — a observação foi feita com toda a razão — o texto chegar à sua mão.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB encaminha “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSB encaminha “sim”.

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PTdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PTB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*



Como vota o PDT?

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT, Sr. Presidente, entende que esse não é o melhor que poderíamos fazer. Evidentemente não há mais prazo. Portanto, o PDT recomenda o voto “sim”, salvo os destaques evidentemente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Democratas vota “sim”.

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*

O SR. AUREO (SD-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade encaminha “sim”, ressaltando os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB encaminha “sim”, também ressaltando os destaques.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o PCdoB compreende que esse debate do relatório do Deputado Vicente Candido já se estende por alguns meses. E o Relator incorporou algo fundamental para sanear abusos de gastos em campanha, principalmente na perspectiva da criação de um fundo público: exatamente o estabelecimento de um teto para o autofinanciamento e de um teto de gastos para cada campanha. Ele inclusive estabeleceu alguns avanços e inovações em relação ao uso de rede social, à questão da figura jurídica dos partidos e às cláusulas de exclusão.



Trata-se de um avanço importante. Nós precisamos votar para impedir abusos no campo do uso do recurso nas campanhas, para baratear as campanhas e estabelecer critérios mais equânimes para a realização delas. Nós conseguimos acabar com o financiamento empresarial no Brasil, e, na construção da possibilidade de um fundo público, é necessário que o processo eleitoral seja barateado, com regras claras e importantes limitações.

O PCdoB vota “sim”.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha “não”, porque nós acreditamos que essa situação aqui vai ferir de morte o voto impresso. E o PSC é a favor do voto impresso.

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria entender qual dos textos do Deputado Vicente Candido nós estamos votando. Já há 23 destaques! A incoerência no texto é muito grande, muito grande mesmo. Eu gostaria de um posicionamento do Deputado Vicente Candido para saber qual texto estamos votando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O texto está distribuído. Há apenas um pequeno complemento.

O SR. JHONATAN DE JESUS - Qual? O de segunda-feira? O que S.Exa. fez agora?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Foi distribuído um texto hoje e agora tem um pequeno complemento que já foi distribuído para alguns Líderes e que agora será entregue a todos os Líderes.



O SR. JHONATAN DE JESUS - Mas V.Exa. fez a proposta para que S.Exa. pudesse retirar, porque não tinha acordo com essa nova etapa que S.Exa. fez.

O SR. JOSÉ ROCHA - Estamos aguardando, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - E S.Exa. retirou aquela parte.

O SR. JHONATAN DE JESUS - Então, estamos falando do texto antigo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não dá para votar, Deputado Laura Carneiro. Os Líderes têm razão. Como alguém vota algo que não conhece?

O SR. JHONATAN DE JESUS - Então, nós estamos falando do texto antigo. É isso? Porque, se for o texto antigo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não tem texto antigo. Tem um texto que já está distribuído e já é público.

O SR. JHONATAN DE JESUS - E o texto novo que S.Exa. trouxe.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem uma pequena complementação que vamos aguardar para votar. Se tiver mais algum atraso, eu não voto mais esta matéria hoje.

O SR. JOSÉ ROCHA - Muito bem, Sr. Presidente.

O SR. JHONATAN DE JESUS - Então, Sr. Presidente, eu sugiro a V.Exa. que espere o Deputado Vicente Candido uma vez que o PRB vai votar "não" por não saber o que está votando.

O SR. ALEX MANENTE - Peço a palavra pelo PPS, Sr. Presidente.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me usar a palavra, pelo art. 145, Ordem do Dia.

As pessoas não sabem, disse bem o Parlamentar, o que estão votando. Não há o texto. Nós não temos como prosseguir nessa votação.



É claro que haverá interesse de se aguardar para se pedir verificação no momento adequado, por conta dos interstícios, mas, neste momento, não há como fazer uma orientação. Nós, da Rede, até podemos fazer, porque queremos manter a legislação que permitiu a eleição do Prefeito do Rio de Janeiro, do Prefeito de São Paulo, de todas as capitais, de todas as cidades brasileiras, com a contribuição de pessoas físicas. A nossa posição é muito clara.

A eleição não se inviabilizou. Está lá o Prefeito de São Paulo, Doria; lá no Rio de Janeiro, está o Crivella, eleitos com as regras vigentes, que não contemplavam esses fundos públicos. Não se tirava dinheiro público para o processo eleitoral.

A nossa posição não tem dificuldade de apresentação, mas não é uma visão de proselitismo, é em defesa da Câmara dos Deputados. Não há texto. Nós vamos ser criticados ao extremo, todos nós. Não há texto. Ninguém sabe o que está sendo votado. Isso foi manifestado por outros Deputados que me antecederam.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não é verdade que não há texto.

O Deputado Vicente Candido apresentou o texto. Foram sugeridas duas modificações.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputado, nós sabemos que há texto. Há uma pequena complementação.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Conversa fiada.

O SR. JHONATAN DE JESUS - Deputado Carlos Zarattini, V.Exa. está sendo incoerente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Assim que for distribuído, nós vamos votar. Só isso. É só ter paciência.



O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, deixe-me encaminhar pela Minoria?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode encaminhar, Deputado.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, primeiro, quero esclarecer para o Plenário que, desde anteontem o Deputado Vicente Candido entregou o texto.

Todo mundo conhece o que está no texto.

Esse complemento que será feito agora é para atender pedidos de Líderes, inclusive do PSOL e de outros partidos. Não me venham com essa história de que ninguém sabe o que está no texto. O que está no texto, meus queridos Deputados da nossa bancada e das outras? O autofinanciamento, o limite, o teto das campanhas para Deputado Federal, Deputado Estadual, Governador, Senador, tudo isso está lá. Está também o limite para contribuição individual. Ora, como dizem que não sabem o que está no texto? Todo mundo sabe. Se há divergência, Presidente, cada Líder pode colocar um destaque e encaminhá-lo. Aliás, já foram apresentados 27 destaques, e o esforço do Relator é no sentido de acolher, até para concluirmos essa votação no menor espaço de tempo.

Além do que, Sr. Presidente, toda esta Casa sabe que foram 11 meses de Comissão Especial. Quando há divergência, nós vamos para o voto. Não podemos ficar nesse zero a zero aqui dentro.

Vamos votar o texto principal, preservados os destaques, e aí, evidentemente, se der, vamos acordar no menor número de encaminhamento possível.

Por isso, a Minoria encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. ALEX MANENTE - A orientação do PPS, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PPS, Presidente, entende que este é um texto importante que avança em vários temas significativos, como, por exemplo, o teto, a fim de que se gaste menos nas campanhas eleitorais, a fim de que as campanhas se restrinjam a propostas e ideias.

Também há o avanço da utilização das redes sociais, que é algo cotidiano na vida das pessoas e que, certamente, as eleições precisam contar com esse tipo de informação das redes sociais.

Mas queremos deixar claro que votaremos a favor do tema, mas vamos nos posicionar em relação aos destaques, ressaltado, especialmente, o nosso destaque, que retira o fundo eleitoral, porque nós somos contrários, não concordamos que seja preciso utilizar recursos públicos para fazer campanha eleitoral. Isso é diminuir o custo da campanha, ter um teto.

Por isso, votamos “sim”, ressaltados os destaques.

O SR. PASTOR EURICO - O PHS, Sr. Presidente.

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente o PODEMOS orienta “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PHS é um partido que respeita também a opinião pública. O Brasil todo está olhando para cá, a maioria dos brasileiros está aí sendo contrária ao uso do dinheiro público para campanhas políticas. E aqui estamos vendo que, além do que está tramitando aqui agora, embora respeitemos o nobre Relator, mas também



temos aí a desvalorização no projeto do Senado, em que o Deputado não vai valer coisa nenhuma, porque segundo o projeto deles, vai-se valorizar somente a majoritária. Isso é o cúmulo do absurdo. Nós, Deputados Federais, que geramos o Fundo Partidário estamos sendo colocados, não é nem como de segunda categoria, passamos a não ter valor.

Então, o PHS vota “não”.

O SR. MIRO TEIXEIRA - Sr. Presidente, não constou ali o voto “não” da REDE.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A REDE, “não”.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, vou apenas reafirmar que nós somos favoráveis ao financiamento privado pessoal, particular, como funcionou nas eleições municipais passadas. E estão eleitos aí Prefeitos e Vereadores. Ninguém pode dizer que isso é inaplicável. Como é que se elegeu o Prefeito do Rio e o Prefeito de São Paulo? Com essa regra. Não é nada inaplicável.

Mas, nós estamos vendo que está formado o rolo compressor. Então, não adianta. Vamos agora registrar o voto “não”, e cada um se responsabiliza. Gostaria que houvesse a votação nominal, que não haverá.

O voto é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PSOL?

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSOL, na Comissão Especial, já tinha adotado a posição de votar “sim” ao texto infraconstitucional. A gente vai manter essa posição, mas ressalvados os destaques



com contundência. Por exemplo, em relação ao fundo do Senado Federal e à regulamentação desse fundo infraconstitucional a gente tem diversas críticas.

O PSOL historicamente sempre defendeu o financiamento público, mas você não pode sair de um financiamento bilionário empresarial para um financiamento bilionário público. Você tem que ter campanhas programáticas baseadas naquilo que são as ideologias dos partidos políticos e não baseada no poder da grana.

O que deve fazer com que uma campanha possa ser estabelecida como uma campanha dialogando com o povo é o programa dos respectivos partidos. Por isso, ressaltados os destaques, a gente vai votar “não” a esse fundo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PV?

A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, nós reconhecemos que há matéria importante para ser votada nesse texto. Porém, não temos o conhecimento suficiente para ele. E nós contrários a muitas das coisas que constam nesse texto. Por isso, orientamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Informo que o Relator excluiu o § 2º do complemento de voto.

O SR. WALNEY ROCHA - Sr. Presidente, peço a palavra para orientar pelo PEN.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PEN?

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós vamos votar favoráveis à matéria, mas claro que vamos observar os destaques, principalmente no que se tratar do voto eletrônico impresso. Essa é uma questão que nós vamos discutir em separado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tudo bem.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Informo, então, antes de começar a votação, que o § 2º, da complementação de voto, foi retirado pelo Relator.

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dar um conhecimento a V.Exa. O Deputado Vicente Candido disse que agora partido que for criado até 6 meses, antes da eleição... Não pode! Partido para ser criado até 6 meses, antes da eleição...

Nós já estamos contra a criação de novos partidos, e ainda diminui-se de 1 ano para 6 meses, não dá, aí não dá.

E domicílio eleitoral. Ora, domicílio é 1 ano. Aí nós vamos passar domicílio para 6 meses, também?

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, mas é incoerente, também, poder se filiar até 6 meses, antes das eleições, e não permitir que um partido possa, também, ter a sua criação até 6 meses, antes das eleições.

Todos os dispositivos para inibir a criação de novos partidos já foram aprovados, como a questão da cláusula de barreira e uma série de coisas. Não tem por que ter-se essa vedação, já que se pode filiar até 6 meses, antes das eleições. É coerente colocar também a criação do partido até 6 meses, antes das eleições. É uma questão de coerência.

O SR. WELITON PRADO (Bloco/PROS-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Exatamente, deve haver isonomia. Eu concordo, tem que haver isonomia. Está correto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? O PR vai declarar o voto ou não?



O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PR, com as modificações que o Relator acolheu, nós encaminhamos o voto "sim". *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

APROVADO.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR) - Verificação, Sr. Presidente.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT) - Verificação, Sr. Presidente, pelo PSC.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS) - Verificação, pela REDE

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL) - Verificação conjunta.

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR) - Verificação. O PRB está pedindo verificação.

O SR. ARTHUR LIRA - Quem pediu primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Bem, o PHS não pode pedir.

O SR. ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, quem foi que pediu?

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Tem apoio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, não. Esperem aí.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Teve apoio, teve apoio.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PHS não pode pedir.

O SR. HILDO ROCHA - Matéria vencida.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Júlio Delgado é Vice-Líder ou não?

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - São 31 Deputados, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Espera aí. O Júlio Delgado é Vice-Líder?

O SR. JOÃO DERLY - Individualmente o Deputado João Derly apoia.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Mas não há número, Deputado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Eu estou pedindo apoio, Presidente. Eu pedi apoio.

O SR. HILDO ROCHA - Matéria vencida, Presidente.

O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PDT está pedindo?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PDT saiu do Bloco do PHS. Então, o PHS não pode pedir verificação.

O SR. PAUDERNEY AVELINO - Exatamente, o PDT saiu.

O SR. HILDO ROCHA - Matéria vencida.

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT) - Presidente, o PSC também pede.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Agora já está tarde, Deputado.

O SR. HILDO ROCHA - Já passou.

O SR. MIRO TEIXEIRA (REDE-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Temos número. Isso é um rolo compressor.

O SR. JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, nós estamos pedindo pelo número mínimo.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não é rolo compressor, Deputado.

O SR. HILDO ROCHA - A lei não socorre quem dorme.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Esse é um texto que tem ampla maioria.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dê de ofício. Por gentileza, peço a V.Exa. que dê de ofício essa votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - No texto principal, todo mundo foi a favor.

O SR. DIEGO GARCIA - Eu tenho certeza que se V.Exa. consultar, o Plenário vai querer votar. Eu tenho certeza.

O SR. HILDO ROCHA - Não, Sr. Presidente, já foi.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos avançar um pouco nos destaques para ver se conseguimos terminar isso.

Sobre a mesa Destaque nº 3

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161...

O SR. JOAQUIM PASSARINHO Sr. Presidente, vamos manter o acordo e inverter a pauta para votar logo a do Senado.

O SR. SILVIO TORRES - Sr. Presidente, o acordo era para votar, em seguida, a do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Temos ainda alguns minutos para tentarmos avançar nesse texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Sobre a mesa Destaque nº 3:

Sr. Presidente,



Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, inciso II, combinado com o § 2º do Regimento Interno, destaque para a votação da Emenda nº 13, do PPS.

Para falar a favor, tem a palavra o Deputado Arnaldo Jordy. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto

O SR. DOMINGOS NETO (PSD-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, quero perguntar: a que momento nós vamos entrar no texto do Senado? Só depois de todos os destaques?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não. Nós vamos avançar um pouco até às 19h, 19h10, quando vou encerrar a sessão e começar a outra.

A SRA. CARMEN ZANOTTO (PPS-SC. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, a sub-representação feminina no Parlamento brasileiro é fruto também do modelo que temos do processo eleitoral.

Esse destaque do PPS, que prevê para as majoritárias quando o cabeça de chapa é um homem, o vice ser mulher ou vice-versa, busca e procura implementar a participação da mulher em todas as vagas do Parlamento, quer seja nas Câmaras Municipais, nas Assembleias Legislativas e aqui, na Câmara dos Deputados.

Isso é possível? É possível. Já tivemos experiências mundiais nesse sentido? Temos experiências positivas quando houve essa divisão entre quando o candidato a Prefeito, ou a Governador, ou a Presidência, é um homem, a vice ser uma mulher, o número de mulheres na França ocupando cargos eletivos aumentou significativamente.



Por isso o meu partido, o PSS, apresentou esse destaque, porque já havia sido discutido, inclusive, com o nobre Deputado Vicente Candido essa possibilidade como uma das alternativas de ampliarmos a participação feminina na representação política no nosso País. Somos mais de 50% da população brasileira. As mulheres compõem mais de 50% da população, mas a representação desse coletivo feminino é de apenas 10% no Parlamento brasileiro. Acredito e também vou defender a PEC 134, que deveremos votar. Mas uma coisa não exclui a outra.

Esse destaque do PPS, definindo a composição na majoritária dos partidos, auxilia e vai implementar a participação efetiva. Tenho certeza que com a aprovação desse destaque vamos conseguir ter um Parlamento brasileiro mais dinâmico, um Parlamento brasileiro que consiga mensurar as dificuldades da sociedade de igual para igual, porque homens e mulheres sabem governar, homens e mulheres qualificados podem fazer a diferença.

Por isso, essa defesa deste destaque do PPS.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só para colaborar com a sessão, o PT retira o Destaque nº 24.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP retira o Destaque nº 17.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Destaques nºs 24 e 17.

O SR. ARTHUR LIRA - Destaque nº 14. Desculpe-me, Destaque nº 17.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Destaques nºs 17 e 24.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vamos passar para a orientação. Se possível, aqueles que estiverem de acordo, falem “sim” ou “não”.



O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. nos informasse se essa complementação de voto, prevista no art. 4º, de que poderão participar das eleições os partidos que, até 6 meses antes do pleito, tenham registrado o seu estatuto no TSE, está valendo. Isso não dá para aceitar!

A SRA. LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu quero orientar pelo PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação.

A SRA. LAURA CARNEIRO (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, na verdade o destaque do PMDB estabelece que toda vez que houver um Governador homem, haverá uma Vice-Governadora mulher. A tentativa é de empoderamento das mulheres.

Sr. Presidente, o PMDB, que é favorável à PEC 134, libera a sua bancada, tendo em vista algumas dificuldades encontradas. O PMDB se reuniu e resolveu liberar a bancada no que se refere a este tema.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o PP? (*Pausa.*)

Como vota o PSDB? (*Pausa.*)

Como estamos com tempo, quem puder, ajuda ao falar “sim” ou “não”.

Como vota o PR? (*Pausa.*)

Como vota o PSD? (*Pausa.*)

Como vota o DEM? (*Pausa.*)

Como vota o PSB? (*Pausa.*)

Como vota o PTB? (*Pausa.*)

Como vota o PDT? (*Pausa.*)



O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PDT também libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PSOL considera a chamada PEC da presença feminina, da mulher, garantida nos parlamentos, ainda insuficiente. Queremos que ela seja votada. Mas nesse caso aqui é uma medida correta, que garante a equidade de gênero, nesse caso, e melhora a qualidade da política. É impossível que um partido ou coligação não consiga uma mulher como candidata majoritária ou vice, ou um homem vice ou majoritário. Isso é elementar, é saudável, é democrático.

O nosso voto, portanto, é “sim” à emenda.

O SR. PASTOR EURICO (PHS-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O
PHS, Sr. Presidente, libera a sua bancada.

O SR. CAPITÃO AUGUSTO (PR-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
O PR encaminha “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do
orador.) - O PSDB encaminha “não”.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Sr. Presidente, o PT encaminha “não”.



O SR. PAUDERNEY AVELINO (DEM-AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, não dá para fazer uma votação da forma como prevê essa emenda.

O que diz a emenda? Que se o titular for do sexo masculino, a suplente ou vice que irá assumir teria que ser do sexo feminino. Não cabe na cabeça de ninguém fazer um engessamento da forma como estão tentando fazer.

Por isso, Sr. Presidente, nós vamos votar “não” para que esta emenda não possa permanecer no texto.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. FABIO GARCIA (PSB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB vota “não”, porque entendemos que, na verdade, devemos preservar os melhores candidatos, seja do sexo masculino seja do sexo feminino.

Nós precisamos colocar para a apreciação da população os melhores candidatos, independentemente do gênero. Se forem duas mulheres, Governadora e Vice, não há problema nenhum, que sejam duas mulheres.

Nós queremos estimular a participação feminina na política de outra forma, não impondo a participação, mas, sim, fomentando de outras formas a participação.

Então, o PSB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PTB?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PTB vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PEN?

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PEN também vota “não”.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Podemos?

A SRA. RENATA ABREU (Bloco/PODE-SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, o Podemos acha muito importante a participação das mulheres na política. Portanto, votamos “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Podemos vota “sim”.

Como vota o Solidariedade? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, nós temos feito todo o esforço para aumentar a participação de gênero na política. Temos clareza de que toda política afirmativa contribui, mas há quem argumente que do jeito que está, se nós quisermos fazer uma chapa só de mulheres, a emenda proíbe.

Então, nós vamos liberar a bancada, porque há quem queira votar a favor e há quem ache que ela é limitadora da participação em uma chapa puramente feminina.

Então, o PCdoB libera a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PSC libera a bancada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós achamos isso um pouco abusivo. Nós somos a favor das cotas das mulheres, mas engessar dentro de uma chapa dois membros, o Prefeito e o Vice, Governador e Vice, e ter que haver obrigatoriedade de ambos os sexos é



demais nesse momento. Isso vai engessar os partidos e bons candidatos vão deixar de aparecer.

Nós somos contra.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PP? (*Pausa.*)

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PRB vai votar “não” a essa Emenda, porque entende que a chapa tem que ser formada independente do sexo, mas para o bom desenvolvimento da política no nosso País.

O SR. SIMÃO SESSIM (Bloco/PP-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PP, Sr. Presidente, também é muito a favor da causa da mulher. Mas, nesse caso, vai engessar a chapa, o que nós consideramos muito ruim para o planejamento eleitoral.

Por isso, votamos “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o Solidariedade?

O SR. MAJOR OLIMPIO (SD-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Solidariedade vai votar “não”, porque não dá para entender umas coisas. A hora que se vai dizer, muitas vezes, que a criança não é homem nem mulher, todo o mundo está apoiando, fala-se que tem que haver a liberdade de opção.

E agora se está engessando a questão. Se houver um candidato majoritário homem, tem que ser mulher. E se for alguém que não se intitula nem homem nem mulher e faz a sua opção?

Parem com isso, essa questão de gênero, agora aqui também!

O SR. JOÃO DERLY - Sr. Presidente, a REDE.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota a REDE? Só para deixar registrado.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Não há emenda, não há destaque que resolva o pecado original dessa dita reforma política. Apesar disso, por mais participação das mulheres na política, a REDE vai encaminha o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem a favor permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADA.

O SR. HILDO ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. ROBERTO FREIRE - Sr. Presidente, já rejeitou.

A SRA. LEANDRE - Sr. Presidente, o PV.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação a admissibilidade do Requerimento do Destaque Simples nº 5.

Orientação de bancada.

Se pudermos, vamos ser um pouco mais rápidos.

Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PR? *(Pausa.)*

Como vota o PSDB? *(Pausa.)*

Como vota o PSD? *(Pausa.)*

Como vota o DEM? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*



O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP orienta “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB? *(Pausa.)*

Como vota o PT? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*

Como vota o PRB? *(Pausa.)*

O SR. JOSUÉ BENGTON - Abra o painel, Sr. Presidente.

(Não identificado) - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Não”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA - Abra o painel, Presidente.

(Não identificado) - Isso é unanimidade, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES - Como é que é? Houve uma confusão aí, Presidente.

A SRA. LEANDRE - Presidente, tem que haver pelo menos um mínimo de esclarecimento.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - “Sim”, Sr. Presidente. Em globo, o destaque simples.

A SRA. LEANDRE - Eu entendo que tem que haver pressa, mas nós precisamos de um mínimo de esclarecimento em relação ao que estamos votando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Deputada, eu esclareço sempre.



A SRA. LEANDRE - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - V.Exa. se quiser pode pegar nos anais que eu disse que nós estávamos votando a admissibilidade do Requerimento de Destaque Simples nº 5. Eu falei esta frase, então, não foi pressa nenhuma. Talvez V.Exa. não tenha ouvido, mas foi o que foi dito pelo Presidente da Casa.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Como é a admissibilidade do destaque simples, o PP orienta “não”, e “não” para a base toda, Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, de fato, V.Exa. sempre orienta, agora, sim, o painel é importante para nós sabermos. Agora apareceu...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PP votou “não”.

O SR. CHICO ALENCAR - É o destaque...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT?

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - O PT vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PMDB?

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB é contra os destaques simples, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todo mundo “não”. Alguém vota “sim”?



O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Todo mundo vota “não”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela aprovação permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

REJEITADO.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -
Espera aí, espera aí. O PSOL considera admissível, sim, claro, o destaque individual do Deputado João Derly.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Destaque nº 6

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 161, I, §2º do Regimento Interno, destaque para votação em separado do art. 16-D, constante do art. 1º do substitutivo apresentado ao PL nº 8.612/2017.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, concedo a palavra ao Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para falar a favor, Deputado Júlio Delgado. *(Pausa.)*

Para falar contrário, Deputado Davidson Magalhães. *(Pausa.)*

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB encaminha “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Orientação.

Como vota o PMDB?



O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PMDB encaminha “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o PR? (*Pausa.*)

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)
- Sr. Presidente, o PT vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria vota “sim”, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR LIRA (Bloco/PP-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PP orienta “sim”, para manter o texto.

O SR. DIEGO GARCIA - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PHS?

O SR. DIEGO GARCIA - Sr. Presidente, para o PHS quero que acrescente o tempo de Líder.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, painel.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, é importante ressaltar esse destaque, porque ele trata justamente sobre a questão do fundo eleitoral. É importante que agora os Deputados votem “não”, pela rejeição desse dispositivo, para retirada do artigo.

Por isso, quero fazer um apelo aqui. Foi desfeito o acordo de procedimento que existia entre o PHS. Quero fazer um apelo aos partidos que têm se posicionado contrário, para que na hora, no momento oportuno, nós possamos pedir verificação e ter o apoio. Peço ao PSC, ao PRB, ao PV, para que, de fato, nós possamos



no voto nominal, com o registro dos Parlamentares, impedir a criação desse fundo eleitoral no nosso País. É fundamental o voto “não”. Os partidos vão orientar o voto “sim”, na grande maioria, mas nós não podemos criar esse fundo irracional, esse fundo que vem na contramão daquilo que o povo brasileiro espera e quer de cada um de nós Parlamentares.

Por isso, eu peço o apoio dos partidos PRB, PV, PSC, PSOL, todos os partidos, para que possamos pedir juntos, no microfone, a verificação nominal, tendo o apoio da maior parte dos Deputados.

É fundamental que isso aconteça. É fundamental para o bem do País. A sociedade, em sua grande maioria, é contra a criação desse fundo.

Hoje, nós, a bancada federal do Paraná, recebemos o Hospital Universitário de Londrina, que reivindicou a construção de um centro de reabilitação no valor de 6 milhões de reais.

Para se ter uma ideia, com o recurso desse fundo, daria para construir 333 centros de reabilitação, atender 666 mil pessoas por mês no nosso País, que infelizmente estão nas filas esperando uma oportunidade de serem atendidas.

Por isso, eu peço o apoio dos Líderes para que a próxima votação seja nominal, Presidente.

O SR. BACELAR (PODE-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Podemos orienta “sim”.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria orienta “sim”, Sr. Presidente. Vamos arrochar!

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Maioria também orienta “sim”, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como orienta o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

O PSOL, desde a Comissão, considerou que um fundo partidário, com o já existente, equilibrado, mantido de acordo com o Orçamento anual, que leva em conta as necessidades do País, sempre insuficientemente providas pela política de atendimento aos grandes bancos, aos financistas, aos rentistas, é importante sim. Esse fundo público já existe. É o Fundo Partidário.

Nós somos contra. Por isso, votamos “não” à criação de um fundo especial para campanha eleitoral, que é quase do tamanho do fundo originário e mantém aquele esquema do grande financiamento empresarial, inclusive pelo teto de campanha que se coloca nesta lei, exagerado, absurdo.

Contribuição cidadã e fundo partidário austero! “Não”.

O SR. SILVIO TORRES (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PSDB também vota “não”, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu estava conversando agora há pouco com o Deputado Miro Teixeira, e ele disse uma frase muito interessante. Hoje, nós não ouvimos neste plenário ninguém chamar de golpista outro partido, porque o que está unindo este Plenário hoje é o dinheiro, a discussão de dinheiro público para financiar as campanhas milionárias. Quando oposição e situação se unem é sempre nos recursos, como nós vimos na Operação Lava-Jato.

A REDE não será conivente em nenhum momento com isso. Passar sobre os destaques simples, ainda que sejam destaques simples à admissibilidade, foi um erro, Presidente. Nós não pudemos nem encaminhar antes.



Então, a REDE neste encaminhamento vota “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSD?

O SR. JOAQUIM PASSARINHO (PSD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu vou fazer uma votação pelo meu partido, uma orientação do meu Líder de voto “sim”.

Porém, gostaria de deixar registrado que eu particularmente sou contra esse fundo. Acredito que o fundo partidário já poderia suprir isso ou algum recurso vindo do próprio Legislativo.

Fala-se em tirar de emenda parlamentar, como se isso fosse do Legislativo, e não é. A indicação é do Legislativo, mas o dinheiro vai para as Prefeituras, para os Governos Estaduais, para as pessoas que precisam, para a saúde e para a educação.

Acho um absurdo nós votarmos isso neste momento, num momento em que o Brasil passa por dificuldades. Este é um posicionamento pessoal, e eu agradeço ao partido pelo entendimento desta minha posição de votar contrariamente, mas, como a maioria do partido e a Liderança solicitaram, o voto do PSD é "sim".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB? (*Pausa.*)

O SR. EFRAIM FILHO (DEM-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Democratas vota "sim", Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PCdoB?

O SR. ASSIS MELO (PCdoB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, primeiro eu quero dizer aqui que há Deputado que me antecedeu e não fala em golpista, nisso ou naquilo. Na verdade, nós do PCdoB temos uma posição



clara, nós somos sim a favor do Fundo público, porque isso garante a democracia, garante o equilíbrio da eleição (*ininteligível*).

Agora, o que me surpreende aqui é partido que é barriga de aluguel, porque nasceu da barriga de outros partidos, defender financiamento privado para manter a corrupção no nosso País. Nós somos a favor do Fundo (*ininteligível*) e votamos "sim", Presidente.

O SR. JHONATAN DE JESUS - Sr. Presidente, o PRB vai orientar...

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PTB e o nosso Bloco encaminharão o voto "não".

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PPS?

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PPS entende que a distribuição deste Fundo é até mais correta do que a distribuição do Fundo previsto no projeto que vem do Senado. Porém, nós temos como princípio ser contrários ao Fundo, e não dá para distribuir um Fundo que ainda nem sequer existe.

Por isso, o PPS, mantendo a sua coerência de defender que campanha eleitoral tem que ser feita com baixo custo e não tem que contar com recurso público, vai votar "não", porque somos contra o Fundo Público Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PR? (*Pausa.*)

O SR. JHONATAN DE JESUS (PRB-RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O PRB, Sr. Presidente, vai orientar "não", porque não concorda com esse Fundo de campanha, já se posicionou de forma contrária e vai votar "não", Sr. Presidente.



O SR. JOSÉ ROCHA (PR-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, o PR já se posicionou contrário ao Fundo quando votamos aqui nesta Casa. E, como esta proposta contempla uma divisão do futuro Fundo que possa acontecer, apesar de nós não votarmos a favor do Fundo, para evitar que fique uma lacuna que possa ser legislada pelo TSE, nós vamos votar "sim".

O SR. WALNEY ROCHA - Sr. Presidente, pelo PEN...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PEN?

O SR. WALNEY ROCHA (PEN-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, essa matéria nesse texto traz perfeitamente como vai ser dividido esse Fundo. Mas nós sabemos que a do Senado é que traz de onde vai vir o Fundo, que é uma parte das nossas emendas.

Nós entendemos que as emendas hoje, considerando o momento pelo qual o Brasil passa, são fundamentais para a sobrevivência dos Prefeitos, das Prefeituras, principalmente as Prefeituras do interior dos Estados. Vai vir também na parte da comunicação.

O interessante é que nós não vimos até hoje nenhuma força se juntar para resolver o problema da saúde, da educação, mas há uma força que está unindo valores para resolver um problema de uma eleição do político, do Deputado. A sociedade hoje cobra muito mais transparência e cobra, com toda a certeza, um resultado mais positivo.

Por isso, o PEN vota "não".

A SRA. LEANDRE - Sr. Presidente, o PV...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PV?



A SRA. LEANDRE (PV-PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, quando eu falei a V.Exa. era só porque eu gostaria que V.Exa. se colocasse no nosso lugar aqui embaixo...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Eu me coloco, sim.

A SRA. LEANDRE - E entendesse que nós não conseguíamos entender o que V.Exa. estava falando. Então, não me interprete mal. Eu fiz uma questão porque estava difícil o entendimento.

Nós orientamos “não”. A bancada do PV é unanimemente contrária ao Fundo Eleitoral. Vamos apoiar o PHS no pedido da votação nominal.

Gostaria também, Presidente, que, na próxima votação do projeto do Senado, V.Exa. pedisse e garantisse a votação nominal já que é um assunto divergente aqui na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB? *(Pausa.)*

Como vota o PDT

O SR. RONALDO LESSA (PDT-AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PDT entende que, primeiro, já existem recursos públicos para os partidos. Segundo, o Supremo Tribunal Federal entendeu que era injusto aplicar dinheiro de empresas na campanha eleitoral. Qual é a justiça que se faz ao proibir as empresas, mas permite que o rico concorra com o trabalhador comum? Isso não é justiça.

Qual é o financiamento? O financiamento tem que ser público porque o mais caro é não ter democracia. O PDT defende que no ano eleitoral, se é para dar igualdade a quem está aqui com mandato e a quem está lá fora querendo disputar o mandato, deve-se abrir mão das emendas e reforçar o fundo existente.



O PDT vota “sim”, a favor do fundo eleitoral

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSC?

O SR. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSC encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Como vota o PSB?

O SR. WLADIMIR COSTA (SD-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o partido Solidariedade encaminha “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O Solidariedade vota “sim”.

Falta só o PSB. O PSB vai orientar? *(Pausa.)*

Deputada Tereza Cristina. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Em votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Aqueles que forem pela manutenção do texto permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

O TEXTO FOI MANTIDO.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR.) - Verificação, Sr. Presidente. PHS, PTB...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ.) - Verificação.

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA.) - Sr. Presidente, o PTB pede verificação conjunta.

O SR. JOÃO DERLY (REDE-RS.) - Sr. Presidente, o Deputado João Derly apoia o pedido de verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não há número.

(Não identificado) - DEM. Verificação.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS.) - Sr. Presidente, verificação conjunta com o PV.



O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA.) - Verificação conjunta.

O SR. ALEX MANENTE (PPS-SP.) - Sr. Presidente, o PPS apoia a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PTB pediu verificação?

O SR. JOSUÉ BENGTON (Bloco/PTB-PA.) - Verificação.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL-RJ.) - PSOL, PHS, PTB...

O SR. HILDO ROCHA (PMDB-MA.) - Sr. Presidente, é intempestivo.

Verificação conjunta, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A Presidência solicita aos Srs. Deputados que tomem seus lugares, a fim de ter início a votação pelo sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

Queiram seguir a orientação do visor de cada posto.

O SR. DIEGO GARCIA (PHS-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agora é hora da rejeição do fundo eleitoral, da criação desse fundo. É importante que os Deputados votem "não", pela rejeição. É importante que os Deputados votem "não". Não podemos deixar que essa proposta passe e avance aqui na Casa hoje.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado, Deputado.

O SR. JÚLIO DELGADO - É para quem demonstrar que pode ser que numa emenda do Senado não haja...

A SRA. JANDIRA FEGHALI - É para dizer que não é a criação do fundo. Existe um processo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Tem a palavra o Deputado Henrique Fontana, pela Liderança do PT.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT-RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e especialmente sociedade brasileira que acompanha esta votação, os Deputados estão se revezando aqui em argumentos a respeito da necessidade ou não de um fundo público de valor moderado para garantir uma eleição efetivamente democrática ou não.

Começo esta minha fala dizendo que eu defendo este fundo público, além de um financiamento de eleições que seja, em primeiríssimo lugar, um financiamento republicano, democrático, em que o poder econômico não tenha o direito, Deputada Maria do Rosário e Deputada Benedita, de decidir quem pode ou não ser candidato com chance real de ser um Deputado Federal, um Deputado Estadual ou um Vereador.

A primeiríssima questão é que as eleições precisam ser mais baratas. Menos dinheiro em eleições qualifica a democracia.

E isso nós vamos conquistar se votarmos um teto baixo de gastos de campanha. Mas algum gasto existe. E aí vem a pergunta que os brasileiros se fazem, Deputado Manato: quem deve financiar as eleições? Às vezes, há o argumento fácil de dizer que não pode usar nenhum recurso público, porque falta dinheiro para a saúde, para a educação e falta dinheiro para outras áreas essenciais.

Faço um questionamento ao povo brasileiro, Deputado Chico Alencar. Ao longo da história do Brasil, sempre quem pagou as campanhas foram as empresas, foi o poder econômico, e sempre faltou dinheiro para a saúde, sempre faltou dinheiro



para educação, Deputado Tadeu Alencar. Então não me digam que o dinheiro da saúde e da educação está exatamente no financiamento de eleições. Na realidade, o que sempre ocorreu é que o poder econômico colocou no mercado bilhões de reais que são do povo brasileiro, Deputada Jandira Feghali, porque, quando a JBS derrama milhões de dinheiro em campanha, ela o faz para obter vantagens, privilégios e para alimentar redes de corrupção que fazem escoar — aí, sim — o dinheiro que falta para a saúde, para a educação e para outras áreas.

Para que o povo brasileiro tenha noção dos números, o orçamento da saúde do País é em torno de 100 bilhões de reais, o orçamento da educação do País é em torno de 100 bilhões de reais, e nós estamos aqui falando de um fundo público em torno de 1 bilhão de reais.

Agora, um dos argumentos centrais — os quais quero dividir com este Plenário para pedir o apoio dele — é o seguinte, Deputado Edmilson Rodrigues: como é que, numa democracia, o trabalhador da fábrica, o camponês, o agricultor familiar poderá concorrer a uma vaga de Deputado, se a campanha custa 2 milhões e 500 mil reais? Ele teria que pedir dinheiro para seus amigos e colegas de trabalho?

Paremos com a hipocrisia e com cinismo! Um trabalhador rural convive com companheiros de trabalho, Deputada Luiza Erundina, que mal ganham dinheiro para alimentar suas famílias. De onde seus amigos tirariam dinheiro para financiar campanha deste líder popular?

Então, eu respondo: para quem sobe na tribuna, do lado de lá, dizendo que não é necessário ter financiamento público é porque quer uma democracia em que somente os ricos poderão se eleger Deputados Federais; quer uma democracia em



que somente quem tem o poder econômico ou quem representa os grandes interesses econômicos terá financiamento e poderá concorrer à vaga de Deputado, Governador e Prefeito, com chances reais de ganhar a eleição.

Nós queremos uma democracia para todos, uma democracia para empresários, para trabalhadores, para ricos, para pobres, para negros, para brancos, uma democracia realmente plural. Aí, o poder econômico sempre funcionou como um freio para que os setores populares cheguem a esta Casa.

Eu digo a todos os brasileiros, mas especialmente aos meus colegas Parlamentares: quando nós tivermos um sistema transparente, republicano e democrático de financiamento eleitoral, nós estaremos fechando diversas das portas que se abrem para a corrupção, para o abuso do poder econômico e para os privilégios. Aí, sim, vamos economizar bilhões e bilhões de recursos públicos que poderão ser entregues para os hospitais, para as escolas, para as universidades.

E alguns repetem: *“Mas quem quer ser Deputado que arrume o dinheiro para ser candidato”*. Se responder que o jogo é assim, sabe quem vai poder ser Deputado aqui? Só aqueles que têm muito dinheiro, os milionários.

Aliás, nós assistimos há poucos dias ao início da articulação de Abilio Diniz, Luciano Huck e outros empresários que já começam a recolher dinheiro, Deputado Wadih Damous, porque querem financiar uma bancada de cem Deputados para defender o interesse deles aqui no Parlamento.

Então, vamos àquilo que é um sistema democrático real: campanhas mais baratas, tetos que limitem os gastos de campanha, limites de baixo valor para as pessoas físicas contribuírem para campanhas e o complemento com o financiamento público de valor moderado que vai garantir democracia, combate à



corrupção e economia de recursos públicos para termos mais dinheiro para a saúde e para a educação.

Como eu disse no início, ao longo de toda a história do Brasil, as empresas financiaram campanhas multimilionárias, e a saúde sempre teve falta de recursos. A hora é de garantirmos uma democracia para todos, uma democracia republicana, uma democracia de pouco dinheiro em que o poder econômico não possa capturar o Parlamento para votar aqui dentro aquilo são os seus grandes...

(O microfone é desligado.)

Durante o discurso do Sr. Henrique Fontana, assumem sucessivamente a Presidência os Srs. Carlos Manato, 4º Suplente de Secretário, , e Rodrigo Maia, Presidente.

O SR. JOVAIR ARANTES - Sr. Presidente, eu queria a palavra aqui pelo PTB.

O SR. JONES MARTINS (PMDB-RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero registrar aqui a presença entre nós da Primeira-Dama de Gravataí, Patrícia Bazotti, que faz um trabalho voluntário em favor da assistência social naquela cidade. Ela está em Brasília, hoje, em busca de recursos para melhorar a vida dos nossos gravataienses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOVAIR ARANTES (Bloco/PTB-GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero dizer, em nome do Partido Trabalhista Brasileiro, já que o quórum foi alcançado, que não vou retirar o apoio do pedido de vistas para



esta votação, mas não contem com o PTB para nova verificação. O acordo é não verificação, e o PTB vai cumprir o acordo.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, o PRB mantém o apoio.

O SR. JOVAIR ARANTES - E muda a orientação do partido para “não”.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Para “não” ou para “sim”, Deputado?

O SR. JOVAIR ARANTES - Muda para “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PTB vota “sim”.

O SR. SILVIO COSTA - Vamos, Sr. Presidente.

A SRA. TEREZA CRISTINA (PSB-MS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.)

- O PSB orienta “não”, Sr. Presidente.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Se ele retirou, Sr. Presidente, não tem...

O SR. SILVIO COSTA - Ele retirou, porque já havia dado quórum, então não conta.

O SR. DIEGO GARCIA - Há quórum, então não há como retirar.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Ele acabou de retirar a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, ele não retirou.

A SRA. ALICE PORTUGAL - Retirou, Deputado Jovair Arantes?

O SR. ARTHUR LIRA - O entendimento da Mesa é que se ele retirar é verificação ou não?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - A minha interpretação é que cai.

O SR. SILVIO COSTA - Ele retirou, porque já havia dado quórum.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ele não retirou, e vamos manter desse jeito. Na próxima, cada partido encaminha do jeito que achar melhor.



O SR. PASTOR EURICO - O PHS convida os Srs. Deputados para vir votar, marcar a sua presença e colocar a sua digital aqui para que o Brasil veja quem está realmente defendendo o dinheiro público.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - É importante dizer que essa votação não cria o Fundo, ela estabelece regras de repartição, e o Fundo não está criado ainda.

O SR. VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra à Deputada para falar como Líder.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB-BA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, durante esses dias, temos tratado dessa reforma política em torno de todo um processo de desconstrução democrática, em torno de todo um processo de tentativa de intrigar os Poderes do Brasil. É preciso que nesta noite o Parlamento brasileiro coloque-se de pé, com responsabilidade, para a definição dos rumos da democracia brasileira.

O Deputado Vicente Candido fez um esforço enorme para incorporar o desejo e a necessidade das agremiações partidárias brasileiras. Fizemos aqui, na votação da PEC do Senado, um exercício político para não banir partidos reais, mas para, de maneira gradual, constituirmos uma cláusula de desempenho que fizesse com que os partidos reais da democracia brasileira continuassem vivos.

Portanto, 1,5% de barreira em nove Estados e 1% em todo o território nacional garantirão um enxugamento que não é uma execração. Esta emenda, este elemento do relatório do Deputado Vicente Candido, faz a distribuição do fundo a ser criado, garante que aqueles que dominam as máquinas partidárias — porque há isso, Deputada Luiza Erundina — não façam com que essa administração de um



fundo eleitoral seja distribuída a bel prazer, constitui mecanismos transitórios de fazer com que essa distribuição se dê de maneira regulada pela lei, com a garantia da assistência às candidaturas tanto para o Poder Executivo quando para o Legislativo, Deputados Federais e Estaduais.

Qual é o questionamento acerca da moralidade? Aqui há alguma competição para saber quem é mais ético do que o outro?

O PCdoB se coloca com clareza. Sabe por que, senhores? A Cada eleição, eu passo 4 anos pagando empréstimos no Banco do Brasil para pagar as campanhas.

Nós temos clareza de quanto custa uma campanha. É fundamental entender que a democracia tem um custo e que nós que não aceitamos mais o dinheiro de empresas, a peregrinação de Deputados a empresários, o revés de achaques, o revés da tentativa de alugar as penas, de alugar os pareceres, de comprar pareceres. A chantagem acabará quando um fundo que não atinja o orçamento geral for criado.

Por isso, eu refuto veementemente a ideia de que há aqui aqueles que são contra o fundo público e que são mais éticos por isso. Nós vemos o comportamento de cada um pela história de cada um e não por uma ascensão midiática.

É fundamental que defendamos o fundo público regulado, sem prejuízo do orçamento geral para as questões e programas sociais e com a garantia do combate à corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Vou encerrar a votação.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora) - Não, Presidente! *(Pausa.)*



O quórum na Casa é de 460. *(Pausa.)*

Sr. Presidente, eu tenho ouvido aqui argumentos de que neste momento se está votando a criação do fundo. Não é verdade. O que se está votando aqui são critérios de distribuição de um fundo que ainda será votado. É que o relatório do Deputado Vicente Candido apresentou critérios de regulação — regulação de limites, de tetos —, até porque hoje existe uma lei. A lei hoje não tem limites para autofinanciamento de campanhas; candidatos ricos sustentam a sua campanha sem limites; os limites para Deputado Federal e Estadual são escandalosos.

Então este é um projeto que cria regras de uso de recursos de campanha. Isso que se está votando aqui é uma regra importante, para sanear, para baratear, para fazer uma distribuição de recursos pelos diversos partidos segundo critérios de bancada e de voto. O que está sendo votado são critérios, e não a criação de um fundo.

O SR. PEDRO CUNHA LIMA (PSDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador) - O PSDB muda a orientação para “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - O PSDB vota “sim”.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Para aqueles que falam de recurso público, é bom dizer que todos usam o horário de televisão para programas partidários eleitorais e que esses programas são feitos com dinheiro público, com isenção do Tesouro público. E, nessa hora, ninguém fala de dinheiro de políticas públicas. Fundo partidário é dinheiro público, que todos usam para as campanhas eleitorais e para a estrutura de seus partidos.

Desde que eu me entendo como militante de esquerda, todos os programas de esquerda falam em financiamento público da democracia. E agora aqui ficam



com um discurso falsamente ético para discutir financiamento público. Eu quero saber com qual recurso se faz campanha que não seja o recurso transparente, barato e limitado financiando a democracia brasileira. Vai ser de onde? Dos empresários, cuja fonte já se demonstrou corrupta? Por favor!

O SR. VICENTE CANDIDO (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, aproveitando também este momento, quero aqui reforçar várias falas, inclusive esta última, da Deputada Jandira Feghali.

Este texto supre o acordo que V.Exa., Presidente, conferiu com o Presidente da República, que vetará esse dispositivo do projeto do Senado. Se cair esse dispositivo no texto principal, o fundo ficará sem regulamentação para distribuição.

Então, peço a compreensão principalmente das bancadas que negociaram nesse caso. O PSDB acabou de mudar a orientação de voto. Eu acho que o Deputado Silvio Torres entendeu a negociação. E a planilha foi amplamente negociada na composição da distribuição para os partidos. É uma planilha que comporta a maioria das bancadas. Quase todas as bancadas participaram desse processo.

Então, eu peço o voto “sim” e a compreensão dos pares nesta Casa.

O SR. SILVIO COSTA - Sr. Presidente, vamos encerrar a votação, por favor!

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Só um minutinho.

Informo aos Parlamentares, aos Líderes que todas as votações daqui até o final da noite terão efeitos administrativos. O Parlamentar terá que participar de todas elas. A justificativa à não votação, em qualquer votação, não será reconhecida para efeito administrativo da Casa.

O SR. CELSO PANSERA - Muito bem!



Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pois não, Deputado Celso Pansera.

O SR. CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -

Sr. Presidente, eu queria parabenizar o Relator Vicente Candido e toda a Comissão que analisou a legislação infraconstitucional. Foi um trabalho de 8 meses, exaustivo. Nós tivemos longas sessões em 11 meses. Houve muito debate, ouvimos especialistas, falamos muito aqui na Casa sobre isso.

E hoje foi apresentado um relatório enxuto, que não acaba com o nosso trabalho — vamos continuar elaborando e discutindo propostas para uma reforma política.

Essa votação é importante, porque regulamenta o funcionamento do fundo, em que pese não determinar se ele vai existir ou não. Nós debatemos esse assunto exaustivamente dentro da Comissão — quais são os critérios, como funciona, como devem ser distribuídos os recursos. E todos os partidos, mesmo os que estão indicando o voto “não”, participaram dos debates, exaustivamente, democraticamente. Então, é importante agora que nós consigamos garantir não uma vitória simples, mas uma boa vitória do “sim”.

Destaco a mudança de voto do PSOL e do PSDB. É importante que os grandes partidos estejam votando “sim” neste momento, não para que haja um consenso, mas para que haja uma maioria, para dizer à sociedade que, no último segundo da prorrogação, a Câmara dos Deputados está encaminhando uma reforma mínima, mas que aponta para o bom caminho da política brasileira nos próximos anos.

Parabenizo a Comissão e o Relator, Deputado Vicente Candido.



Esse voto “sim” é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Todo mundo votou? (*Pausa.*)

O SR. BEBETO (PSB-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós estamos assistindo aqui a um verdadeiro *show* de hipocrisia, em que muitos tentam inverter parte da verdade do que está sendo apresentado. É claro que nós perseguimos, durante esse período, uma reforma política e eleitoral que aprofundasse a democracia e garantisse a participação popular, a vinda da própria sociedade e a sua intervenção no Parlamento e nos nossos partidos. Lamentavelmente, a despeito de todo o esforço realizado pelos partidos e pelas Lideranças partidárias, a reforma não é a que nós desejamos, mas é a possível.

Nós chegamos ao dia de hoje com uma proposta de substitutivo apresentada pelo Relator Vicente Candido, e nesta matéria específica há um conjunto de inverdades sendo difundido. O que nós estamos votando agora é exatamente a partição. Posteriormente, se ela for aprovada, votaremos o fundo.

É claro que interessa a todos nós um sistema eleitoral, uma disputa eleitoral equilibrada. Eu, por exemplo, sou um operário, sou um trabalhador da construção. Tive a possibilidade de aqui estar com ousadia, com a luta da classe trabalhadora, mas disputando contra um sistema eleitoral perverso, em que predominantemente o poder econômico elege os seus.

O que nós buscamos com o financiamento público não é gastar dinheiro público na eleição de Deputados, é dar uma condição equânime ao processo de disputa, garantindo, portanto, um aprofundamento da presença democrática dos diversos setores da sociedade. O objetivo é que as expressões da classe



trabalhadora, dos indígenas, dos sem-terra tenham nessa possibilidade a condição de disputar, em igualdade com os demais, uma eleição.

Por isso mesmo, no nosso entendimento, aqueles que tentam demonizar a proposta é porque ou há soldo de algumas empresas que querem continuar financiando para dar a bandalheira a que nós estamos assistindo ou há alguns financiadores que são financiadores que não se apresentaram ainda e eles estão acreditando nesse poder.

Por isso, nós temos o entendimento de que é possível, sim, aprofundar a democracia permitindo uma eleição equânime de grupos sociais distintos, para que possamos ter no financiamento público, que não tira dinheiro da saúde, não tira dinheiro da educação, uma possibilidade de os diversos grupos sociais participarem do processo eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Posso encerrar a votação?

Quem que está votando aí? Deputado Mauro já votou?

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Resultado da votação:

SIM: 239;

NÃO: 189;

ABSTENÇÃO: 3.

O TEXTO FOI MANTIDO. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Agora nós vamos encerrar a votação e vamos para o texto do Senado.

O SR. DELEGADO FRANCISCHINI (SD-PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - O Deputado Delegado Francischini votou com o partido, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS ENCAMINHADOS À MESA PARA PUBLICAÇÃO

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (Bloco/PTB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, 1º de outubro de 2006, desde essa data celebra-se no Brasil o Dia do Idoso.

O Estatuto do Idoso surge como uma forma de regular e detalhar o Artigo 229 da Constituição Federal, que define "os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade". O Estatuto do Idoso se refere a pessoas com mais de 60 anos e define ser: "obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária".

É, também, a data da Sanção da Lei 10.741, de 1.º de outubro de 2003, e que instituiu o Estatuto do Idoso, que prevê a valorização das pessoas com mais de 60 anos.

A lei foi criada como forma de incentivar os filhos a cuidarem de seus pais na velhice e reduzir o grande número de abandono, inclusive em asilos de todo o país. Não eram raras, mas sim diárias, as notícias que chegavam ao nosso conhecimento, de idosos que viviam em situações precárias em asilos, mal tratados, passando até



fome.

No entanto, a lei não regula apenas o abandono propriamente dito. Não é somente quando se abandona um idoso em um asilo que o conceito vale. Ainda que o idoso viva com os filhos, se encontrado sem as devidas condições de higiene, segurança, alimentação e sem as devidas medidas de preservação de sua saúde física ou mental, o abandono é configurado e podem ser aplicadas as respectivas penalidades previstas em lei.

O governo sancionou a lei 13.466, 13 de julho de 2017, que altera o Estatuto do Idoso e estabelece prioridades às pessoas com mais de 80 anos. Segundo a alteração, os maiores de 80 anos sempre terão suas necessidades atendidas com preferência em relação aos demais idosos.

"Em todo os atendimentos de saúde, os maiores de 80 anos terão preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência", diz a norma. De acordo com o Estatuto do Idoso, são consideradas idosas pessoas a partir de 60 anos.

Trabalhamos, intensamente, na elaboração dessa lei, sempre voltada para a defesa dos direitos das pessoas idosos, não uma necessidade, mas, sim uma obrigação porque o idoso tem que ser respeitado.

A SRA. IRACEMA PORTELLA (Bloco/PP-PI. Pronunciamento encaminhado pela oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) lançou, no final de setembro, um conjunto de diretrizes para mobilizar o setor privado em torno do combate à LGBTIfobia.

As informações estão numa reportagem publicada pelo site da ONU no Brasil.



O documento, chamado de “Padrões de Conduta”, apresenta recomendações contra a discriminação em diversos cenários: locais de trabalho, mercados de fornecedores e nas próprias comunidades onde vivem funcionários, clientes e parceiros de negócios.

“Se quisermos alcançar um progresso global mais rápido rumo à igualdade para lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex, o setor privado não apenas terá de cumprir suas responsabilidades de direitos humanos, mas também se tornar um agente ativo da mudança”, assinalou o chefe do ACNUDH, Zeid Ra'ad Al Hussein.

Os Padrões de Conduta indicam que corporações devem empreender esforços para eliminar todas as formas de discriminação LGBTIfóbica — dentro e fora das empresas.

Preconceito e abusos de direitos humanos devem ser combatidos nas diversas etapas: no recrutamento, na contratação e em todas as situações por que passam os funcionários LGBTI de uma determinada companhia. As empresas também devem eliminar ações discriminatórias no que diz respeito aos benefícios e à privacidade dos empregados.

A publicação do Alto Comissariado das Nações Unidas explica também como instituições privadas podem ajudar a promover mudanças na legislação trabalhista, tornando marcos regulatórios mais inclusivos para gays, lésbicas, bissexuais, indivíduos trans e intersex.

O documento lembra que, dos 193 Estados-membros da ONU, apenas 67 têm alguma medida para proibir a discriminação baseada em orientação sexual no ambiente de trabalho. Somente 20 contam com alguma ação para proteger pessoas



trans. Três nações possuem alguma determinação para banir a discriminação enfrentada por indivíduos intersex no mercado, lembra a matéria publicada no site das Nações Unidas no Brasil.

Segundo a ONU, em um cenário mundial marcado pela ausência de legislações sólidas, corporações têm a oportunidade de ser um exemplo na promoção dos direitos humanos de todos. Estratégias adotadas pelo setor podem incluir articulações no campo legal, bem como ações culturais e de marketing.

A publicação do ACNUDH ressalta ainda a necessidade de empresas estarem atentas aos processos de escolha e negociação com fornecedores e distribuidores.

Além de eliminar qualquer critério ou prática discriminatória dessas relações, companhias devem cobrar de seus parceiros posturas que coíbam a violência e o preconceito contra o público LGBTI.

De acordo com dados publicados pela reportagem da ONU, em 2015, o poder de consumo global do segmento LGBT foi estimado em 3,7 trilhões de dólares por ano. Apesar de sua relevância econômica, a comunidade de lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e intersex nem sempre é respeitada pelos atores do mercado.

Uma pesquisa de 2016, publicada no periódico norte-americano Sociological Research for a Dynamic World, revelou que 30% das mulheres com currículos contendo sugestões de que seriam lésbicas, bissexuais ou trans receberam menos retornos de processos seletivos, destaca a matéria veiculada pelo site das Nações Unidas no Brasil.

A discriminação está associada a perdas na produtividade e na motivação,



bem como a taxas mais elevadas de faltas no trabalho, diz a reportagem.

Outra análise sobre os Estados Unidos, feita a partir de entrevistas com funcionários LGBT não assumidos, relata que 27% deles deixaram compartilhar ideias ou de se manifestar em atividades da empresa porque desejavam esconder sua identidade.

Segundo estimativas do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), de 2017, a discriminação LGBTIfóbica gera custos para os países de 100 bilhões por ano.

É fundamental que todos os países fortaleçam as políticas públicas de promoção dos direitos humanos de todos e, em especial, da população LGBT.

É preciso respeitar as diferenças de orientação sexual e identidade de gênero. Com isso, todos saem ganhando, inclusive as empresas, que terão resultados melhores valorizando a diversidade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada.

O SR. VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho a esta tribuna no dia de hoje para tratar de um tema de grande importância para o País, mas que, infelizmente, não tem merecido a devida atenção por parte do Estado brasileiro.

As prestadoras de serviço de televisão por assinatura frequentemente fazem uso do expediente de inserir, na tela da TV de assinantes, a mensagem de atraso no pagamento das faturas, de maneira ininterrupta e sem que haja a possibilidade de exclusão por parte do consumidor.

Trata-se de atitude completamente inadequada, pois constrange os



consumidores que eventualmente estão com faturas atrasadas e que estejam recebendo visitas e familiares em suas residências para apreciar determinada programação.

Acreditamos que qualquer modalidade de cobrança feita ao consumidor deve estrita obediência ao Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que dispõe em seu artigo 42 que “na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça”.

Além, disso, como a mensagem é colocada sobreposta à programação, ela ainda impede a leitura de legendas e compromete a qualidade e o conteúdo dos programas. Desse modo, também fica caracterizada a má prestação do serviço, o que fere o artigo 20, parágrafo segundo, do CDC, uma vez que o consumidor fica impedido de ter acesso ao serviço contratado.

Com a popularização de novos meios de comunicação social, a exemplo do e-mail, mensagens de celular, WhatsApp e demais aplicativos, existem meios mais eficientes e menos vexatórios de promover a cobrança de contas que os atualmente utilizados.

Assim, acredito que o consumidor deva ser informado sobre o atraso em seus pagamentos exclusivamente por meio de ligação telefônica, em horário comercial, mensagem de texto (SMS) enviada a seu telefone celular, ou por meio de e-mail.

A solução, senhoras e senhores deputados, está em nossas mãos: tramitam nesta Casa o projeto de lei de minha autoria, o PL nº 4.664, e o PL nº 5.217, de autoria do meu ilustre colega Deputado Rômulo Gouveia, ambos apresentados em 2016, que visam a alterar a legislação vigente, de modo a proibir expressamente que



as prestadoras do serviço de comunicação de acesso condicionado insiram nos monitores de televisão dos assinantes os dizeres sobre atrasos no pagamento de fatura.

Com a apresentação da proposição pretendemos evitar constrangimentos aos consumidores e usuários de serviços de televisão por assinatura, e também estabelecer um regramento básico que define como os consumidores devem ser informados sobre o atraso em suas faturas de serviços.

Ressalto que a Comissão de Defesa do Consumidor, em brilhante parecer proferido pela Deputada Maria Helena, aprovou, em maio deste ano, ambas as proposições. Faço minhas as palavras da relatora: “o excesso na cobrança de dívidas, como por exemplo a realização de telefonemas insistentes mediante ameaça e exposição do consumidor a situação vexatória, implica em abuso de direito e infringe a dignidade do consumidor.”

Aproveitamos essa oportunidade para enaltecer os esforços despendidos pelo Ministério Público Federal para impedir que a continuidade dessa conduta e para proteger os consumidores brasileiros.

Em março deste ano, o MPF de Goiás ajuizou ação civil pública (ACP), com pedido de tutela antecipada, em desfavor da empresa de TV por assinatura infratora e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

Concordamos com a atitude do Ministério Público: não só a empresa de TV por assinatura deve ser interpelada, como também a própria agência reguladora. Isso porque, apesar de ter recebido diversas reclamações e ter verificado a ilegalidade da conduta, a Anatel manteve-se inerte. Não aplicou multas ou quaisquer outras sanções, ferindo assim, seu dever legal de fiscalização regulatória.



Essa união de esforços entre Congresso Nacional, Poder Judiciário e Ministério Público, será imprescindível para que consigamos pôr um fim a tais abusos.

Quero então, Senhor Presidente, conclamar os membros desta Casa para firmarmos um compromisso pela rápida discussão e aprovação dessa matéria.

É urgente que trabalhemos para fechar essa lacuna em nossa legislação. Com isso, colocaremos um fim na agonia e na sombra de insegurança na qual vivem hoje milhares de consumidores submetidos a práticas vexatórias de cobrança!

Era o que eu tinha a dizer!

Muito obrigado!

O SR. RONALDO CARLETTO (Bloco/PP-BA. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, poucas características de nosso País são mais renitentes e execráveis que nossa secular desigualdade. A enorme desproporção entre uma imensa maioria de pobres e uma ínfima minoria de ricos é um pano de fundo permanente em nossa evolução histórica e social.

Parecia não haver dúvidas de que esse quadro vexaminoso começara a ser revertido nos últimos anos. Após o sucesso do Plano Real, o fim da hiperinflação beneficiou especialmente as classes sociais de menor poder aquisitivo. De fato, nada castiga mais os pobres que um processo inflacionário contínuo. A acelerada perda de valor da moeda apenas muito mais intensamente aqueles que não dispõem de mecanismos de proteção, como aplicações financeiras com liquidez diária. A hiperinflação, por si só, representa um imposto invisível sobre os mais pobres: estima-se, por exemplo, que, no auge do descalabro econômico dos anos 90, o chamado imposto inflacionário, correspondente à desvalorização da moeda, tenha



alcançado 7% do PIB, quase todo ele pago pelos menos favorecidos.

Assim, Senhor Presidente, com o fim da hiperinflação e a adoção, a partir de 1995, de políticas de valorização real do salário mínimo e de complementação de renda, a desigualdade, medida pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios - PNAD caiu de maneira consistente. O Índice de Gini - indicador de desigualdade largamente empregado - caiu de 0,60, em 1995, para menos de 0,52, em 2015. Tudo levava a crer, portanto, que, finalmente, o Brasil encontrara o rumo de superação de nossa indecente separação entre ricos e pobres.

Recentemente, porém, este que era um de nossos motivos de orgulho sofreu duro golpe com a divulgação de estudo feito pelo World Wealth and Income Database, instituto de pesquisa codirigido pelo economista Thomas Piketty, conhecido por seus estudos sobre desigualdade. Segundo essa pesquisa, ao contrário do que se imaginava, a desigualdade de renda no Brasil não caiu entre 2001 e 2015. Seus resultados indicam que os 10% mais ricos da população aumentaram sua fatia na renda nacional de 54% para 55%, enquanto os 50% mais pobres ampliaram sua participação de 11% para apenas 12% no período. Esse crescimento foi feito às custas de uma queda da participação de dois pontos percentuais dos 40% que estão entre os dois extremos (de 34% para 32%).

Mais grave ainda, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, o crescimento econômico observado no Brasil no período teve pouco impacto na redução da desigualdade, porque foi capturado principalmente pelos 10% mais ricos, que ficaram com 61% da expansão observada. Já a metade mais pobre da população foi beneficiada com apenas 18% desses ganhos.

Não se põe em dúvida o fato de que todos os estratos sociais foram



beneficiados com aumento de renda. Questiona-se, porém, o senso comum de que teria sido a base da pirâmide social, e não o topo, a se apropriar da maior parte da renda gerada. Estes últimos estudos sugerem que a fatia dos mais privilegiados é muito maior do que se supunha - e, ainda pior, dá sinais de ter aumentado.

Cabe, então, a pergunta, Senhor Presidente: como se obtiveram resultados tão flagrantemente distintos? Afinal, com dados estatísticos objetivos, não se deveriam esperar grandes diferenças nos resultados de cálculos sobre a divisão da renda nacional.

Uma das explicações para a discrepância observada resulta da metodologia adotada. O estudo mais recente, do World Wealth and Income Database, leva em conta dados da Receita Federal e das Contas Nacionais. Esta sistemática evita o problema típico das pesquisas com base em declarações de entrevistados, como a PNAD, nas quais os mais ricos tendem a subinformar sua renda. Em compensação, como os mais pobres não estão sujeitos à Declaração do Imposto de Renda, as estimativas da desigualdade baseadas nos dados da Receita tendem a subestimar os rendimentos dos estratos de menor renda. Isso explica por que os números advindos da PNAD retratam um país menos desigual. Não por acaso, as pesquisas efetuadas pelo IBGE estimaram que a participação dos 10% mais ricos na renda total brasileira havia caído de 47,4%, em 2001, para 40,9% em 2014.

Importa ressaltar, Senhoras e Senhores Parlamentares, que, a despeito de eventuais avanços na distribuição de renda, há evidências de que o País continua cronicamente desigual. Em outras palavras, não está claro que começamos a remover de nosso tecido social essa nódoa tão vergonhosa.

Mais do que nunca, portanto, urge que o País redobre os esforços na busca e



na adoção de políticas que efetivamente contribuam para a redução da desigualdade. Dentre elas, destaca-se a oferta de educação básica de qualidade para todos os brasileiros, já que a educação é o grande equalizador de oportunidades. Cumpre também reduzir a concessão, a setores econômicos já privilegiados, de subsídios financiados por toda a sociedade. Não nos esqueçamos de medidas que facilitem o exercício do empreendedorismo, com os consequentes reflexos positivos em termos de geração de emprego e renda.

Enfim, Senhor Presidente, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, temos um longo rol de tarefas a cumprir, para que leguemos a nossos descendentes um país menos injusto. Não há tempo a perder.

Era o que tínhamos a dizer. Muito obrigado.

O SR. DANILO CABRAL (PSB-PE. Pronunciamento encaminhado pelo orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje venho a esta Tribuna registrar importantes conquistas para o município de Carnaíba, no Sertão do Pajeú, em Pernambuco. Gostaria de iniciar agradecendo ao Governador Paulo Câmara que está atendendo mais um pleito da população local. Até o final deste mês de outubro, será concluído o processo licitatório para execução das obras de Implantação e Pavimentação dos 21,38 quilômetros da estrada vicinal VPE-380, localizada entre o distrito de Ibitiranga, de Carnaíba, e o município de Afogados da Ingazeira. Os recursos, estimados em R\$ 16,4 milhões de Reais, já estão garantidos!

Esta obra vai ajudar e muito a população local. Será uma nova estrada pavimentada, com drenagem e sinalização novas, o que vai melhorar a mobilidade e garantir mais segurança aos motoristas. Produtores e comerciantes também terão mais facilidade e segurança para transportar suas mercadorias para as feiras



públicas locais e outros centros comerciais do Estado de Pernambuco. Por ser na divisa dos estados de Pernambuco e Paraíba, também será facilitado o acesso às comunidades da região e às vizinhas cidades paraibanas. Por isso, registro aqui nosso muito obrigado ao Governador Paulo Câmara por mais esta demonstração de atenção ao povo de Carnaíba e do Sertão do Pajeú!

Aproveito esta oportunidade de fala nesta Tribuna também para parabenizar o Prefeito de Carnaíba, meu amigo prefeito Anchieta Patriota, que no último domingo assinou a ordem de serviço para construção de calçamentos. No distrito de Ibitiranga, serão 1.800 metros quadrados de calçamentos nas ruas Vicência Gomes de Medeiros, e a que dá acesso a escola José Batista. Já no Povoado de Itã, ocorrerá a construção de 1.600 metros quadrados de calçamentos nas ruas Projetadas I e II. Os recursos para esses calçamentos são do próprio município, o que demonstra a eficiência da gestão do Prefeito Anchieta.

Em tempos de crise econômica, em que muitos municípios brasileiros se encontram, infelizmente, em colapso financeiro, a iniciativa merece nossos elogios e reconhecimento pelo presente trabalho que o amigo Anchieta Patriota vem realizando à frente da Prefeitura de Carnaíba. A atenção e o cuidado revelados nessas e outras ações corroboram a prioridade da gestão municipal que é melhorar a qualidade de vida dos carnaibanos. Parabéns ao Prefeito Anchieta Patriota e a todo povo de Carnaíba por essas conquistas!

VI - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - *COMPARECEM MAIS OS SRS.:*



DEIXAM DE COMPARECER OS SRS.:

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Encerro a sessão, convocando 3ª Sessão Deliberativa Extraordinária para hoje, quarta-feira, dia 4 de outubro, às 19h34min, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 8.703, de 2017, e Proposta de Emenda à Constituição nº 134, de 2015. Haverá matéria sobre a mesa para deliberação.

(Encerra-se a sessão às 19 horas e 33 minutos.)